



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

REJIVÂNIA MARIA SIQUEIRA LIMA

**AS MARGARIDAS DO SERTÃO DOS INHAMUNS:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A
PARTIR DA VIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE
TAUÁ-CEARÁ**

FORTALEZA

2022

REJIVÂNIA MARIA SIQUEIRA LIMA

AS MARGARIDAS DO SERTÃO DOS INHAMUNS:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A
PARTIR DA VIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TAUÁ-
CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração Avaliação em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

FORTALEZA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S632m Siqueira Lima, Rejivânia Maria.
As margaridas do sertão dos Inhamuns: : uma avaliação do programa aquisição de alimentos PAA a partir da vivência das trabalhadoras rurais no município de Tauá-Ceará. / Rejivânia Maria Siqueira Lima. – 2023.
124 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza, 2023.
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.
1. Avaliação de políticas públicas. 2. Avaliação com base na sustentabilidade. 3. Agricultura familiar. 4. Políticas Sociais. 5. Programa aquisição de alimentos. I. Título.

CDD 320.6

REJIVÂNIA MARIA SIQUEIRA LIMA

AS MARGARIDAS DO SERTÃO DOS INHAMUNS:
UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A
PARTIR DA VIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TAUÁ-
CEARÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Avaliação de Políticas Públicas. Área de concentração Avaliação em Políticas Públicas.

Aprovada em: 13 de dezembro de 2023

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Victória Régia Arrais de Paiva
Universidade Federal do Cariri (UFCA)

RESUMO

Essa dissertação avalia o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) a partir da percepção de treze agricultoras de oito localidades do município de Tauá-Ce. O PAA foi criado no âmbito do Programa Fome Zero, objetivando a promoção da segurança alimentar e o fomento de políticas de desenvolvimento da agricultura familiar. Trata-se de um estudo de caso que avaliou o Programa a partir da vivência das atrizes, identificando possíveis melhorias socioeconômicas, ambientais e políticas na vida das agricultoras. Procura saber o que ocorreu a partir da participação no PAA, após a venda dos produtos, averiguando a sua percepção no que diz respeito a cultura agrícola e correlação com o desenvolvimento sustentável, bem como identificação de melhoria da autoestima e participação comunitária. O período temporal é no ano de 2009 ao ano de 2019, que corresponde ao exercício inicial e o último ano de comercialização. A metodologia é qualitativa descritiva. Os instrumentais utilizados foram a pesquisa documental e bibliográfica (consulta a documentos institucionais, revisão da literatura, *web site*); entrevistas semiestruturadas presenciais e virtuais; e diário de campo. A avaliação realizou-se em dois percursos avaliativos: análise em profundidade no que diz respeito a literatura e documentos, visando analisar o contexto da política, o conteúdo e tema e relação institucional, no que diz respeito a construção do roteiro de entrevistas e análise de campo usou-se Avaliação de políticas públicas com Base na Sustentabilidade (ABS). Escolheu-se como categorias de análises: desigualdade social, insegurança alimentar e nutricional, Agricultura familiar, Gênero e Políticas Públicas. Conclui-se como resposta a indagação, que o PAA, contribuiu com melhoria de vida das agricultoras, mas, com alguns pontos específicos. Verificou-se que o programa impactou na melhoria de vida das mulheres que possuíam outra fonte de renda familiar. Enquanto para aquelas que vivem unicamente da agricultura o Programa teve menor impacto. Consoante a autonomia, houve uma ampliação da rede de contatos entre as beneficiárias mediante redes sociais, fortalecendo a afetividade e experiências. Acerca de melhoria na autoestima percebeu-se que o sentimento estava relacionado ao bem estar coletivo, em especial aos dos filhos, de maneira que, ao poder contribuir com melhoria educacional ou aquisição de bens para os mesmos, as agricultoras relataram contentamento em sua autopercepção. Por fim, podemos referir que o formato do PAA para uma autonomia efetiva requisitaria um desenho direcionado especificamente a questão de gênero.

Palavras-chave: avaliação de políticas públicas; avaliação com base na sustentabilidade (ABS); agricultura familiar; políticas sociais; programa aquisição de alimentos.

ABSTRACT

This dissertation evaluates the Food Acquisition Program (PAA) from the perspective of thirteen farmers from eight locations in the municipality of Tauá-Ce. The PAA was created within the framework of the Zero Hunger Program, with the aim of promoting food security and fostering policies for the development of family farming. This is a case study that evaluated the Program based on the experience of the actresses, identifying possible socioeconomic, environmental and political improvements in the lives of the women farmers. It tries to find out what happened after participating in the PAA, after selling the products, investigating their perception of agricultural culture and its correlation with sustainable development, as well as identifying improvements in self-esteem and community participation. The time period is from 2009 to 2019, which corresponds to the initial year and the last year of marketing. The methodology is descriptive qualitative the instruments used were documentary and bibliographical research (consultation of institutional documents, literature review, website); face-to-face and virtual semi-structured interviews; and field diary. The evaluation was carried out in two evaluative paths: in-depth analysis with regard to literature and documents, aiming to analyze the context of the policy, the content and theme and institutional relationship, with regard to the construction of the interview script and analysis of in this field, Public Policy Assessment Based on Sustainability (ABS) was used. The following analysis categories were chosen: social inequality, food and nutrition insecurity, family farming, gender and public policies. It is concluded, in response to the question, that the PAA contributed to improving the lives of farmers, but with some specific points. It was found that the program had an impact on improving the lives of women who had another source of family income. While for those who live solely from agriculture, the Program had less impact. Depending on autonomy, there was an expansion of the network of contacts among the beneficiaries through social networks, strengthening affectivity and experiences. Regarding the improvement in self-esteem, it was noticed that the feeling was related to collective well-being, especially that of the children, so that, by being able to contribute to educational improvement or the acquisition of goods for them, the farmers reported contentment in their self-perception. Finally, we can mention that the format of the PAA for effective autonomy would require a design specifically directed to the gender issue.

Keywords: evaluation of public policies; assessment based on sustainability (ABS); family farming; social politics; inequalities, food acquisition program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Mapa do município de Tauá.....	21
Figura 02 - Gráfico da desigualdade na Região Nordeste (2016).....	33
Figura 03- Índice de Pobreza por Regiões no Brasil.....	34
Figura 04 - Ceará no Polígono das secas.....	38
Figura 05 - Indicadores de agricultoras na Região dos Inhamuns.....	42
Figura 06 - Manchete de Jornal ano de 1932.....	44
Figura 07 – Número de mulheres assassinado no campo.....	51
Figura 08 - Feminicídios em 2020.....	52
Figura 09 - Mortalidade infantil 2000 a 2010.....	74
Figura 10 - Orçamento PAA 2003 a 2018.....	78
Figura 11 - Assentamentos no período de 1994 a 2018.....	81
Figura 12 - Mapa do Município de Tauá e seus Distritos.....	95
Figura 13 - Escola e Igreja do Distrito de Inhamuns.....	97
Figura 14 - Vila Junco-Lustal.....	98
Figura 15 - Assentamento Angico.....	99
Figura 16 - Distrito de Santa Teresa (visão panorâmica).....	100
Figura 17 - Visita Institucional 2021.....	103
Figura 18 - Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos.....	104
Figura 19 - Produção de queijo coalho.....	108
Figura 20 - Feira Livre de Tauá-Ce.....	109
Figura 21 - Horta da agricultora Junco-Lustal.....	110
Figura 22- Horta e produtos.....	111
Figura 23 - Associação Comunitária Manoel das Chagas – Açudinhos.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de municípios abrangidos pelo semiárido brasileiro.....	39
Tabela 2 – Agricultores PAA 2018.....	100
Tabela 3 - % de agricultores do PAA. Época das primeiras pesquisas para anteprojeto.....	100
Tabela 4 - Atual de agricultoras cadastradas.....	101
Tabela 5 - Tabulação de respostas das entrevistas.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale de São Francisco e Parnaíba
CONAB	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPECE	Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Ensino Técnico
PSF	Programa de Saúde da Família
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
SAD	Secretaria de Desenvolvimento Agrícola
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão
SISAN	Sistema Nacional de Alimentação e Nutrição

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS E PERCUSO AVALIATIVO ESCOLHIDO	16
2.1 Tipo de estudos e abordagens	16
2.2 Local da pesquisa	18
2.3 Percurso para a Avaliação da Política Pública PAA	20
3 DESIGUALDADES SOCIAIS: BRASIS EM MOSAICOS	23
3.1 O Nordeste Brasileiro: Desigualdade Regional, Resistência e Luta	28
3.2 Ciará grande: das terras alencarinas ao semiárido: tenacidade do sertanejo na luta pela vida.....	33
3.3. A Fome no Ceará: uma face esquelética de um país robusto em produção de grãos..	40
4 QUESTÃO DE GÊNERO: OS ESPAÇOS NEGADOS A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL	44
4.1 As Margaridas do Sertão, suas lutas e resistências por inclusão e direitos: os perigos de ser mulher no campo	47
5 ESTADO: CONCEITOS, ANÁLISES DE SUA FORMAÇÃO E PODERES NA SOCIEDADE	51
5.1 Algumas considerações sobre as gerações do direito, Constituição Federal de 1988 e legislações Sociais.....	54
6 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E PERCURSOS.....	64
6.1 Políticas de Transferência de Renda: do Bolsa Família ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	69
7 AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS CORRELACIONADAS AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTAR (PAA).....	76
7.1 Uma breve explanação sobre cenário nacional e as ações governamentais frente as Políticas Sociais no contexto do PAA	79
7.2 Políticas Públicas & Gestão: a importância das Instituições no desenvolvimento das Políticas Públicas	82
8 CONHECENDO O TERRITÓRIO E AS ATRIZES DA PESQUISA	84
8.1 História das localidades: cultura e construções populares.	85

8.2 Atrizes da pesquisa: agricultoras do semiárido tauaense	91
8.3 Instituição da Política no município de Tauá.....	92
Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Tauá, 2016.	94
8.4 A fala das Margaridas do Sertão dos Inhamuns	94
9 AVALIAÇÃO COM BASE NA SUSTENTABILIDADE.....	106
9.1. Dimensão Social	106
9.2 Dimensão Econômica	108
9.3 Dimensão Ambiental	109
9.4 Dimensão Política-Institucional.....	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	113
ANEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	121
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	123

INTRODUÇÃO

Esta dissertação teve como motivação compreender as nuances inseridas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no município de Tauá, estado do Ceará. Analisando tal contexto a partir das percepções das agricultoras participantes, e dentro de uma ótica histórica.

O latifúndio e incipientes políticas públicas destinadas a agricultura familiar se refletem nas desigualdades sociais no campo, reverberando insegurança alimentar e nutricional, intensificando em especial a vulnerabilidade das mulheres agricultoras, e, de um modo geral, a pauperização das famílias.

Podemos perceber que a desigualdade social é parte resultante das estruturas que alicerçaram a construção social e histórica brasileira. Gerando características multidimensionais dessa desigualdade, e diretamente impactando na vida da população empobrecida, seja nos mais variados setores de existência humana.

Yasbek (2001, p. 34-35) afirma que, nessa conjuntura, a pobreza é uma forma de inserção na vida social, mediante uma violência, e sendo esta parte da experiência diária, com impactos destrutivos que reverberam no trabalho precário, desemprego, debilidade de saúde, e pôr fim à violência da fome.

A contemporaneidade em especial no que tange a desigualdade social, está de forma conexas com o sistema capitalista rentista, promotor do modelo de flexibilização trabalhista afetando em especial o mundo do trabalho e renda, fazendo surgir uma estrutura que propicia o descarte de uma grande parcela da população das atividades produtivas e de consumo especialmente alimentar.

A pobreza é uma das faces da desigualdade social no Brasil e no mundo, não se limitando aqui a um olhar focalizado, mas dentro de uma percepção ampliada compreendendo sua gênese e bases estruturais.

Contudo, na história da humanidade, antes mesmo de organizações sistemáticas, seu enfrentamento ficava a cargo das famílias responsáveis pelo socorro aos membros que passassem infortúnios. Depois essa competência se estendeu para a Igreja Católica na lógica da caridade. Ao longo do tempo, mais precisamente na Inglaterra, surgiram ainda que de

forma incipiente as leis e ajudas paliativas aos pobres, desde a execução das protoformas tomistas às leis elisabetanas como a *pool law*,¹.

O Estado com a ampliação de seu aparato institucional requisitou políticas públicas para enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais. Dentro da perspectiva tradicional que podemos caracterizar como redistributiva, as políticas sociais são concebidas como um conjunto por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais. (PASTORINI, 1997, p.81)

No que tange essa dissertação, o estudo é direcionado às trabalhadoras rurais que vivem em modelo de agricultura familiar, incluídas no Programa do Governo Federal denominado Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ele está inserido no Programa Bolsa Família, uma das condicionalidades para pleitear a participação no PAA, diz respeito a ser desenvolvido nos moldes da agricultura familiar.

No Brasil, a agricultura familiar teve um entendimento conceitual descritivo consoante à lei nº 11.236 de 24 de julho de 2006, onde refere em seu art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. (BRASIL, 2006).

Sendo esse estudo, a avaliação de uma política em que as atrizes estão no meio rural, em especial os que vivem da agricultura familiar com recorte por gênero feminino, é mister identificar o desenvolvimento das políticas públicas específicas para área agrícola desenvolvidas no país, em específico no semiárido nordestino, lócus de resistência e enfrentamento de adversidades dos que vivem nesse bioma, também denominado Caatinga.

Destarte, há que se ater precipuamente para as desigualdades sociais historicamente vivenciados pelas agricultoras do semiárido nordestino, que foram descurados pelas políticas públicas, espreado um discurso em que a pobreza estava condicionada ao clima, configurando assim, estados e regiões com grandes disparidades sociais, um hiato entre as regiões sul e sudeste do país, ou até mesmo entre microrregiões do próprio nordeste.

¹ A lei dos pobres, que datam do século XVI constituía um conjunto de regulações sociais assumidas pelo Estado, a partir da constatação que a caridade cristã não dava conta de conter possíveis desordens que poderiam advir da lenta substituição da ordem feudal pela capitalista, seguida, de generalizada miséria, desabrigos e epidemia.

Segundo estudos de Chacon (2007 p.11), a região semiárida traz um legado de exclusão em sua trajetória histórica, diferentemente de outras regiões como a zona da mata, que difere por ser produtiva, bem como as regiões litorâneas que possuem maiores facilidades. Semiárido que existe uma base alicerçada em enfrentamentos do dia a dia no que tange pouca inserção social, dificuldades na questão da água, solos pobres e desigualdades sociais.

Outrossim, a agricultura familiar em especial no semiárido passa então a ser uma atividade que possibilita o desenvolvimento das regiões agrícolas mais pobres, diminuindo assim o empobrecimento das famílias.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em julho de 2003, 19 da lei nº 10.696. Destarte o mesmo possui duas finalidades principais: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Dessa forma, para alcançar esses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino (MDS, 2012).

Partindo do recorte por gênero sabendo que estudos na área ainda são novos, é preciso um processo investigativo que responda alguns questionamentos e assim formem um arcabouço teórico afim de aprofundamento do tema, em especial dos que versem sobre a mulher agricultora, sua produção e contribuição para o desenvolvimento sustentável.

A equação gênero e meio ambiente trouxe, ademais, questões criativas e provocadoras para o debate contemporâneo sobre a crise de paradigma, ou seja, sobre o conhecimento ocidental, como a reterritorialização do espaço e do ambiente, referindo-se ao corpo, à saúde, à sexualidade, ao prazer e ao telúrico. (ABRAMOVAY; CASTRO, 1997, p.38)

Outrossim, dentro de uma lógica ampliada a sustentabilidade imbrica-se em ligações com as dimensões econômica, social, ambiental, política, cultural, territorial de gênero. No tocante o desenvolvimento da agricultura exercida por agricultoras, a sustentabilidade não pode ser desassociada de outros ganhos que suscitem a inclusão de mulheres agricultoras.

Esse estudo e seu objetivo geral teve como proposta avaliar o Programa Aquisição de Alimentos (PAA), junto a treze agricultoras rurais de oito localidades do município de Tauá, estado do Ceará. A pesquisa teve como marco temporal os anos de 2009 a 2022, início e atual cenário do Programa.

No que concerne aos objetivos específicos buscou-se identificar possíveis melhorias socioeconômicas na vida das agricultoras após a venda dos produtos agrícolas; também averiguar a percepção das mesmas relacionada à cultura agrícola e correlação com o desenvolvimento sustentável, bem como identificar possíveis movimentos relacionados a autoestima e maior participação comunitária. Destaca-se que a problematização da pesquisa partiu da seguinte indagação: em que medida o PAA potencializou autonomia e melhoria de qualidade de vida das agricultoras rurais.

Para o alcance dos objetivos foram entrevistadas agricultoras beneficiadas pelo PAA em Tauá. Destarte, por questões da especificidade do Programa, dada sazonalidade de produção, bem como do cenário atual que passa o país, a pesquisa teve como pesquisadas o quantitativo de treze agricultoras egressas do Programa, uma vez que há dois anos no Município não tem agricultores comercializando.

Esta dissertação tem como relevância a possibilidade de, enquanto fazer científico, contribuir para o acervo acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas na arena das políticas assistenciais destinadas a mitigação de situação de pobreza e desigualdade social. E contemplando as mulheres agricultoras destinatárias do PAA do semiárido, com fortes traços de empobrecimento oriundo do legado de esquecimento dessa região por anos no Brasil.

Compreendendo a historicidade que permeou a exclusão da região semiárida, somado ao processo cultural patriarcal que influenciou decisivamente no empobrecimento das mulheres e trabalhadoras rurais, no legado de submissão e por vezes opressão, busca-se compreender mediante os processos avaliativos das políticas agrícolas, em especial o PAA, dispendo em legislação que 40% do Programa deve atender ao público feminino.

Além dessa introdução, esse trabalho apresenta mais 8 capítulos e as considerações finais. O capítulo 2 traz os aspectos metodológicos da pesquisa e o percurso avaliativo escolhido. O capítulo 3 traz uma discussão teórica acerca das desigualdades sociais no Brasil, com foco especial para o Semiárido da Região Nordeste. Já o capítulo 4 discute as questões de gênero, com um olhar apurado para as agricultoras rurais, conhecidas como Margaridas do Sertão pelos movimentos sociais.

O capítulo 5 fala sobre o conceito de Estado e sobre as inter-relações com a Sociedade, e é seguido pelo capítulo que traz a discussão sobre políticas públicas, fazendo aí a aproximação com o PAA, descrevendo-o. O capítulo 7 aprofunda a visão sobre Agricultura

Familiar e sustentabilidade. Os capítulos 8 e 9 se destinam à análise dos resultados das pesquisas documental, bibliográfica e de campo.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS E PERCUSO AVALIATIVO ESCOLHIDO

O capítulo a seguir visa apresentar a metodologia utilizada nesta dissertação, quais tipos de estudos, abordagens, quais instrumentais foram utilizados, e as adequações que transcorreram no processo de pesquisa, com alinhamento aos objetivos almejados, bem como mudanças necessárias às situações logísticas do estudo. Além disso, apresenta o percurso escolhido para a avaliação da política pública.

2.1 Tipo de estudos e abordagens

O fazer científico requer sistematização de suas análises, modelando estratégias investigativas que possibilitem avaliações de seus resultados de maneira recortada e de acordo com o tempo histórico, surgido de indagações mediante uma dúvida ou situação-problema. Segundo Minayo (1994, p.18) “toda investigação inicial se inicia por um problema com uma questão, com uma dúvida, ou uma pergunta, articuladas a conhecimentos anteriores, mas que também podem demandar outros referenciais”.

Na visão de Carvalho (2004, p. 142): “[...] descreve esse processo metodológico de fazer pesquisa, ser movida pela lógica da descoberta, implica uma dinâmica metodológica no sentido da demarcação de caminhos na aventura do conhecer”. Ou seja, construímos objetos e o percurso possibilita descobertas que desenham a metodologia a ser utilizada.

A metodologia na construção científica, requisita uma constante avaliação da própria ciência, haja vista, que a epistemologia não pode ser compreendida como algo estanque no tempo, o pesquisador deve seguir seus instrumentais a fim de conferi-la saber científico, a despeito de construções de conhecimento do senso comum, a ciência tem seus critérios e para tal, exige estratégias de obtenção de resultados, que por ventura podem ser validados ou rechaçados, validação essa dentro de um recorte temporal.

Na reflexão de Melucci (2005, p.29):

Outra dimensão crucial da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Esta atenção para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro de modelos de análise unicamente quantitativo [...] o sentido é sempre mais produzido através de relações e essa dimensão construtiva e relacional acresce na ação

e no componente de significados da pesquisa. Isto muda as dimensões para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse.

A ciência e seus métodos nascem dentro do paradigma positivista, com embasamento essencialmente mensurável afim de se obter status de "verdade" de forma que quando mais se direciona a uma neutralidade maior obtenção de dados exatos. Também deslocar o objeto de estudo de sua subjetividade, mais confiabilidade se infere, esse modelo positivista tem ponto de partida nas ciências da natureza, e dentro de própria epistemologia é necessário a análise do próprio fazer científico continuamente.

Conquanto esse estudo tem tessitura social, processo avaliativo no que tange a percepção de agricultoras rurais perante uma política pública ao qual estão inseridas, dentro de uma lógica territorial cultural e de um momento singular de fala das mesmas.

Outrossim, importar trazeremos o conhecimento das ciências sociais para este estudo, dessa forma Lalanda, compreende que o sociólogo tem como ofício falar de um mundo concreto de homens e mulheres, de acordo com sua própria experiência situacional, "mas por essa sociedade que ele (faz falar), a quem pode legar a sua própria pesquisa, numa linguagem que ilumine o desconhecimento geral" (BERTAUX, 1979 apud LALANDA, 1998, p. 11).

Nesse entendimento, esse estudo baseia-se em uma abordagem qualitativa observando aspectos multidimensionais dos atores envolvidos, nesta ótica o estudo tem recorte qualitativo, em Minayo (2001, p.21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A dissertação contou com a participação as agricultoras beneficiarias do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA no município de Tauá, Estado do Ceará. O recorte por gênero teve como escolha a necessidade de investigação direcionada à mulher e situação de renda e participação comunitária, interesse originado do contraste existente sobre diferenças entre gêneros no que diz respeito a inclusão social.

Segundo informes da Secretaria, as agricultoras nos anos iniciais aderiram em número significativo em comercialização, ao passo que o exercício de 2019 e de 2020 teve uma queda devido a pandemia, muitas produtoras não souberam a tempo hábil do edital bem como não ouviram nos meios de comunicações ou mídias sociais, outro questionamento levantado

pelos técnicos foi que desde 2017 o número de produtores em geral decaiu em virtude de editais conterem propostas que não eram atrativas para os agricultores de modo geral, segundo os mesmos reflexos da diminuição orçamentaria.

Dessa forma, a motivação da avaliação da política pública interesse-me justamente por ser feita no universo feminino que pela questão social, estão em maior grau de desigualdade no que tange a divisão sexual do trabalho e renda, em especial de trabalhadoras rurais do semiárido, na Região dos Inhamuns que possuem menor IDH do Estado. Nesse sentido, nosso método será através de estudo de caso. Segundo Yin (2003, p. 12- 21):

O estudo de caso há muito foi estereotipado como o “parente pobre” entre os métodos de ciência social. Os pesquisadores que realizam estudos de caso são vistos como se tivessem sido desviados de suas disciplinas acadêmicas, e suas investigações como se tivessem precisão (ou seja, quantificação), objetividade e rigor insuficientes. [...] o, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Outra conceituação sobre estudo de caso destaca-se em Gil (2008, p. 58). É caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Outrossim, esse estudo, é uma pesquisa exploratória de acordo com Minayo (2001), o processo começa com o que denominamos fase exploratória da pesquisa, tempo dedicado a interrogarmos preliminarmente sobre o objeto, os pressupostos, as teorias pertinentes, a metodologia apropriada e as questões operacionais para levar a cabo o trabalho de campo. Seu foco fundamental é a construção do projeto de investigação.

2.2 Local da pesquisa

A pesquisa tem estudo recortado no município de Tauá, Estado do Ceará (Figura 01), pertencente à região dos Inhamuns, semiárido nordestino distante da Capital cearense 375 km, O município limita-se ao norte com os municípios Pedra Branca e Independência, ao sul com Parambu e Arneiroz, ao leste com Mombaça e Pedra Branca e ao oeste com Quiterianópolis (TAUÁ, 2021).

No que diz respeito ao Índice de desenvolvimento Humano - IDH é estimado em 0,633, já o Produto Interno Bruto - PIB corresponde o valor de 10.253,80 R\$ no ano de 2018.

localização e contato com as agricultoras rurais. No que diz respeito ao território o lócus da pesquisa realizada estende-se a oito localidades sendo estas: Junco-Lustal, Assentamento Angico (Sede Distrital), Açudinho, Barreiros, Riacho do Mato-Sede Distrital, Santa Teresa região Trici e fazenda Cactos também na sede do município.

As localidades no que compõe a divisão por distritos seguem:

Lustal-Junco: Sede Distrital para administração, porém geograficamente pertence a região Trici.

- Assentamento Angico: Sede distrital.
- Açudinho e Barreiros -distrito de Inhamuns.
- Fazenda Cactos- Sede distrital
- Riacho do Mato- sede Distrital
- Taperá- Trici
- Santa Teresa-Trici
- Junco-Lustal- Trici e Sede Distrital.

As atrizes dessa pesquisa são as trabalhadoras rurais do município de Tauá., sendo 13 agricultoras das respectivas localidades: Assentamento Angico, Junco-Lustal I, Açidinhos, Barreiros, Riacho do Mato, Taperá e Santa Teresa, no exercício temporal de 2009 a 2022. As atrizes foram escolhidas pelo histórico de estarem no Programa a mais tempo, por uma localidade ser de Assentados, e por logística e distancia da sede do município.

A escolha das agricultoras em numero treze e nas localidades selecionadas, tem a ver com uma localidade ser um Assentamento, como o Programa da preferência a Assentados, elegeu-se para estudo, outro ponto foram localidades mais próximas da sede e assim ter uma logística mais exequível.

2.3 Percurso para a Avaliação da Política Pública PAA

A avaliação em políticas públicas vem se modificando ao longo de sua inserção em âmbito acadêmico, como na seara governamental. Sabe-se que os anos 1990 houve o tipo de processo mais voltado para as análises mercadológicas, de maneira mais engessada, sem um

olhar territorial e no tempo histórico, cujo intuito era mais voltado para empresas de fomento, investimentos e avaliações de risco.

Segundo Paula (2001) *apud* Rodrigues (2008, p. 08): "Na França nos anos 1990 esta área cresceu consideravelmente na esfera governamental, quando foram formulados modelos de acompanhamento do desempenho de programas".

Nos estudos de Lea Rodrigues há um novo olhar para outros modelos e possibilidades científicas evocando processos avaliativos em profundidade, assim descritos. A proposta de uma avaliação em profundidade implica, ainda, considerá-la como extensa, detalhada, densa, ampla e multidimensional, o que, por si só, coloca a multi e a interdisciplinaridade como condição primeira da tarefa de pesquisa (RODRIGUES, 2008, p. 11).

Na concepção da autora para realização da pesquisa em profundidade é necessário que haja alguns passos metodológicos que possibilitem a construção eficaz da proposta, no caso seria análise de conteúdo, que ela descreve como base conceitual, objetivos, paradigmas orientadores.

Outro ponto é o de análise de contexto, que segundo a autora remete ao levantamento de dados sobre a política e o momento socioeconômico em que foi formulada a política etc. Também requisita traçar os percursos institucionais, coerências e mudanças no decorrer do tempo, isso nos níveis dos entes federados etc., e por fim, avaliação do tempo, do território e correlação com a política.

E outra abordagem avaliativa para as políticas públicas que também prioriza um olhar crítico e multidisciplinar é a Avaliação de Políticas Públicas com Base na Sustentabilidade (ABS), proposta por CHACON e NASCIMENTO (2020).

A ABS na concepção das autoras considera a Sustentabilidade um valor político, e, portanto, representa a escolha dessa pesquisa por conduzir uma investigação a partir das suas dimensões: social, ambiental, econômica e política-institucional. Partindo dessas dimensões foi construído o roteiro das entrevistas semiestruturadas realizadas com as agricultoras. Da mesma forma a análise do conteúdo resultante das respostas também retrata essa estrutura.

Assim, esse estudo se dá inspirado no paradigma de avaliação em profundidade, no que concerne à compreensão institucional do PAA, e na Avaliação de Políticas Públicas com

Base na Sustentabilidade (ABS) para a construção da abordagem realizada junto às atrizes da pesquisa, bem como para a análise de conteúdo do material resultante das entrevistas.

Os instrumentais para tal coleta foram: entrevista aberta, observação no lócus da pesquisa, anotações em diário de campo, consulta a documentos junto a Secretaria de Agricultura (SDA) e ao PAA. Em se tratando de um estudo de caso, foram também consultados outros trabalhos nessa seara que acresceram literatura a presente dissertação.

Como suporte anterior à pesquisa de campo, contribuindo para realizar as metas referentes ao alcance dos objetivos, foi necessária uma revisão bibliográfica sobre as categorias analíticas que permeiam as reflexões, quais sejam: Desigualdades Sociais, Questão de Gênero, Estado e Políticas Públicas, que são apresentadas nos próximos capítulos.

3 DESIGUALDADES SOCIAIS: BRASIS EM MOSAICOS

A dinamicidade pela qual se ergueu o Brasil, com a feição exploratória dos colonizadores edificou uma base social variada, confrontando seus filhos em situações de existência totalmente antagônica. Compreender essa dinâmica suscita cá um mergulho na literatura dos estudiosos brasileiros, tais como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Octávio Ianni, dentre outros, que aqui explano de forma abreviada a fim de assumir um entendimento sobre as desigualdades sociais brasileiras, imbrincadas ao processo históricos e seu dinamismo.

De acordo com Prado Junior (1942, *online*): “A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América...” aqui cabe refletir sobre uma gênese eminentemente exploratória, sem vínculos com à terra, sem desejo de um povoamento baseado no desenvolver local, mas precipuamente na obtenção de bens, em especial posse de propriedades fundiárias e exploração das riquezas naturais até seu exaurimento.

A construção de uma nação, como colônia explorada por uma matriz cujo os interesses são exclusivamente lucrativos, promovem uma história onde a posição a nível internacional será de dependência, reverberando seu alicerce social desigual, no entendimento de Celso Furtado, poderíamos refletir que tais características estão interligadas aos processos ocupados pelo país no circuito global, o mesmo se debruçou ao trabalhar com as categorias de análise subdesenvolvimento e centro-periferia.

O tipo de relações que existem entre o centro e a periferia estaria na base do fenômeno de concentração de renda em escala mundial, que se realiza principalmente por meio da deterioração persistente dos termos do intercâmbio dos países periféricos (FURTADO, 1977, p. 43).

Dessa maneira, é necessário enquanto reflexão das expressões das desigualdades sociais, compreender os aspectos de formação social do Brasil, desde o cenário local, a sua lógica situacional em escala mundial, levando-se em consideração as metamorfoses do capital e seu estado em que está situado, hoje, no modo financeiro rentista. Percebendo assim, o momento em que se encontra o grande capital, e quais relações de interesses podem estarem sendo realizadas.

Numa visão economicista acerca das disparidades sociais, na visão do materialismo histórico de Karl Max, percebe-se essa contradição, por lutas de classes, no processo dialético,

compreende-se: “O operário moderno, ao contrário, em vez de ascender com o progresso da indústria, afunda-se cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. [...] “O trabalhador se torna um pobre, e a pobreza se expande ainda mais rapidamente que a população e a riqueza.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 28-30).

O sociólogo, a partir da época em que viveu de franca industrialização na Inglaterra, promoveu um fecundo estudo sobre as relações econômicas, que de certa forma explicam as desigualdades sociais, de cunho macroeconômico.

Não visando aprofundar cá os estudos do sociólogo Karl Marx, mas de antemão conscientes da importância de seus estudos para o entendimento do sistema capitalista, no desdobramento das desigualdades sociais, que pese o autor, refletiu embasado na luta dos contrários, de poderes ente burgueses e proletariados, que culminou em lutas e resistências dos proletariados contra a manutenção da ordem burguesa, que com múltiplas nuances atuais, dado momento da financeirização da economia, ainda sim servem de bússola para reflexões sobre aspectos econômicos.

O Brasil como país colonizado, contendo as características do capitalismo mercantilista, no período de expansão dos territórios, traz heranças de processos excludentes e de exploração do sistema em especial das relações de trabalho acerca desse tema a autora Iamamoto (2005) em seus estudos no livro sobre Serviço Social e Contemporaneidade faz uma análise sobre o capitalismo e a intrínseca necessidade de exploração da classe trabalhadora ao que batiza de população sobrando e descartável ao capital, que culmina em exército de trabalhadores desempregados e conseqüentemente nos indicadores de desigualdade social, níveis de pobreza e renda concentrada.

A desigualdade é parte necessária da estrutura antagônica do sistema capitalista, o qual determina o modo de vida, a relação com o tempo, a concentração de renda, promovendo um distanciamento entre classes sociais, regiões desiguais bem como na qualidade de vida das pessoas que vai desde as famílias abastadas e donas de fatias da riqueza produzida, até os que vivem abaixo da linha da pobreza exemplo os que coletam alimentos em lixões.

Ademais, propicia a segmentos como de mulheres, crianças, indígenas, negros, um processo ainda mais intenso de exclusão e violência institucional. No que tange as relações de exclusão social no Brasil, para além dos aspectos macroeconômicos, deve-se ater para sua lógica interna de construção de suas regiões, sabendo que determinada região explorada,

firmava-se promotora de “poderes e privilégios” ao se desenvolver concentrava toda investida política local.

Segundo os estudos de Pellegrino (2003, p.70) “O crescimento econômico gerado pela intensa industrialização na década de 1950 havia beneficiado demasiadamente o Sudeste, aumentando o atraso do Nordeste em relação à primeira região”. Percebe-se então, que desde o período da cultura do café no sudeste brasileiro, substituindo a agricultura de cana-de-açúcar no Nordeste, impactou na estagnação econômica no Nordeste transferindo paulatinamente as atividades agrícolas cafeeiras para o processo de industrialização do Sudeste.

Em um entendimento do sociólogo Octávio Ianni, acerca do Brasil atual como reflexo de seu processo de formação histórica há essa seguinte passagem: “o Brasil moderno parece um caleidoscópio de muitas épocas, formas de vida e trabalho, modos de ser e pensar” (IANNI 2004:85). Ou seja, o Brasil de muitas faces, de um povo que vive em situação de extrema pobreza, e outros com renda *per capita* que contempla percentuais significativos do Produto Interno Bruto (PIB), dinâmica fruto dessas relações históricas e suas raízes.

Nos estudos de Barros, Henrique & Mendonça (2001, p.43) apontam que: “apesar de estarmos em pleno século XXI o Brasil não se limita a ser configurado como um país pobre, mas, sobretudo injusto e com traços de desigualdade, segundo os autores tal disparidade encontra-se na origem da pobreza, pontuando assim, o desafio de um país democrático conceber a eficiência econômica “versus” justiça social”.

Ou seja, como as políticas econômicas e suas agendas neoliberais ou ultraliberais, podem produzir uma justiça social em que a saúde fiscal do país é meta de eficiência e prioridade. Não cabendo aqui detalhar amiúde uma cronologia que propiciou essas disparidades regionais, porém o marco que os ciclos das culturas econômicas incidiram de forma decisiva nas metamorfoses regionais, que produziu uma herança de desigualdades entre as regiões e sua população, no caso o contraste ente sul e sudeste, norte e nordeste.

Retratar o Brasil no que diz respeito aos indicadores sociais, recorre-se aqui aos níveis do IDH-Índice de desenvolvimento Humano, esse dado é utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) visando fazer uma análise sobre a qualidade de vida das pessoas em suas cidades, de forma breve, o IDH averigua determinantes relacionados a três critérios: Grau de escolaridade, renda e níveis de saúde, é utilizado com variação numérica que vai de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1 maior será o IDH local. O IDH no Brasil é de 0,765 de acordo

com a PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o país recuou da posição de 79º para 84º (IBGE, 2018).

Outro indicador usado para retratar as questões socioeconômicas, em especial as que dizem respeito à concentração de renda é o coeficiente de Gini, O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um alguns apresentam de zero a cem (WOLFFENBÜTTEL, 2004).

Segundo a Agência de Notícias do IBGE o ano de 2018 teve o rendimento médio mensal real do 1% da população com maiores rendimentos era de R\$ 27.744, o que corresponde a 33,8 vezes o rendimento dos 50% da população com os menores rendimentos (R\$ 820). Nas Regiões Sudeste, Nordeste e Sul, as mais populosas do país, esses índices foram de 0,533, 0,545 e 0,473, respectivamente.

Entre os anos de 2017 e 2018, as Regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram redução da desigualdade medida pelo índice de Gini, enquanto as demais regiões apresentaram indicadores maiores que no ano anterior (IBGE, 2018).

As discrepâncias sociais perpassam também as questões de cor e gênero, em 2019, observou-se nessa mesma pesquisa que o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas por cor, constatando: pessoas brancas rendimento de R\$ 2.999, pardas R\$ 1.719 e pretas R\$ 1.673. O estudo também mostrou diferenças de gênero: o rendimento de todos os trabalhos dos homens R\$ 2.555 é 28,7% mais alto que o das mulheres R\$ 1.985.

O cenário de agudização da pobreza salta os indicadores de desigualdades no Brasil, constata-se que a extrema pobreza vem aumentando no país, somando 13,5 milhões de pessoas sobrevivendo com uma renda mensal per capita de até 145 reais. O percentual de pessoas na extrema pobreza atingiu, em 2018, 6,5% da população brasileira esse contingente de pessoas se equivale à população da Bolívia, Bélgica, Cuba, Grécia e Portugal. (IBGE, 2018 PNUD)

Observar esses dados requer uma compreensão mais aprofundada sobre as causas das desigualdades sociais, da discrepante concentração de renda, onde pessoas vivem em situação de miséria absoluta, enquanto outras detêm fatias do Produto Interno Bruto (PIB) do país nas palavras de Thomas Pikeetty: (2020, p. 13) “A desigualdade não é econômica ou tecnológica: é ideológica e política”. Ou seja, existe uma ideologia construída que naturaliza a pobreza e a desigualdade, e põem em um pódio o discurso da meritocracia.

Nessa conjuntura, as múltiplas expressões da questão social e dos processos de exclusão, por alguns estudiosos ganham conceitos diversos, seja subalternização, desfiliação e desqualificação social², dentre outros, aqui analisamos a compreensão de Paugam (2001) que considera que a pobreza à luz do mercado de trabalho precário e numa diversificação da categoria pobreza, a mesma trabalha com a terminologia de “desqualificação social”, que é um processo que levam os indivíduos a inatividade e assim em situação de pobreza, ficando assim à mercê de serviços sociais, ressalta que esse empobrecimento produz pobres em diferentes situações.

Esse retrato, não pode ser visto de forma deslocada da história da formação social do país, mas interligados, atentos para uma elite política e econômica com fortes resquícios do escravagismo, que anseiam a manutenção da ordem e a preservação de privilégios e status quo. Analisa-se então a partir dos estudos da autora acima citada que a pobreza é fenômeno heterogêneo, isolando os indivíduos criando assim, sentimento de não pertencimento fragilizado pela situação em que se encontram, os laços de compreensão coletiva ficam de certa forma prejudicada.

Ademais, consoante especificidades desse estudo, relacionado a renda das mulheres agricultoras no semiárido nordestino, envolto em situação de pauperização de seu povo é imprescindível a contextualização da desigualdade e sua correlação com nossa formação social e historicidade. O cenário da desigualdade se afunila à medida que atinge segmentos que historicamente estiveram em maior vulnerabilidade em especial no aspecto de dominação de territórios e legitimação de superioridade, nos moldes etnocêntricos.

Sendo assim, há que se falar em múltiplas variantes, e tal desigualdade atingiu de forma expressiva a questão de gênero, sendo esse estudo análise de políticas públicas que tenham objetivos de promoção da autonomia e qualidade de vida das mulheres agricultoras, sendo importante o olhar sobre o contexto de desigualdade a que estão inseridas.

Nesse entendimento, considerando a análise de Aretche (2015) em seu livro *Trajetória das Desigualdades* existem múltiplas desigualdades quer sejam, entre categorias, desde questão de gênero e raça, mas que tal desigualdade não pode ser entendida uníssona, ou

² Desqualificação social, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população - e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Cumpre realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência. (SERGE PAUGAM, 2001, p.68)

seja, como ponto central unicamente o dinheiro, a renda, pois existem outras expressões da desigualdade haja vista sua complexidade e tal fenômeno deve ser compreendido de forma plural e não só monetária.

Concebendo essa análise supracitada, leva-nos a conjecturas acerca da conceituação de pobreza e exclusão utilizando como aporte não apenas indicadores numéricos deve-se contextualizar a pluralidade dos atores envolvidos, bem como o território de pertencimento, as histórias transgeracionais desenvolvidas no empobrecimento de seus membros, em especial das mulheres no acesso aos locais de fala, de acesso à cultura, educação, saúde, gestação e parto humanizado, participação comunitária e institucional.

Em termos contemporâneos, a preocupação que a autora suscita é “com a desigualdade de gênero com dinâmicas complexas que produzem pobreza e submissão das mulheres, em especial as do campo das barreiras e acesso institucionais, de aquisição de mínima estrutura para vivenciarem uma vida digna”

3.1 O Nordeste Brasileiro: Desigualdade Regional, Resistência e Luta

A batalha do povo nordestino em face de desigualdade social, e aos níveis de pobreza, remetem aos fatos existentes nas trajetórias históricas, que de forma emblemática, originou a figura do sertanejo dado a hostilidade climática e ao esquecimento do poder central, a tenacidade do homem do sertão bem como sua luta e resistência pela subsistência e melhoria de sua qualidade de vida.

A regionalidade do povo nordestino ora introjetado nas mentalidades personificaram um jeito sui generis do sertanejo, descrito partir de obras literárias, músicas arte em geral, construíram uma narrativa sobre o modo de ser do povo nordestino, que muitas vezes se confunde realidade e imaginário, construção ou intenção, uma vez que do clima emergiu lugares de fala que normalizaram a pobreza da região.

De passagem pela obra do historiador Durval Muniz Júnior em “a invenção do Nordeste” trava-se uma batalha discursiva acerca desse povo assim criado, o historiador usando da ³história social, traz uma abordagem diferente da historiografia tradicional, não sendo aqui algo pormenorizado, mas no vislumbre de novas percepções compreende-se para além dos aspectos econômicos.

Em relação a percepções sobre o povo nordestino, nas palavras do historiador: Albuquerque Junior (2009, p.03) “O próprio Nordeste e os nordestinos são invenções destas relações de poder e do saber a ela correspondentes”. O autor infere que há uma construção histórica passada principalmente pela mídia sobre um nordestino meramente vinculado a pobreza nada além dessa imagem, mas uma reprodução de um símbolo caricato nacional.

Não é o foco desse trabalho essa inferência, mas trazemos essa análise a fim de perceber para além das questões socioeconômicas na formação do Nordeste, numa percepção ampliada, não se esquecendo dos aspectos culturais, que esculpem o pensamento das pessoas e propagam ideias sobre dada situação, criando estereótipos e verdades baseadas em senso comum, que de certa forma gesta-se conceitos negativos sobre um povo, gerando muitas vezes estigmas e preconceitos. O referido autor construiu seu estudo através de obras literárias, clássicos da economia brasileira, cinematografia, mídia em geral etc.

Sabendo que esse estudo, tendo recorte na mulher agricultora, situada numa região com forte herança patriarcal, oriundo da casa grande e sua divisão de papéis, onde coube a mulher um lugar de submissão, observar a expressão cultural e sua perpetuação é também imprescindível para compreensão dessa questão complexa e variada, mormente tão enraizada.

Sendo aqui uma reflexão sobre a região e sua situação de desigualdade em relação outras regiões do país, nesse sentido a leitura sobre sua história possibilita um entendimento sobre os aspectos que influíram para o empobrecimento da região, de seu povo, em especial dos que vivem da agricultura familiar, em específico das agricultoras.

Nos estudos de Caio Prado Junior explana-se que o povoamento do vasto território brasileiro aconteceu num movimento do litoral ao interior, diante dos ciclos econômicos a serem explorados coube o crescimento de algumas regiões e estagnação de outras. Ciclos econômicos estes segundo o autor voltados para o comércio externo, mais precisamente na Europa. (PRADO JUNIOR, 1986):

Ainda sobre o autor referindo as palavras de Frei Vicente de Salvador em 1962 sobre os portugueses, estes vivem a “andar arranhando ao longo do mar feito caranguejos” ou seja, o início da colonização se deu no litoral, deixando as entradas via interior a partir das necessidades de novos subciclos, que requisitavam abastecimento de alimentos para as empreitadas nos engenhos de cana -de- açúcar”.

O autor partindo de uma economia mais histórica, bebendo das ideias marxistas explica as fases produtivas, que separa a primeira como a da produção em larga escala, nesta

esteira aparecia o açúcar e o tabaco, em contrapartida, o autor refere que existiam as atividades acessórias, cujo intuito era abastecer o mercado interno e tal cultivo dava-se nos moldes da agricultura de subsistência.

O Nordeste Brasileiro, com auge produtivo nos ciclos da cana de açúcar, de forma secundária o couro teve povoamento fincado na estrutura da casa grande, e em menor escala a produção de outros produtos, subciclos, que nasceram do povoamento da região e da necessidade de dar cobertura ao mercado interno, como referido por Caio Prado, essas outras atividades serviram para fornecer alimento para os que se encontravam em ofícios nos engenhos e demais atividades complementares.

Percorrendo ainda sobre a formação do Nordeste, à luz da obra de Gilberto Freire mergulhamos num minucioso relato etnográfico da vida no período açucareiro e na percepção da herança deixada pelos senhores de engenho e estrutura social arquitetada, das relações de poderes e controle da estrutura familiar que configuraria a maquete da sociedade. Dessa forma compreende-se:

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao paterfamílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o "tigre", a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lavapés); de política o compadrismo. (FREYRE, 2001, p.09)

A obra de Gilberto Freyre (2001), dissecou de forma pormenorizada as relações estabelecidas no Brasil na época da colonização as relações entre senhores de escravo, com sua família, agregados e com seus escravos, ou seja, a construção da sociedade nos moldes da organização da casa grande: a empreitada do catolicismo para difusão da moral cristã, o policiamento dos corpos, em especial os femininos, a coisificação dos corpos de mulheres escravas, as relações de compadrio.

Relações que alicerçaram o fenômeno do coronelismo como mediação de poder local, a estrutura fundiária concentrada nas mãos de determinadas famílias detentoras dos engenhos de açúcar que entram em declínio abrindo espaço para o cultivo do café no Sul do país. O declínio na região nordestina historicamente irá influenciar em sua formação socioeconômica, bem como no paradoxo existente entre as regiões sul, sudeste e centro-oeste, se imbricam nos ciclos-econômicos, desde sua colonização aos dias atuais.

Nos estudos de Furtado (1997, p.116)) discorre que a “transferência da mão -de - obra dos engenhos pra sul de cultura cafeeira, e com expansão dos preços no mercado internacional, ” modificaria o cenário nacional aonde a classe de agricultores do setor cafeeiro paulatinamente vão conformando o empresariado do Sul, fator que culmina na ascensão econômica desta última região. Podemos ressaltar que com essa mudança de poderes políticos do cenário nacional caminharam “*pari passu*” com a região em desenvolvimento econômico.

A herança que a região Nordeste trouxe com o processo histórico reverbera atualmente o cenário da região, as múltiplas faces da questão social que incide sobre desigualdade social, concentração fundiária e de renda bem como a desigualdade de renda entre homens e mulheres, brancos, negros e índios litoral e sertão, agreste e zona da mata. Ou seja, desigualdade dentro da própria região.

Figura 02 - Gráfico da desigualdade na Região Nordeste (2016)



Fonte: Revista Superinteressante 31 de outubro de 2016.

Observado o quadro acima, verificamos as disparidades dentro dos Estados Nordestinos, exemplo o grande quantitativo de pobreza no Estado de Alagoas, Piauí, Pernambuco etc. Tal fenômeno não pode ser dissociado da herança do protagonismo do Sul e Sudeste, bem como a concentração de poder político em poucas famílias, bem como descaso com a gestão Pública, estabelecendo laços ilegais entre o público e o privado.

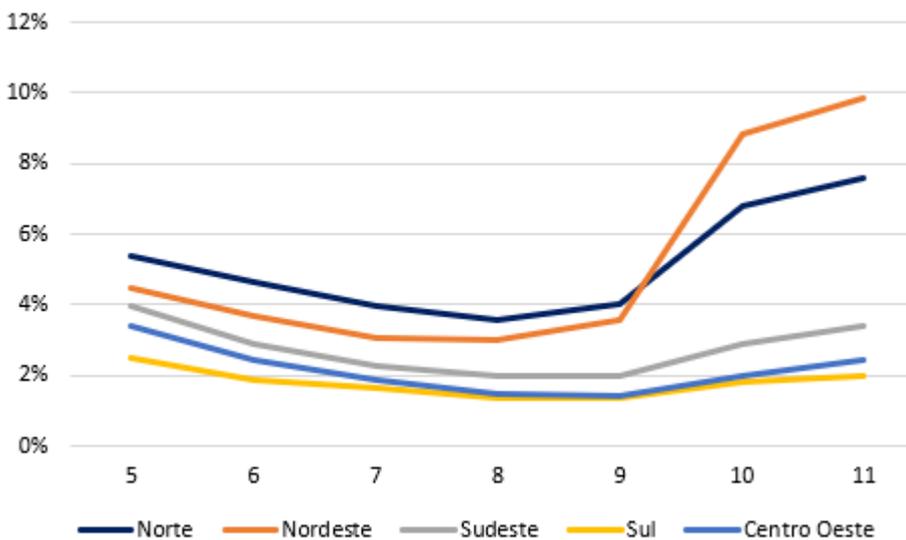
Atualmente, o Nordeste tem apresentado alguns indicadores sociais não muito animadores, segundo dados colhidos no site da Agência de notícias do IBGE a região Nordeste, O Nordeste concentrou o maior percentual daqueles em situação de pobreza, 44,8%, o

equivalente a 25,5 milhões de pessoas. Entre os estados, a maior proporção de pobres estava no Maranhão, com mais da metade da população, 54,1%, e em Alagoas, 48,9%.

Muito embora a concentração de renda tenha caído em quase todas as grandes regiões brasileiras, sendo o menor índice no Sul 0,467 e a maior redução no Norte de 0,551 para 0,537 a alta na desigualdade do Nordeste, que passou de 0,545 para 0,559, contribuiu com a estabilidade do índice de Gini em 2019. (IBGE, 2019)

Com a pandemia da COVID-19 houve alteração ainda mais no indicador pobreza extrema na região Nordeste, vejamos o gráfico abaixo:

Figura 03- Índice de Pobreza por Regiões no Brasil



Fonte: PNAD, 2019.

O destaque para o gráfico acima é que ele se deu sem a inclusão do Auxílio Emergencial, que alterou benéficamente a renda das famílias e indivíduos, mas sabendo que tal benefício no valor que se encontra de R\$ 600,00 ainda não está acertado pela equipe do governo para ano de 2023, até por que é ano de eleição e de concreto temos que esse valor vai até dezembro de 2022, segundo o Site do Senado Federal, a proposta de Jair Bolsonaro ao Congresso não inclui aumento do auxílio para 2023, o valor médio será de R\$ 405,00. (BRASIL, 2023)

No gráfico, percebemos o aumento da pobreza aumentando no Norte e Nordeste, um equilíbrio na região Sul, e Sudeste. No que diz respeito ao Nordeste entre 2018 e 2019, foi

a região que sofreu a maior redução de percentual de domicílios com beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) 6,1%. (IBGE, 2019)

Sobre questões de gênero possuem forte impacto da herança da desigualdade social, as mulheres sentem mais fortemente o processo de exclusão e diferenciação no que tange renda e ocupação no mercado profissional, ou seja, da divisão sexual do trabalho, é certo que algumas conquistas nessas últimas décadas tenham sido positivas.

Coletamos junto aos dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em sua página de sua agência de notícias, referente aos rendimentos das mulheres constando 22,9% menor que o dos homens apesar de as mulheres representarem mais da metade da população em idade de trabalhar, os homens preencheram 57,5% dos postos de trabalho. As mulheres receberam, em média, R\$ 1.836, o equivalente a 22,9% menos do que os homens R\$ 2.380.

Diante desse recorte traçado por indicadores, pode-se perceber que a desigualdade na região ainda é fator preocupante, é importante realizar uma interface com tais números e literatura sobre a formação histórica e social destarte, avaliar as políticas públicas via Estado. É de grande relevância estudos científicos sobre Políticas Públicas que norteiam considerações por parte da academia e tais resultados servirem para tomadas de decisões por parte dos agentes do Estado e gestores que elaboram e executam as políticas públicas.

3.2 Ciará grande: das terras alencarinhas ao semiárido: tenacidade do sertanejo na luta pela vida

Consultando o dicionário Michaelis verificamos o significado de alencarino como um adjetivo relativo ou pertencente ao escritor brasileiro José de Alencar (1829-1877), a sua obra ou estilo.

Escritor nascido no Sítio Alagadiço Novo, Messejana, devido suas obras literárias, há essa relação gentílica em relação aos fortalezenses, sendo a capital do Ceará, evidenciar os aspectos culturais de um povo, adensa o estudo de forma mais profunda, resgata identidades de indivíduos que lutam pela existência em meio a um histórico de estiagens e esquecimento por parte das políticas públicas do Estado cearense.

No que tange a etimologia do Estado, dotado de vários entendimentos ressaltamos aqui de passagem sua possível significância, mais que um nome uma palavra que culturalmente

identificam pessoas, e faz de uns coletivos traços peculiares que culminam num jeito de ser do cearense, em especial o sertanejo.

Segundo o autor Raimundo Girão (1986, p. 22):

Aires do casal, na coreografia brasílica, anota que CIARÁ, no idioma de indígenas, quer dizer canto da jandaia, papagaio pequeno e grasnador: SEMO, conto forte, clamar, e de ARÁ pequena ave ou periquito. José de Alencar adota esta etimologia, acrescentando que é a ‘‘verdadeira, não só conforme a tradição, como as regras da língua tupi (Iracema, notas) apoiando-se em casal o Mons. Pizarro, sustenta Milliet de Saint Adolpho, em seu’’ dicionário Geográfico do Brasil’’, termo Ceará, que o nome vem de certa espécie de papagaios que os Tapuias apelidavam CIARÁ.

No que diz respeito ao processo histórico conforme o autor Airton Farias ‘‘Os sertões cearenses foram desbravados em função de sua pecuária, a partir da segunda metade do século XVII e, sobretudo, no começo do século seguinte, num processo violentíssimo e que levou à dizimação de milhares de indígenas.’’ (FARIAS, 2005, p.35) Seguindo o processo que ocorria no Brasil, no genocídio dos povos originários a colonização vai criando seus moldes embasados em violência e exploração.

A posteriori, com o desenvolvimento da pecuária e assim um crescente comércio do couro, e da conservação da carne que ficou conhecida como charque, indícios econômicos nascem na capitania. Conforme Girão (1996) *apud* Chaves (2016, p.33):

As charqueadas funcionavam da seguinte forma, a carne de gado era aproveitada e o couro era destinado à produção de meios de sola, vaquetas e pelicas. Girão (1995) enfatiza que o comércio do couro alavancou o crescimento destes negócios, chegando a ser produzido de 25.000 a 30.000 couros salgados. As produções se tornam um negócio tão vantajoso que atraiu para a região Jaguaribana pessoas interessadas a investir nesse produto. Além da região Jaguaribana o baixo Acaraú que contemplava as atuais cidades de Granja, Camocim e Sobral, destacou-se no desenvolvimento de tal atividade. Alguns documentos encontrados em Pernambuco enfatizam a importância da Riberia do Acaraú, bem como a capacidade de liderança desempenhada pela Vila de Sobral.

Sucessivos ciclos econômicos como algodão, tabaco, carnaúba etc. fez nascer um povo direcionado para a agricultura e pecuária, na figura emblemática do vaqueiro, porém, com concentração fundiária e poderio em poucos grupos familiares, que no percurso histórico culminou com o fenômeno do coronelismo e subjacente poder político do Estado.

Assim, descreve Leal Vitor (2012, p.01) por isso mesmo, ‘‘o ‘‘coronelismo’’ é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras.’’ O autor procura trazer a ideia de que o fenômeno do coronelismo é fruto das formas

políticas estruturadas no período colonial em que o poder privado se entrelaça com o público e a sua utilização inadequada em proveito próprio ou de terceiros.

O coronelismo perpassa pelas questões de poder em relação ao patriarcado e posição de superioridade sobre as mulheres, sejam elas escravas senhoras da elite, e os chamados agregados em geral. É o poder centralizado na figura de um homem rico e branco, detentor de propriedade e de “vidas” que como já descrito acima detém privilegiada posição frente ao Estado.

Nos aspectos geopolíticos, o Estado do Ceará conta área total de 148.886,308 km² fazendo divisa com os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Piauí, sendo banhado pelo oceano Atlântico possuindo 573 quilômetros de praias. Segundo site oficial do IPECE-Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará.

Estado tem localização na região Nordeste do Brasil, no que diz respeito aos limites temos: Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul com o Estado de Pernambuco; a Leste com o Rio Grande do Norte e Paraíba e Oeste com o Estado do Piauí. Perfazendo uma área territorial de 148.886,3 km², o que equivale a 9,58% da área pertencente à região Nordeste e 1,75% da área do Brasil. Sendo o 17^o em extensão territorial a nível nacional (IPECE, 2007).

No que diz respeito à divisão político-administrativa, o Estado é formado por 184 municípios, sendo Santa Quitéria o de maior extensão territorial, com 260 km² em segundo e local de estudo dessa pesquisa o município de Tauá com extensão de 4.018 km², em seguida Quixeramobim com 3.276 km², Independência 3218,7 km e por fim Canindé com 3218,5km.

A composição das regionais e macrorregionais dos municípios adotada pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) é composta por 14 Regiões de Planejamento, sendo: Cariri, Centro Sul, Grande Fortaleza, Litoral Leste, Litoral Norte, Litoral Oeste / Vale do uru, maciço de Baturité, Serra da Ibiapaba, Sertão Central, Sertão de Canindé, Sertão dos Crateús, Sertão dos Inhamuns, Sertão de Sobral e Vale do Jaguaribe (CEARÁ, 2020a).

Um Estado com predominância de região semiárida (Figura 1), com índices pluviométricos baixos o Ceará sofre constantemente com estiagens, sua história se entrelaça com esse fenômeno climático, que em sua cultura tem padroeiro São José como rogador da chuva em favor dos agricultores.

Mediante tal contexto, podemos referir sobre o polígono das secas que ganhou denominação mediante lei n^o 1348 de janeiro de 1951, ainda no Governo do Presidente Getúlio

Vargas. Em seu Art. 1º É estabelecida a seguinte revisão nos limites da área do polígono das secas, previstos na Lei número 175, de 7 de janeiro de 1936, e no Decreto lei nº 9.857, de 13 de setembro de 1946.

O dispositivo legal, elenca os imites e cidades que incluem na faixa poligonal, que perpassa por João Pessoa capital da Paraíba, a cidade de Natal no Rio Grande do Norte, Fortaleza Estado do Ceará e Piauí, cidade de Barras Parnaíba, afluência do Uruçuí Preto a cidade de Gilbués, no Piauí; a cidade de Barras, no Estado da Bahia; e, pela linha atual, cidades de Pirapora, Bocaiuva, Salinas e Rio Pardo de Minas, no Estado de Minas Gerais; cidades de Vista Nova, Poções e Amargosa, no Estado da Bahia; cidades de Tobias Barreto e Canhoba, no Estado de Sergipe; cidade de Gravatá, no Estado de Pernambuco (BRASIL, 1951, *online*).

Em que pese essa Dissertação estamos em um Estado que se enquadra na faixa do polígono das secas, o que influencia em desafios aos agricultores e agricultoras em meio as intempéries.

Figura 04 - Ceará no Polígono das secas



Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA, 2005.

No ano de 2005 através do Ministério da Integração houve alteração para o que compõe a região do semiárido, bem como os requisitos para configuração, mediante portaria Interministerial nº 6, de 29 de março de 2004 que através de um grupo de trabalho (GT) constituído por vários ministérios e Instituições tais como: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs); Agência Nacional de Águas (ANA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais (INPE); Instituto Nacional do Semiárido (IESA) Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa), dentre outras (PEREIRA JUNIOR, 2007, p. 3).

Os estudos realizados pelo Grupo de trabalho Interministerial (GTI) definiram três parâmetros para delimitação do semiárido sendo critérios técnicos sobrepostos sendo estes:

- a. Precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros (isoieta de 800 mm);
- b. Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e
- c. Risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

No que conste nessa nova atualização o semiárido teve sua área acrescida de 8,66%, aumentando 892.309 km² para 982.563 km² o Estado de Minas Gerais foi o que teve maior inclusão de municípios com mais de 45 municípios. (BRASIL, 2007)

Abaixo segue visualização do número de municípios por Estados que estão delimitados como semiárido. As estiagens que assolam o Estado do Ceará dificultam a vida dos agricultores, seja na cultura de hortaliças e legumes, como no que diz respeito aos recursos hídricos.

Tabela 1 - Número de municípios abrangidos pelo semiárido brasileiro.

Estado	Total de Municípios	Nº de municípios no semiárido				Área Total (km ²)	Área no semiárido	
		Anterior a 2005	Incluídos em 2005	Atual	%		(km ²)	%
Alagoas	101	35	3	38	37,25	27.819	12.687	45,61
Bahia	417	257	8	265	63,55	564.693	393.056	69,61
Ceará	184	134	16	150	81,52	148.825	126.515	85,01
Minas Gerais	853	40	45	85	9,96	586.528	103.590	17,66
Paraíba	223	170	0	170	76,23	56.440	48.785	86,44
Pernambuco	185	118	4	122	65,95	98.312	86.710	88,2
Piauí	223	109	18	127	56,95	251.530	150.454	59,82
R. G. Norte	167	140	7	147	88,02	52.797	45.590	93,93
Sergipe	75	28	1	29	38,67	21.910	11.176	51,01
Total	2429	1031	102	1133	46,64	1.808.854	982.563	54,32

O Estado do Ceará, segundo matéria do jornal o povo, publicada em 12/04/2018 mediante divulgação da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD), ocupa o ranking de terceiro lugar em desigualdade social no Nordeste, já em relação ao país fica em sétimo lugar. A matéria diz ainda que no ano de 2017 44,7% de todos os rendimentos encontram-se concentrados em 10% da população.

Ou seja, o Estado configura uma forte desigualdade social. Em que realize esse estudo, nas interconexões a nível mundial, nacional regional e local, é de suma importância contextualizarmos o Estado do Ceará, bem como a região semiárida no que diz respeito às desigualdades sociais, só assim, podemos fazer um arremate do contexto geopolítico.

Segundo um estudo realizado pelo IPECE no ano de 2020, no que concerne a desigualdade do rendimento médio real de todos os trabalhos cearenses apresentou, entre 2012 e 2014, forte tendência de redução. No entanto, a partir do ano de 2015 passa a crescer continuamente, alcançando dessa forma um Índice Geni de 0,547, em 2019, superior ao Nordeste 0,531 e o Brasil 0,509.

Levando em conta o comportamento do indicador no Nordeste, houve um aumento em relação ao ano anterior, 2018, voltando ao mesmo patamar de 2017, enquanto no Brasil, manteve-se constante entre 2018 e 2019. a concentração de renda e a diferença em relação ao rendimento médio dos trabalhadores brasileiros, nordestinos e cearenses, apresenta o rendimento médio mensal real de todos os trabalhos dos 50% da população ocupada com menores rendimentos.

No Brasil, o rendimento médio dos trabalhadores nessa classe de rendimentos é, em média, de R\$ 850 reais, valor este, inferior a um salário mínimo de 2019 (R\$ 998). Apresentando redução a partir de 2015, o rendimento dos trabalhadores com os menores ganhos está praticamente estável desde 2017. Em comparação a 2012, registrou um aumento de 4,3% na média nacional. (IPCE, 2019)

O estudo adverte que o valor se torna ainda menor para os trabalhadores ocupados na região Nordeste e no Ceará. “O rendimento médio dos trabalhadores classificados nos 50% menores rendimentos é de R\$ 569 no Nordeste e de R\$ 566 no Ceará. mesmo apresentando um aumento maior que o Brasil e o Nordeste entre 2018 e 2019, o rendimento médio dos trabalhadores cearenses ainda é o menor das três regiões analisadas.” (CEARÁ, 2020b, *online*).

Dessa forma, os 10% com menores rendimentos no Ceará tiveram uma perda de 1,7% nos seus rendimentos entre 2018 e 2019, enquanto na parte superior, os 10% (mais de 90% até 100%) com maiores rendimentos tiveram um ganho de 12,7% no mesmo período, sendo a maior variação entre as classes.

Em 2019, os trabalhadores que se encontravam na última classe de rendimentos, isto é, aqueles que faziam parte do 1% com maior rendimento, ganhavam, em média, R\$ 24.192 reais, 13,3% a mais que em 2018 (R\$ 21.356). Comparativamente, em 2019, este grupo recebia, em média, 43 vezes a renda dos 50% que recebiam menos no Estado, cujo rendimento médio mensal estava em torno de R\$ 566, apresentando a maior diferença no período analisado, em 2012.

Entre os anos de 2007 a 2017 segundo fontes do IPECE, de autoria do analista de políticas Públicas Alexandre Lira Cavalcante, a desigualdade salarial entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal cearense apresentou, de 2006 a 2017, queda para todas as faixas de escolaridade, sendo as maiores entre analfabetos e os profissionais com ensino completo. A diferença passou de 1,16, em média, para 1,08 vezes.

O referido estudo mostra que o homem recebe em média 1,53 vezes mais que a mulher. O mercado de trabalho formal continua sendo dominado pelos homens, que ainda conseguiram aumentar a participação no período analisado: para cada quatro mulheres no mercado existem cinco homens (IPECE, 2020).

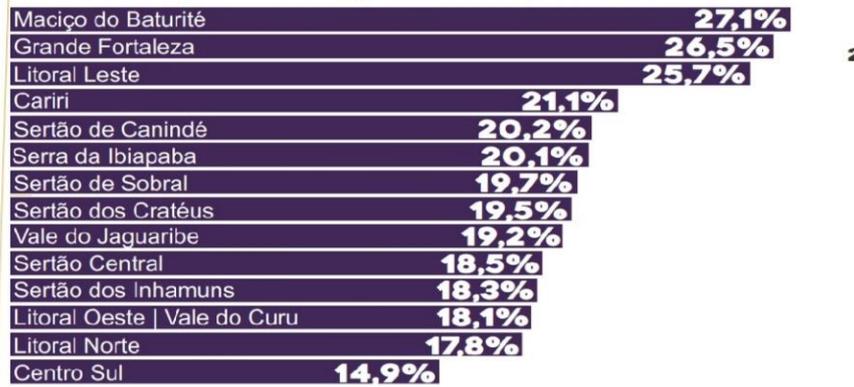
Diante de acelerada desigualdade social em nosso país, e em escala regional, em especial no que concerne o Estado do Ceará, é de suma importância que as Políticas Públicas sejam ofertadas via Estado, cujo intuito seja amenizar tais incorreções sociais, em especial aos agricultores e em específico as trabalhadoras rurais do semiárido nordestino tão pauperizado por seu legado sócio-histórico.

Segundo pesquisa realizada pelo Dieese (Figura 2), mostra que o Estado do Ceará está com 297,8 produtores da agricultura familiar, deste total segundo gráfico acima as mulheres correspondem 59,7 mil, que perfaz o percentual de 20%, cabendo ao homem um total de 79,8%.

Figura 05 - Indicadores de agricultoras na Região dos Inhamuns

MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR POR REGIÃO

Maciço de Baturité é a região cearense com maior concentração de mulheres na agricultura familiar, totalizando 27,1%. A Grande Fortaleza fica em segundo lugar, com 26,5%, e o Litoral Leste, em terceiro (25,7%). Já a região Centro-Sul tem a menor concentração de mulheres produtoras na agricultura familiar (14,9%).



Fonte: Dieese, 2020.

No que diz respeito a região desse estudo, Inhamuns, as agricultoras correspondem 18,3% galgando o 11º lugar em comparação com as demais regiões, tendo o Maciço de Baturité o primeiro lugar. É nítido que se faz necessário políticas públicas de incentivo e promoção para desenvolvimento de Programas e projetos voltados para a mulher do campo.

3.3. A Fome no Ceará: uma face esquelética de um país robusto em produção de grãos

O Brasil traz resquícios e um legado secular de insegurança alimentar em especial na Região Nordeste e mais preciso no Estado do Ceará, e no tópico acima percebemos que a localização no polígono das secas, acresce mais ainda os problemas sociais e de desigualdade, empobrecimento e fome, uma vez que há um legado histórico de descaso com a situação climática no Nordeste.

Tal cenário sempre fora narrada em escritos literários, poesias, músicas e crônicas, uma historiografia social que pela arte traduzia seu tempo, desde o Quinze da cearense Rachel de Queiroz, os sertões e vidas secas, ambas de Euclides da Cunha e Graciliano Ramos, que mediante a literatura, traduziam o retrato de um tempo vivido e observado de maneira crítica.

Nos estudos de Josué de Castro, em a geografia da fome no Brasil, o mesmo refere que esse fenômeno é consequência de nosso passado histórico, com os seus grupos humanos sempre em lula e quase nunca em harmonia com os quadros naturais.

Adiante ressalta que a agressividade do meio que através do colonizador que sempre desejando vantagens em seus planos mercantis, deixou um legado já atrás da triste geografia da fome. Com destaque para a influência Político-Social em detrimento de fatores biológicos, mas consequentemente causados pela economia privada e sua ganância.

As secas no Nordeste são fenômenos conhecidos desde os tempos coloniais, um cenário que mostrou a tragédia por que passava a população nordestina, em especial a cearense, foram os chamados campos de concentração, segundo Rios (2002 p.11) “estes foram construídos de modo estratégico: todos foram erguidos em lugares onde existiam estradas de ferro”. Com essa medida, o Governo tentava diluir as tensões que se constituíam nos pontos de trem, e ao mesmo tempo, tentava evitar a migração para a capital pela via férrea.

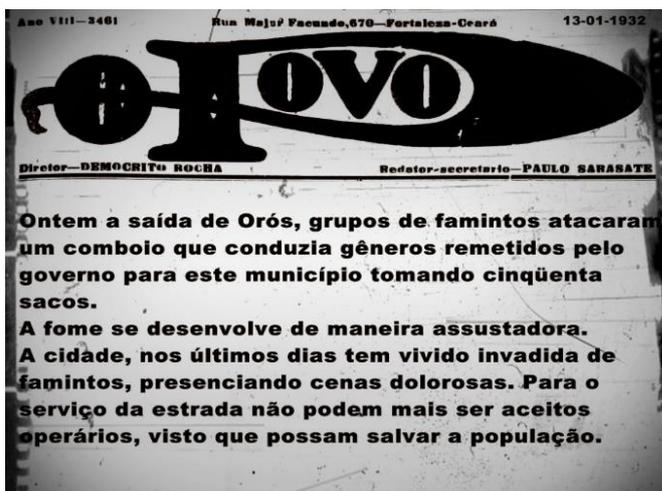
Narra Rios (2014) ressalta que a localização dos campos possibilitava um maior controle sobre a vida do retirante. Assim, um dos principais espaços de aprisionamento de flagelados eram os arredores das estações, ou melhor, os territórios onde o retirante tentava trocar a poeira do caminho pelas estradas de ferro.

Segundo o Site Marco Zero em 20 de junho de 1932, o jornal cearense O Povo destacava com informações oficiais o “Efetivo dos Campos de Concentração dos Flagelados”: em Ipu, o número de pessoas concentradas na data da publicação era de 6.507. Em Fortaleza, nos campos do Alagadiço e do Urubu, havia 1.800 pessoas.

Consta no site acima que o município de Quixeramobim o quantitativo de flagelados era de 4.542. o de Senador Pompeu, no campo do Patu, 16.221 muitas vezes ultrapassando até mesmo o número de moradores.

No campo de Buriti, no Crato, havia 16.200 pessoas, em Cariús, detinha o maior número de retirantes num total de 28.648. Em todo o estado, o total de pessoas mantidas nos campos de concentração naquele ano era de 73.918.

Figura 06 - Manchete de Jornal ano de 1932



Fonte: Jéssica Amorim, 2022.

Acima um recorte do noticiário do Jornal “O Povo” datado do dia 13 de janeiro de 1932, tendo a época redação de Demócrito Rocha jornalista e poeta baiano que fundou o jornal. Nota-se na noticia alarma para a tragedia que dizimou milhares de pessoas vítimas de fome.

Passados algumas décadas nos idos dos anos 60 do século XXI, algumas Políticas Públicas foram sendo direcionadas ao problema da seca no Nordeste, eis exemplo o DNOCS-Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, que em sua legislação de 1963 versava as seguintes providencias: lei nº4. 229 de 1º de junho do referido ano: (BRASIL, 1963).

Transforma o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) em autarquia e dá outras providências: Art. 1º O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) vinculadas ao Ministério da Viação e Obras Públicas, fica constituído em entidade autárquica, administrativa e técnica com sede e foro na capital da República, regendo-se pelo disposto nesta lei Parágrafo único. Enquanto não se efetivar a transferência da sua Administração Central, o DNOCS terá sua sede provisória em Fortaleza, Estado do Ceará.

Ou seja, o órgão agora não estaria mais como Política e Programas pontuais, com a referida mudança, o departamento passa a ser uma autarquia Federal, com autonomia para deliberar ações no combate à seca.

Contudo, o departamento já era bem antigo e passou por várias alterações, sua origem data de 1909, na época era vinculado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, com o nome de Inspetoria de Obras contra as Secas. Em 1919, passou a chamar-se Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS) e, em 1945 com a denominação atual.

Outra Instituição que é de suma importância mencionar foi a criação da SUDENE-Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que tem como promotor de tais ideias o economista Celso Furtado, que era um fervoroso pensador em ações de desenvolvimento do nordeste e economista que possuía uma visão econômica muito imbricada com as bases históricas da estrutura brasileira, assim: É nomeado, pelo presidente Kubitschek, interventor no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. Elabora para o governo federal o estudo "Uma política de desenvolvimento para o Nordeste", origem da criação, em 1959, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), com sede no Recife.

Em 1961, como seu superintendente, encontra-se em Washington com o presidente John Kennedy, cujo governo decide apoiar um programa de cooperação com o órgão, e, semanas depois, com o ministro Ernesto Che Guevara, chefe da delegação cubana à conferência de Punta del Este, para discutir o programa da Aliança para o Progresso. (BRASIL, 2022)

Os órgãos acima mencionados tiveram relevante papel nas políticas de combate à seca, de estratégias creditícias para o desenvolvimento do nordeste, outras, instituições também foram se juntando a essa política, tais como Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERCE) de 1954.

Um ponto relevante a suscitarmos refere sobre a seca no que tange a aceção do fenômeno meramente natural foi por anos utilizado como o único fator para a "miserabilidade do sertanejo" como se a questão Política tivesse ínfima influência no enfrentamento através de Políticas Públicas, até os dias de hoje muitos sertanejos e algumas crenças atribuíam a seca a "castigo ao povo nordestino".

Sobre as intempéries climáticas, segmentos sentem com mais intensidade seus efeitos, é o caso dos trabalhadores rurais que vivem no campo e no que diz respeito a questões de gênero, há uma intensificação de tais perdas da qualidade de vida.

4 QUESTÃO DE GÊNERO: OS ESPAÇOS NEGADOS A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO BRASIL

As desigualdades sociais transitam suas expressões e consequências nos segmentos historicamente colocados à margem social e rotulados com algum tipo de preconceito e estigma, é o caso das mulheres que desde a construção histórica alicerçada num modelo patriarcal, secundarizando o papel social da mulher, ou até mesmo anulando sua presença fora dos domínios domésticos. Reverberou em gerações de mulheres em situação de não qualificação profissional e assim na dependência de um homem para manutenção de seu sustento e o familiar.

Podemos entender que questões de gênero são multidimensionais, seja pela trajetória histórica espalhando os papéis femininos introjetados por ideologias de poder. Nesse entendimento analisa Biroli (2018) sobre estudos de Beauvoir e Wollstonecraft se deparam, sobretudo, nas dinâmicas de definições do feminino que atrelam as mulheres à vida doméstica família, restringindo sua inserção no mundo, sua atuação e sua autonomia.

De acordo com a historiadora brasileira Mary Del Priori em sua obra *História das Mulheres no Brasil*, analisa uma narração histórica a partir de eventos micro, dos quotidianos, das ações que passam muitas vezes imperceptíveis. Em sua narrativa sobre as mulheres no sertão nordestino, a historiadora refere que os espaços dado as mesmas eram na esfera privada, sendo que as mulheres de famílias ricas mesmo tendo um grau de instrução educacional, não utilizavam para realizar quaisquer atividades laborativas e de ofício.

O aprendizado ficava tão somente na esfera privada, o que era de atribuição das mulheres assim legitimado eram as atividades domésticas, “A mulher não era considerada cidadã política, muitas filhas de famílias poderosas nasceram, cresceram, casaram e, em geral, morreram nas fazendas de gado.” (DEL PRIORI; BASSANEZI, 2004, p.56)

Tal cenário traz resquícios de uma cultura patriarcal que tolhe os espaços de participação feminina, em especial nos sertões aonde tais introjeções se imbricam com a figura “masculina” de exaltação e poder.

Del Priori traz à tona a esfera privada em que a mulher se inseria mesmo as filhas de famílias mais abastadas, o fluxo normal dava-se em aprender prendas domésticas, algumas tinham mínimo de alfabetização, e por fim o casamento como “amparo” no que diz respeito à vida financeira bem como o simbolismo da mulher casada e aqui ficou “encalhada” pensamento

esse que continua até os dias de hoje em muitas mentalidades femininas, atribuindo ao casamento o sinônimo de realização enquanto ser mulher “completa”

Paralelo a esse pensamento, nos aspectos mais culturais e adeptos de uma historiografia social, como já pontuado em outro momento, nos estudos do historiador Durval Muniz Junior, há também um olhar direcionado a figura feminina da mulher sertaneja, retratada de outra forma, sai à docilidade e fragilidade, ou submissão e adentra o imaginário construído da mulher forte, “macho”.

Consoante Albuquerque Junior (2013, p. 224): A mulher nordestina foi criando-se em um imaginário em que existia a mulher-macho, tendo em vista a necessidade de seu território, hostil e de lutas, “mas a própria mulher nordestina como caracterizados por traços masculinos, traços herdados do meio rural, das atividades agrícolas e pecuárias, em grande medida, traços da sertaneja.”

Ao contextualizar esse universo afeta as questões de gênero e há de ser compreendida de forma plural, é fato a discrepância entre homens e mulheres no Brasil, em especial na Região Nordeste e no Estado do Ceará pelo entendimento de uma cultura machista e patriarcal.

Acerca da possível “masculinidade” da mulher sertaneja, ora cantada em versos, ora em literatura de cordel, ou obras literárias que de algum modo corroborou para tais construções, é lógico que não pode sem deixar de lado o momento da fabricação dessa cultura, haja vista, que poderíamos incorrer em anacronismos.

Contudo, sabem-se que apesar de ainda haver disparidade nas questões de gênero, muitos aspectos têm sido transformados, espaços de luta, movimentos sociais, legislações, políticas públicas etc. viabilizaram melhoria nessa conjuntura.

Outrossim, há que se ater aos papéis que são cindidos por gêneros, e quando a mulher ocupa espaços delimitados para o homem, surgem sentimentos permeados por preconceitos. Que no Estado do Ceará também é cultura machista arraigado ainda por tais diferenças, embora, como dito anteriormente, nas últimas décadas o cenário tenha melhorado.

As questões de gênero possuem forte impacto da herança da desigualdade social, as mulheres sentem mais fortemente o processo de exclusão e diferenciação no que tange renda e ocupação no mercado profissional, ou seja, da divisão sexual do trabalho, é certo que algumas conquistas nessas últimas décadas tenham sido positivas.

Nos estudos de Flávia Biroli, 2018 p.124 encontramos:

Entre 1970 e o início do século seguinte, o percentual de mulheres economicamente ativas passou de 18,5% para cerca de 55%, tendo alcançado um teto de 59% no ano de 2005. Modificaram-se assim, os ritmos e as feições da vida cotidiana. A posição delas se modificou, também, no acesso a escolarização. Hoje têm, em média, mais tempo de educação formal do que os homens, passando ser a maioria de pessoas matriculadas no ensino superior. Apesar da diferença entre o rendimento médio das mulheres e o dos homens permanece em torno de 25%.

Os dados acima, moldaram algumas mudanças no que tange o papel da mulher na sociedade, tais indicadores, foram frutos de luta e resistência, nada foi construído por iniciativa da elite masculina detentora dos meios de produção bem como dos aparatos institucionais políticos.

Nessa conjuntura, podemos invocar alguns momentos emblemáticos relacionados à luta das mulheres no que tange sua participação em espaços públicos e de poderes. Um histórico relevante foi a luta das sufragistas que por muito tempo foi capitaneado por mulheres de vanguarda.

Assim, discorre Marques (2018) mulheres com profissão de professoras, outras farmacêuticas, dentistas e escritoras, alcançada a profissão, viam-se tolhidas ao não poder votar dessa forma, era momento de lutar por esse direito, iniciando algumas ações como a criação de um jornal nominado de Jornal A Sufragista, que teve como criadora a Professora Josefina Alvares de Azevedo, que articulou com outras escritoras no Rio de Janeiro e enfileiraram a reivindicação pelo voto feminino.

É notório que um jornal escrito por mulheres foi um passo considerável tendo em vista a mentalidade da sociedade conservadora, escravagista e religiosa, permeadas por dogmas costumeiros que cerceava as decisões e policiamento de corpos femininos.

Ainda, segundo autora Tereza Marques após idas e vindas avanços e recuos, projetos de votação com restrição o então Presidente Getúlio Vargas revisou pessoalmente o texto da comissão, e o decreto do novo Código Eleitoral publicado em 24 de fevereiro de 1932, acolheu o voto feminino sem condições excepcionais.

Outrossim, a luta das mulheres continuou, as de família abastadas, bem como das mulheres das comunidades, morros, do sertão das periferias em geral, que em um papel de submissão diante de uma sociedade fálica, herdou um legado de empobrecimento e dependência econômica de maridos e pais. É nítido que em décadas houve significativas mudanças, mas a passos tímidos e a lutas muitas vezes lançada com perdas e sofrimentos.

Não podemos passar despercebido nessa dissertação os marcos emblemáticos de conquistas femininas no que tange espaços profissionais, legais e sociais. Pesquisando legislações revogadas, podemos caminhar pelo Código Civil de 1916, que em seu artigo 233 CC/2016 tinha em sua redação que as decisões familiares ficavam único e exclusivamente na incumbência do marido, este era quem ditava as regras sobre a educação dos filhos, quais profissões poderiam ser seguidas. (BRASIL, 2022)

Ao homem era dado a administração patrimonial e de trabalho, devendo ser arrimo de família. O referido código em seu artigo 242 discorria que a mulher só poderia trabalhar se o marido assim permitisse, e isto requisitava até mesmo previa autorização do esposo.

Outra forte repressão à mulher era em especial ao corpo feminino e sexualidade, havia previsão legal nos artigos 218 e 219, constando dos nubentes poderia anular o casamento, caso a mulher já fosse “deflorada”. É um tempo histórico de muita repressão aos direitos feminino, com o advento do código civil de 2002 tais leis foram revogadas.

4.1 As Margaridas do Sertão, suas lutas e resistências por inclusão e direitos: os perigos de ser mulher no campo

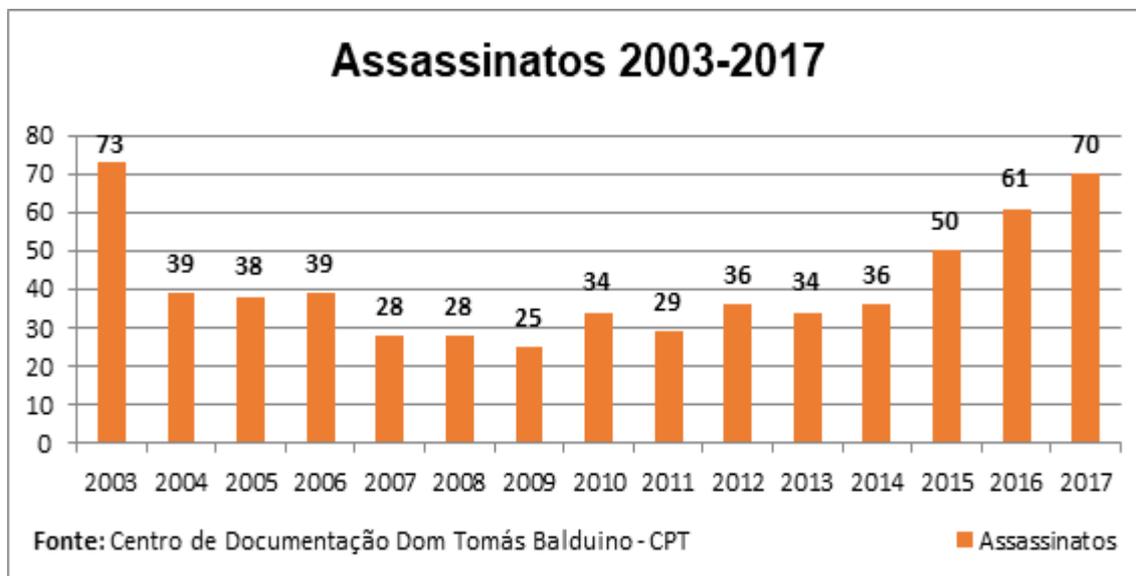
O cenário das mulheres no Brasil ao longo da história foi de submissão e cumprimento dos mandos autoritários dos homens, sejam eles, pais, maridos e sociedade em geral, se nas classes mais ricas as mesmas sofriam os efeitos do poder patriarcal, imaginemos as mulheres sertanejas que viviam em um empobrecimento transgeracional oriundo da questão da “seca” do esquecimento do poder central em detrimento do Sul e Sudeste, e nulas Políticas Públicas que abarcassem as mesmas.

Nesta dissertação, importa mencionar a luta de algumas delas pelo direito de existir e viver em suas terras, sob a égide do descaso do Estado, ou do agronegócio. Segundo site Basil de fato em informações de Geisa Marques ressalta o movimento denominado, **A Marcha das Margaridas**, que ocorrem nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília (DF), é o maior coletivo de mulheres trabalhadoras da América Latina.

No que tange o marco histórico, este nasceu no ano de 2000 do século XX aonde a mobilização foi realizada pela primeira vez também no próprio ano e naquela época foi homenageado pela ativista Margarida Maria Alves que era uma sindicalista paraibana e foi assassinada pela defesa dos direitos das mulheres na agricultura naquele Estado.

Abaixo, demonstra-se através de gráfico, uma estimativa de violência contra as mulheres no campo, em especial as que possuem militância em prol de seus direitos e de melhoria na qualidade de vida.

Figura 07 – Número de mulheres assassinado no campo



Fonte: Site Comissão Pastoral da Terra – CPT, 2003.

É alarmante o alto índice de assassinatos de agricultoras, sindicalistas e ativistas no Brasil, vejamos o quadro acima dos anos de 2002 a 2017, a leitura que se faz é que no ano de 2002 a índice era alto, com quedas no ano de 2004, de 2008 a 2010 uma significativa diminuição, com aumento novamente de 2014 a 2017.

No que concerne feminicídio os índices também estão sendo intensificados a cada ano, o quando abaixo percebemos que existe uma axercebação de feminicídios nas regiões Norte, centro-oeste e Nordeste, mas uma situação preocupante para a existência da mulher no Brasil.

Figura 08 - Femicídios em 2020



Fonte: Site G1 Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020.

Diante dos cenários apresentados é de suma importância que existam Políticas Públicas de defesa dos direitos das mulheres, que tais indicativos sejam combatidos num olhar multifatorial, perpassando pela cultura histórica machista, a questão da pobreza das mulheres de ínfimas políticas de proteção; e a legislação protetiva com pouco alcance prático na vida das mulheres. Destarte, dentre outras percepções e de forma breve podemos inferir sobre dados econômicos frente à mulher no país.

Coletamos junto aos dados do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) pesquisados em sua página de sua agência de notícias, referente aos Rendimentos das mulheres constando 22,9% menor que o dos homens apesar de as mulheres representarem mais da metade da população em idade de trabalhar, os homens preencheram 57,5% dos postos de trabalho. As mulheres receberam, em média, R\$ 1.836, o equivalente a 22,9% menos do que os homens R\$ 2.380.

Conquanto, o Sudeste tenha tido a maior média de rendimento para homens R\$ 2.897 e mulheres R\$ 2.078, porém teve a maior desigualdade, com as mulheres ganhando 28,3% menos do que os homens. Na análise por cor ou raça, o rendimento médio de todos os trabalhos das pessoas brancas R\$ 2.810 foi aproximadamente 45% maior do que o das pessoas pretas R\$ 1.547 e pardas R\$ 1.524.(IBGE, 2019)

Ante o exposto, é necessário criação de políticas públicas transversais que possibilitem a diminuição desses números crescentes. Dessa forma, a academia deve contribuir avaliando Políticas Públicas direcionadas as mulheres, em especial as mais vulneráveis. O próximo tópico, adentraremos na questão do Estado diante de Políticas Públicas e percorreremos desde conceitos, teorias acerca de tais arranjos institucionais e como se porta os poderes constituídos para tal fim em nossa formação social e histórica.

Diante dos cenários apresentados, é de suma importância que existam Políticas Públicas de defesa dos direitos das mulheres, que tais indicativos, sejam combatidos num olhar multifatorial, perpassando pela cultura histórica machista, a questão da pobreza das mulheres, de poucas políticas de proteção e as que possuem insuficientes de uma legislação protetiva ainda em processo de adequação.

No próximo capítulo, adentramos na questão do Estado diante de Políticas Públicas e percorreremos desde conceitos, teorias acerca de tais arranjos institucionais e como se porta os poderes constituídos para tal fim em nossa formação social e histórica.

5 ESTADO: CONCEITOS, ANÁLISES DE SUA FORMAÇÃO E PODERES NA SOCIEDADE

O Estado como concebemos hoje, foi se moldando de acordo com os processos histórico e intimamente ligado às classes que detinham os poderes econômicos, à medida que os ajustes eram necessários para um grupo, ou grupos de comando, as configurações iam paulatinamente sofrendo mudanças, e ganhando novos contornos.

Desde os clássicos conhecidos como contratualistas, perpassando por Marx, Althusser e Weber e na contemporaneidade Philip Bourdieu, que atentaram em seus estudos para análise do Estado e seus mecanismos processuais. De acordo com (Hobbes, 2011 p.52),

Diz-se que um Estado foi instituído quando uma multidão de homens concorda e pactua, cada um com cada um dos outros, que a qualquer homem ou assembleia de homens a quem seja atribuído pela maioria o direito de representar a pessoa de todos eles (ou seja, de ser seu representante), todos sem exceção, tanto os que votaram a favor dele como os que votaram contra ele, deverão autorizar todos os atos e decisões desse homem ou assembleia de homens, tal como se fossem seus próprios atos e decisões, a fim de viverem em paz uns com os outros e serem protegidos dos restantes homens.

Na concepção de Thomas Hobbes, era necessária a existência de uma representação em nome de todos, inclusive dos que não os representassem, com a finalidade de um poder forte, que pudesse conclamar a obediência de todos e assim construir paz em torno daquela sociedade. Que o poder teria finalidade a riqueza não meramente econômica, mas da honra de cada um, que seguindo o pacto contratual em benefício de um resultaria era de benesse para todos os homens.

Continuando com o conceito sobre Estado, indo de encontro a autores contemporâneos, encontramos em Pierre Bourdieu, que ao estudar o Estado, também como Weber, percebe este como promotor de violência legitimada, contudo, Bourdieu acresce a palavra simbólica para essa violência legitimada. “O Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe, essa realidade ilusória, mas validada coletivamente pelo consenso”. (BORDIEU, 2014, p. 45)

Na análise do sociólogo francês, podemos perceber uma compreensão para além do viés econômico, mas adentra em um universo das representações e estruturas do simbolismo e das mentalidades, algo que permeia em nosso lugar de pensamento, fortemente introjetado pela cultura e por nosso tempo histórico, que, de tão “natural” não percebemos as estruturas formadas e nos dada como algo pronto.

O italiano Norberto Bobbio compreende que exista campos complexos de definição do Estado, tal como é concebido, ressalta que as duas fontes principais para o estudo do Estado são: O estudo das instituições políticas e o estudo das doutrinas das instituições políticas. Assim, discorre Bobbio (2007, p.55)

Mais do que em seu desenvolvimento histórico, o Estado é estudado em si mesmo, em suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgãos etc., como um sistema complexo considerado em si mesmo e nas relações com os demais sistemas contínuos. Convencionalmente, hoje, o imenso campo de investigação está dividido entre duas disciplinas até didaticamente distintas: a filosofia Política e a ciência Política.

Ainda nos estudos de Bobbio acerca do Estado, o mesmo segundo estudos de Jellinek construiu uma diferenciação sobre o tema, que foi acreditada por Max Weber, que mediante a concepção de Doutrina geral do Estado, haveria que se falar na necessidade de distinguir o ponto de vista jurídico para o ponto de vista sociológico, ou seja, ambos estão estabelecidos de maneira intrínseca, análises sob a ótica jurídica os que elaboram as leis, e de outro o viés sociológico com objetos ampliados da análise da sociedade e contexto social.(op.cit.p.57)

Ao compreendermos os aspectos que permeiam a formação do Estado, desde o conceito de sociólogos e estudiosos clássicos aos contemporâneos, percebemos que o Estado vem modificando seu aparato legal, mas o poder sempre está nas mãos de uma minoria que detém o poder econômico, consequentemente o político.

As Políticas Públicas em suas formas menos sistemáticas, nascem como início do olhar do Estado aos direitos do indivíduo, seja em que intenção garantidora ocorra, sabe-se que a priori para salvaguardar a propriedade individual.

Nessa esteira, há que analisarmos ainda que de maneira breve, o movimento estatal acerca dos direitos materiais que convergiram em Políticas Públicas via aparato estatal institucional.

Permeando por mais estudos sobre o Estado, podemos compreendê-lo atrelado ao Poder Político, de uma elite centralizadora. Diante dessa visão encontramos nas reflexões de Diniz & Boschi (2000, p.27)

Deve-se atribuir importância à formação de um Estado patrimonial, cujas características básicas seriam um acentuado grau de autonomia, centralização e, portanto, dotado de uma relativa capacidade antecipatória na absorção e resolução de conflitos sociais [...] ora, no caso do Brasil, teríamos, ao contrário, a participação

política de grupos sociais voltada prioritariamente para a conquista de posições de poder e prestígio dentro da esfera burocrático-administrativa.

Numa breve reflexão do texto acima, podemos compreender que o Estado possui um aparato centralizador e que o poder de um grupo detém a burocracia estatal, tendo amplo poderes dentro das instituições que correm riscos de institucionalização do mesmo em favor de grupos políticos, o que é deveras perigoso, não só do ponto de vista legal, mas acima de tudo incide direto no processo democrático e fragilização das instituições.

Para além do uso burocrático institucional alguns autores se debruçaram sobre tais instituições e as ideologias por estes espalhadas, no caso, invocaram os estudos de Althusser, que visa compreender os aparelhos ideológicos do Estado e seu desdobramento na vida da classe trabalhadora.

Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam eles quais forem, concorrem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações de exploração capitalistas. (ALTHUSSER, 1980, p.62) O sociólogo faz uma distinção sobre aparelhos ideológicos e aparelhos repressivos, o primeiro remete a esfera privada, conquanto o segundo acontece na vida pública.

Transitando por outros autores que dissecaram estudos acerca do Estado, é vultoso entrar nos escritos do Italiano Antônio Gramsci, este sendo um filósofo que bebeu nas fontes escritas por Karl Marx, no entanto, já em seu tempo, acresceu pontos aos fundamentos do marxismo.

Em consonância com os escritos de Antônio Gramsci mediante os estudos de Carnoy (1998, p.91) sobre o estado, infere-se que “Ele atribuiu ao Estado aparte da função de promover um conceito (burguês) único da realidade e, conseqüentemente, emprestou ao Estado um papel mais extenso (ampliado) na perpetuação das classes.”

Na concepção de Gramsci, seu olhar vai além do que preconizava Lenin, pois, ele partiu da ideia que a classe trabalhadora também possui capacidade de desenvolvimento de uma consciência de classe, e que quando tal falta de consciência não aconteciam, os trabalhadores eram alienados de sua posição de classe, não somente pelo viés econômico, mas o próprio Estado que utilizava o poder e de sua superestrutura para impedir a autoconsciência de classe.

Nessa exegese, podemos compreender que existe em Gramsci um Estado ampliado, de maneira que a sociedade civil detém poderes de organização e de luta. No contexto do século XX, ele possibilitou de certa forma uma atualização das ideias marxistas, acredita do poder

coercitivo do Estado, mas juntaram outros atores e poderes, tais como o da sociedade civil, partidos políticos, sindicatos etc.

Em seu pensamento a luta deve ser travada dentro das ideias e não de uma guerra armada, e isso se daria dentro dos partidos políticos e Instituições que defendam o proletariado. Nos pensamentos do filósofo uma das maneiras de instrumentalizar a luta por ideias é que a classe trabalhadora igualmente a classe burguesa detenham uma mídia, que possibilite a classe trabalhadora expressar os seus pensamentos e direitos.

Em um próximo tópico, faremos uma interlocução entre Estado e o aparato legal, a lei como imperativo e regulador da vida em sociedade, da legislação a criação de direitos, que se transformam em Políticas Públicas via instituições.

Tais direitos, em sua maioria fruto da luta da classe trabalhadora e de certa estratégia de apaziguamento da classe trabalhadora mediante concessões de direitos para manutenção da ordem Social.

5.1 Algumas considerações sobre as gerações do direito, Constituição Federal de 1988 e legislações Sociais

No que tange o poder do Estado para invocar legitimidade frente a construção de suas funções, podemos ressaltar da importância de suas leis escritas ou consuetudinárias, que alavancaram o processo de formação do movimento constitucionalista, com intuito maior de limitar esse poder do Estado. Mediante tais análises podemos trazer sucintamente o constitucionalismo e alguns marcos importantes.

O constitucionalismo surge como aparato legal a fim de delimitar os poderes estatais, apesar de ter gênese ainda na antiguidade clássica, ganhou, no entanto, popularidade a partir dos movimentos revolucionários na França e América do Norte.

A partir desse movimento o Estado não pode ter viés totalitário, ou exceder-se em suas atribuições imperativas ou arbitrarias, mas em um engajamento que promova as liberdades individuais, primeira lógica desse movimento construída, no entanto só a partir do século XIX estende-se para direitos de cunho social.

Segundo Puccinelli Júnior (2013) O constitucionalismo liberal foi marcado pelo individualismo, proteção da propriedade privada, separação de poderes, contenção do aparato estatal e valorização dos direitos humanos de primeira geração. O constitucionalista discorre

que somente após as guerras mundiais, já no século XX surgem as chamadas constituições programáticas, sendo dirigentes estas foram direcionadas as ideias concernentes aos direitos Sociais, que foram conceituados de direitos de segunda geração e requisitavam naquele momento agendas estatais que construam direitos de maneira coletiva.

Trazendo novamente Norberto Bobbio, o mesmo também cunhou um estudo acerca dos direitos que denominou de geração, ou a terminologia dimensão. No raciocínio e investigação histórica o autor atenta para as dimensões dos direitos e o processo histórico que porventura culminam em novos direitos. Assim, entende-se:

Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de direitos de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído. Mas já se apresentam novas exigências que só poderiam chamar-se de direitos de quarta geração, referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo. (BOBBIO, 2004, p. 08)

O que compreendemos, que existiu um processo de amadurecimento do entendimento desde um direito individual ao direito coletivo, dos direitos oriundos da transformação tecnológica, científica que requisitam controle ético e garantia em nível de escala global.

A partir da evolução histórica acerca dos direitos humanos, dos princípios fundamentais que os baseiam, guiados pela influência da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão³ tendo como premissa basilar a dignidade da pessoa humana, o Estado e seu aparato institucional, de forma pragmática, desenvolveram paulatinamente políticas públicas mediante reivindicações de movimentos sociais, greves, lutas e resistências.

O Brasil possuiu sete constituições desde os tempos do império, segundo site do Supremo Tribunal Federal (STF) acresce que datam as mesmas das seguintes formas: 1824 ainda no período imperial, 1891 a primeira constituição da República, 1934 sendo democrática e de curta duração, a de 1937 que instituiu o Estado novo com consequente supressão de direitos

³ Símbolo maior da revolução Francesa em 1789, foi alçada a preambulo da primeira constituição francesa de 1791, e por sua importância singular, contribuiu para a expansão universal do constitucionalismo. O constitucionalismo liberal foi marcado pelo individualismo, proteção da propriedade privada, separação dos poderes, contenção do aparato estatal e valorização dos direitos humanos de primeira geração, sem alimentar, contudo, nenhuma pretensão em operar grandes transformações sociais

e garantias, a de 1946 que foi a de retomada democrática, uma nova ruptura em 1967 com a tomada do poder pelos militares, e a atual e considerada cidadã de 1988.

Realizar uma interface entre Estado e Constituições é um discurso profícuo, pois, é na formalidade da lei, que alicerça a construção de direitos e sua materialidade na construção de Políticas Públicas. A constituição de 1988 do século XX é considerada como uma das que alargou os direitos sociais, a implantação prática de tais garantias, se depara com gestões políticas e suas bases e plataformas governamentais.

De acordo com a doutrina a Constituição Federal de 1988 no que diz respeito a ideologia ela se classifica como eclética, significando que ela mescla ideias antagônicas, não limitando-se a uma única ideia, caso das classificadas como ortodoxas (Puccinelli, 2013 p.33).

Na Constituição Federal de 1989, a título de exemplificação desse entrelaçamento podemos encontrar de forma expressa no art.5º são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: **XXIII** - a propriedade atenderá a sua função social.

Apesar de vivermos em um sistema que prevalece a livre iniciativa a lei estabelece que a mesma tenha função social, embora encontremos tal norma positivada, o que está muito aquém na realidade da concentração fundiária no Brasil, que tem cenário em terras improdutivas e a propriedade como fonte única de poder e individualidade e concentração de riqueza. O contexto atual na condução da economia no país, com a face autoritária, conservadora e ultraliberal, resvala diretamente na constituição, pois, tais governos tendem a mitigar direitos sociais mediante emendas constitucionais.

A constituição de 1988 em seu artigo 6º sob título Dos direitos Sociais elenca os seguintes preceitos: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da constituição.” (BRASIL, 2022)

Analisando o referido artigo, percebemos que tais áreas em sua maioria são transversais e sistematizam as Políticas Sociais em nosso país, no que diz respeito a essa dissertação, pesquisando as políticas sociais a princípio as de transferência de renda com modelo seminal, com distribuição pecuniária e com condicionalidades.

No que tange a referida política teve conexão com o trabalho agrícola, e neste trabalho recortado por gênero imbricada diretamente na Política de segurança alimentar. Tivemos legalmente no ano de 2010 uma emenda Constitucional nº 64 que a incluiu ao texto constitucional a alimentação no rol dos direitos sociais. (BRASIL, 2010)

Ademais as agendas políticas governamentais como pontuado anteriormente, tendem a mitigar ou ampliar as legislações no que diz respeito ao papel do Estado nas execuções das políticas públicas, isso consoante a matriz governamental. Por exemplo, adicionar a alimentação no rol dos direitos sociais, é reflexo de uma agenda de governo na época praticada.

Contudo, outras emendas correm em contramão das políticas públicas de cunho social, com plataformas de ajustes fiscais, diminuição do Estado e transferência para a sociedade civil, com marketing de “amigos /voluntario” na ajuda aos mais necessitados e até mesmo as instituições, vale lembrar nos anos de 1990 os amigos da escola.

Ainda sobre emendas constitucionais em 2020 destacou-se a EC nº 55 que congelou gastos com saúde e educação por 20 anos, diante de tais instrumentos legais analisamos a seguir sobre a crescente busca por emendas constitucionais quando gestores decidem diminuir incentivos as Políticas Sociais. “Art. 101. Fica instituído o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos artigos. 102 a 109”

A emenda constitucional nº 55 do ano de 2016 sob o governo de Michel Temer demonstrou a escolha da agenda governamental o que tange as políticas Públicas, discorro tal emenda por atacar as políticas Públicas nas questões relacionadas aos investimentos em saúde e educação, áreas essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária.

Segundo Couto & Arantes (1994, p.16),

As 34 emendas constitucionais aprovadas durante os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso são um indicador incontestado do fato de que durante este período o país viveu uma autêntica agenda constituinte, afinal de contas aprovaram-se na média 4,25 emendas por ano. Considerando-se que entre 1988 e 1994 apenas outras quatro haviam sido aprovadas (excetuadas as seis Emendas de Revisão de 1994), o número impressiona.

Nesse contexto, podemos destacar que com o Governo de FHC, com a implantação mais expressiva da economia neoliberal no país incidiu diretamente nos direitos sociais que sofreram ataques e desconstruções, sendo as Emendas Constitucionais utilizadas à medida da necessidade do mercado financeiro-rentista e aos grupos e acordos políticos.

Discorrendo ainda por nosso diploma maior no que se refere a abordagem ao modelo da Seguridade Social, este concebeu-se numa tríade dividido pela Assistência Social, Saúde e Previdência Social com fulcro no artigo 194 há expressado as formas e estruturas da Seguridade Social no Brasil, assim mediante texto constitucional dispõe:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I - universalidade da cobertura e do atendimento;
- II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V - equidade na forma de participação no custeio;
- VI - diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social; **(Nova redação dada pela EC 103/19)**

Observando os objetivos concernentes a Seguridade Social, e interconectando as três áreas sociais, saúde, assistência e Previdência, analisamos que alguns objetivos se comunicam com uma política e outras não, é o caso da Previdência, que não Possui caráter universal, para que o indivíduo tenha fruição da mesma, é necessário ser segurado, e esse requisito está intrinsecamente ligado com a formalização do mercado de trabalho, que em nosso país é deficitário.

No que pese a Assistência Social a área tem característica de atender as pessoas de que dela necessitam, ou seja, os mais vulneráveis em situação de pauperização. No que concebe a saúde está tem caráter universal e é estendido a todos os brasileiros, inclusive estrangeiros. No que concebe a política social mais especifica a essa dissertação, de início analisemos a Assistência Social e o que versa a carta magna de 1988, o que dispõe no artigo 203: A

assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice

II- O amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária

V- A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

VI - A redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Acerca de tal dispositivo, percebe-se que o mesmo é destinado para pessoas com alto grau de vulnerabilidade social, incluindo coletivos e categorias sociais que requisitam uma maior proteção estatal, caso de crianças, idosos e pessoas com deficiência com perfil de pobreza ou vulnerabilidades e risco social, em ciclos transgeracionais de empobrecimento. Percorrer por nossa legislação maior é importante para analisarmos as possíveis Instituições Públicas, e assim as Políticas Públicas que promovam ações em área específica.

Essa dissertação caminhou nessa seara, tendo a Política de Assistência Social, de transferência de renda direta a conexão com a Política de agricultura familiar recorte de nosso objeto de pesquisa, uma vez que o Programa de Aquisição de Alimentos nasceu dentro do Programa Fome Zero, dedicado as pessoas com perfis consoantes aos dispositivos supracitados. Inova de forma mais diversificada, em referência aos programas de transferências de renda direta, o Programa de A (PAA) aquisição de Alimentos, difere no sentido de impulsionar a geração de renda em específico ao trabalhador e trabalhadora rural.

Numa visão mais acurada do Programa de Aquisição de Alimentos, frente as leituras realizadas podemos constatar que a mesma possui múltiplos beneficiários, existe uma cadeia de pessoas que são beneficiadas direta ou indiretamente. No que cabe ser um programa de agricultura familiar, podemos inferir alguns aspectos legais. Conduzindo-nos pela esteira legal, teremos textualmente na Constituição Federal de 1988 no que concebe a agricultura a seguinte construção:

Art. 187. A política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente:

- I - Os instrumentos creditícios e fiscais;
- II - Os preços compatíveis com os custos de produção e a garantia de comercialização;
- III - O incentivo à pesquisa e à tecnologia;
- IV - A assistência técnica e extensão rural;
- V - O seguro agrícola;
- VI - O cooperativismo;
- VII - a eletrificação rural e irrigação;
- VIII - a habitação para o trabalhador rural.

§ 1º Incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais.

§ 2º Serão compatibilizadas as ações de política agrícola e de reforma agrária.

O texto elenca os principais aspectos e objetivos operacionais da agricultura, de início com um foco mais pertinente na produção e escoamento, traz descrição do agricultor rural, contudo, podemos verificar um direcionamento mais voltado ao produtor, não mensuramos se grandes ou pequenos.

Diante da redação surge uma inquietação sobre que produtor é esse, uma vez que descreve como benesse para o agricultor rural à moradia, não faz menção a agricultura familiar, adiante o texto traz à tona a questão da reforma agrária, da assistência técnica, que é imprescindível para as Políticas agrícolas em um país com herança calcada no latifúndio agrícola.

Engendrando em novas legislações acerca das Políticas agrícolas, temos no ano de 2006 um marco considerável nos avanços nas ações e definições no que tange a própria definição da agricultura familiar. Sob a lei nº11.326/06, que segundo a mesma aborda os seguintes pontos em seus artigos:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - Utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Inciso com redação dada pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011)

IV - Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;

IV - Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;

V - povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput do art. 3º; (*Inciso acrescido pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011*)

VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do *caput* do art. 3º. (*Inciso acrescido pela Lei nº 12.512, de 14/10/2011*)

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009*)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (*Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009*)

Foi notória a contribuição da referida lei, a partir de então um norte definidor para dar subsidio legal a agricultura familiar, bem como as produções assim semelhantes como o pescador, o extrativista, silvicultores etc. Sendo tal legislação um divisor de águas nas definições dos produtores familiares, seja em que ramo produtivo for.

A lei ao definir a questão da mão-de-obra integralmente familiar, se faz benéfica à medida de que incentivos fiscais ou linhas de créditos não fossem utilizados por produtores que não se enquadrem como agricultor familiar, especialmente na extensão de terras que se chamam módulos fiscais.

Adiante ao que refere a lei, em 2017 o decreto de úmero 9064 de 31 de maio do ano citado: Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais.

Neste cenário, a contribuição normativa, tanto da lei e do decreto, propiciou lutar pela efetividade de Políticas Públicas no campo da agricultura familiar, com incremento creditício de linhas de acesso, de assistência técnica, assentamentos, etc. e a criação de mecanismos para o desenvolvimento agrícola sustentável e gerador de renda e diminuidor de disparidades sociais promovendo segurança alimentar e nutricional.

A seguir, após essa breve escalada acerca das leis que alicerçaram as vindouras Políticas Públicas na área da agricultura, da Assistência Social, percorreremos pelas trilhas

legais adiante explanamos de maneira sucinta algumas concepções conceituais e teleológicas, a fim de aprofundar essa dissertação com subsídios sobre a literatura e fundamentação.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITOS E PERCURSOS

A definição e conceito de Políticas Públicas se compõem de ampliados e variados entendimentos e concepções, há uma literatura acerca da temática, e podemos referir que é campo acadêmico relativamente novo, e seu processo avaliativo mais recente ainda.

Segundo os estudos de Bucci analisados por Chrispino (2006, p.16): “Política pública é uma locução polissêmica cuja conceituação só pode ser de maneira estipulativa, também por que ser uma construção social. A multiplicidade de conceitos e entendimentos a torna complexa, e dada sua pluralidade é necessário um estudo aprofundado para estipular um conceito mais abrangente”. Esclarece ainda que:

Política pública é um conjunto de palavras que equivale a um só vocábulo, cujo conjunto próprio e função gramatical permitem mais de um significado, cujo conceito (variado) será estabelecido a partir das construções mentais elaboradas por elementos mais simples nas áreas social e de pesquisa. (CHRISPINO, 2016 *apud* HOUAISS, 2001)

Ao refletir sobre o tema, em especial no meio acadêmico, existe possibilidades de visões distintas, até mesmo distorcidas, em outro momento já sinalado, a Política Pública é algo ampliado, estando a Política social dentro desta, conceituá-la incorre em paradigmas dispares, mas que ao final possuem convergências.

Ainda sobre o autor ao esmiuçar alguns cientistas da área o mesmo entende que a Política pública é aquilo que pertence a um povo, algo relativo às coletividades. Logo ele deduz que política pública em um metaconceito seria a ação intencional de governo que vise atender à necessidade da coletividade.

Segundo os estudos de Chacon (2020, p.73), políticas públicas consistem naquilo que se realiza no âmbito do espaço público para resolver um problema público, definido como tal a partir de uma agenda política pré-estabelecida, em última instância, por decisões eminentemente políticas.

Na execução das Políticas Públicas pelo Estado bem como na sistematização entende-se que tais políticas devem ser realizadas com planejamentos e avaliações, ou seja, estudos prévios fomentou-se no meio acadêmico a busca pela pesquisa acerca de conceituação operação e por fim os processos avaliativos.

Diante desse cenário, realizou-se uma leitura de concepções e definições sobre a temática, intuito este visando um melhor aprofundamento de maneira critica de ser pensado,

implantado e avaliado, não como um conceito uníssono fechado, mas com pluralidades e um recorte real do que mais se aproxima ao ideal a ser refletido.

Ainda sobre conceituação infere as autoras Menicucci & Gomes (2018) discorrem que existe uma classificação de caráter pedagógico relacionado à divisão das políticas por áreas específicas, o que para as autoras são a expressão de acordos sociais e sua compartimentalização é meramente com intuito operativo e burocrático, com finalidade é organizacional.

As chamadas políticas Públicas de cunho social em seu trajeto histórico tem gênese concomitante ao sistema capitalista, as antigas protoformas da Igreja católica não davam mais conta de resolver o empobrecimento da população nem de conter a efervescência por direitos reivindicados pelo proletariado na era da Revolução industrial. A ação estatal nos Estados nacionais com ascensão da burguesia imbrica-se na efetivação de políticas públicas.

Segundo Behring & Boschetti (2011, p. 47-51),

Não se pode indicar com precisão um período específico do surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de Ascensão do capitalismo com a revolução industrial, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal. As legislações sociais pré-capitalistas eram punitivas, restritivas e agiam na interseção da assistência social e do trabalho forçado, o ‘abandono’ dessas tímidas e repressivas medidas de proteção no auge da Revolução Industrial lança os pobres à servidão da liberdade sem proteção’ no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social.

As autoras também reforçam o que já foi pensado acima, as mesmas fazem um paralelo que distinguem políticas públicas de políticas sociais, sendo a política social gênero da primeira, ou seja, as políticas públicas possuem amplitude maior, conceituam que as políticas públicas são atividades em que o poder público se envolve de forma direta ou indireta.

A analogia e conceituação de políticas públicas ganham conformação mediante a ação estatal. Pesquisando a etimologia da palavra política encontramos do grego *politikós*, relativo ao cidadão ou estado, está palavra por sua vez se originou a partir da palavra *polites*, que significa cidadão, e ainda outro significado polis, que quer dizer cidade.

Consoante a dissertação aqui proposta compreende-se que políticas Públicas possibilitam a devolutiva do Estado de ações e programas que garantam direitos sociais expressos no texto constitucional, contrapartida essa, oriunda de uma excessiva carga tributária. Vários conceitos e definições envolvem a complexidade das políticas públicas em (LOPES & AMARAL, 2008, p.05-06).

Os autores explicam que as políticas públicas podem ser consideradas como ações, metas e planos de Governos, sejam em qual ente federativo for cujo intuito é propiciar o bem estar da sociedade em geral, que tais ações e tomadas de decisões ficam a critério de escolha dos dirigentes públicos que selecionam suas prioridades. Enfatizam os mesmos que tais prioridades podem vir reivindicadas pela sociedade civil organizada.

Dessa forma podemos refletir que os movimentos sociais, fóruns, sindicatos, associações de moradores, agricultores, pescadores e conselhos de direitos que tem função deliberativa. Possuem um canal ativo de transmitir anseios e luta pela garantia de melhoria de vida comunitária via políticas públicas, muito embora saibamos da correlação de forças e que o lado da elite política possui seus interesses quase sempre em prioridade.

Adensando sobre os equívocos semânticos, de senso comum etc. leitura acerca das Políticas Públicas, é perceptível que até mesmo na academia muitos a confundem a mesma como as políticas sociais, corrobora-se que ambas estão contidas, primeira é ação estatal que atinge a todos os concidadãos.

No entanto, muitas vezes cai-se no simplismo de entender políticas públicas como sendo somente as políticas sociais que estão positivadas no art. 6º da CF/1988. Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. (SOUSA, 2006, p. 22)

O estudo de Sousa (2006, p. 21-22) informa que a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica “nasce nos EUA, mesma traça a diferença e a forma como o conhecimento surgiu nos EUA e na Europa, segundo a autora, na Europa a tradição dos estudos gesta-se com as instituições e o governo e as teorias estatais, conquanto nos EUA, o conhecimento nasce do embasamento acadêmico”.

Conforme, os estudos de Pereira (2009) a Inglaterra com as políticas de proteção social surgem o *welfare-state*, ou estado de bem-estar social, é o moderno modelo estatal de intervenção na economia de mercado que ao contrário do modelo liberal que o antecedeu. Os estudos da autora detalham a diferenciação dos modelos de Proteção Social, desde o estado de bem estar social, o modelo bismarkiano de Seguro Social, que se diga de passagem serviu de referência para a criação do Instituto de Previdência Social contributivo.

O modelo adotado na Inglaterra por Jonh Maynard Keynes, no que se convencionou chamar de keynesianismo, ou anos de ouro na Inglaterra, concebeu uma política econômica dos moldes capitalistas, porém com algumas intervenções estatais na classe trabalhadora. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011)

As autoras nos estudos de Perry Anderson citam os principais pontos realizados por Keynes, sendo assim, uma política de pleno emprego, criação de um sistema de seguridade social que abarcasse os trabalhadores, controle de preços da produção agrícola, controle do sistema financeiro etc.

Os anos de ouro tiveram vida curta, e a contrarreforma do Estado erigir-se reavivando o liberalismo econômico com novos ares. A década de 70 tem como característica marcante o avanço da agenda neoliberal, expurgando as ideias de proteção social do *welfare state*, tais emergências ganham tônica devido às crises dos períodos de 1969 a 1973.

Diante do contexto acima discorrido, os países europeus com Margareth Thatcher e nos Estados Unidos Ronald Reagan, inicia-se um processo de aceleração do neoliberalismo e enxugamento dos gastos estatais. Conforme, Atílio Borón (*apud* Iamamoto, p. 35-63-118) sustenta “serem as políticas neoliberais presididas por uma dupla articulação. Por um lado, a satanização do Estado: o Estado é tido como um diabo, responsável por todas as desgraças e infortúnios que afetam a sociedade capitalista.”

Tal discurso se dá de forma expressiva, perpetrada pela grande mídia no Brasil e segmentos do governo e sociedade civil, que produz um sentimento contrário e equivocado acerca das políticas públicas, mesmo por parte dos que dela precisam, o grau de martelamento é exaustivo, apregoa-se a necessidade de privatizações e diminuindo a ação estatal diante das públicas.

O Brasil em sua construção social e histórica, como país de economia capitalista tardia, tendo sua constituição no modelo de exploração para as matrizes europeias, experienciou um desenvolvimento da ação estatal marcada pelos privilégios da elite agrária. Uma década que marcará a sistematização do Estado frente às políticas públicas são os anos 30, fincados num paradigma modernizador conservador, nos moldes autoritários.

Nesse período, muitas políticas públicas em especial as sociais eram concebidas como forma higienista e punitiva. Consoante Iamamoto (2011 p. 80-106) “A partir da década de 60, com o golpe que reverberou na quebra da democracia e os militares chegam ao poder de

forma autoritária e truculenta, numa situação de exceção, onde o arbítrio e a insegurança jurídica se fizeram base, as políticas públicas foram aparelhadas e burocratizadas”.

Segundo os estudos de Fagnani (1997, p.186) “a centralização e burocratização das políticas sociais, geriam os recursos e fundos nacionais, que faziam do orçamento a gestão direta e ditavam em quais programas iam ser alocados”. O autor cita como exemplo o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e o Sistema Financeiro do Saneamento (SFS).

Ainda discorre o autor, que os anos 80 no início do processo de redemocratização do país, mediante a política econômica dos militares possibilitou índices inflacionários altíssimos, e uma dívida externa frente às instituições financeiras internacionais tais como FMI-Fundo Monetário Internacional.

Na transição para o período de democratização, vários planos econômicos foram postos na agenda econômica, a Constituição cidadã de 1988 teve forte apoio de grupos e coletivos da sociedade civil, que teve característica significativa à questão do controle social nas políticas públicas.

Os Anos de 1990 com o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) sedimentam-se os planos de privatizações, controle dos gastos públicos e ajustes fiscais, disseminando a ideologia da solidariedade e do voluntarismo nas políticas sociais e seu caráter seletivo. Behring & Bochetti (2011) fala que a tendência geral tem sido a de restrição e redução dos direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado.

O que culminou no enxugamento dos gastos com políticas sociais, focalização e caráter compensatório, na grande mídia na época o lema era do voluntarismo, “adote uma escola”, nessa época capitaneada pela então primeira dama Ruth Cardoso, emergiu no ano de 2001 o Programa Comunidade Solidária: “Parceria para o desenvolvimento Social”.

Com os governos do PT ainda numa lógica neoliberal, mas com viés neodesenvolvimentista, as políticas públicas vão ganhando expressividade e segmentos antes esquecidos, são postos em evidência através de políticas afirmativas e de inclusão, porém sem haver uma mudança de base na estrutura econômica e social do Estado. Uma análise acerca do Governo dos trabalhadores nos estudos de Fagnani (2011, p.14-15) infere-se que “se manteve uma política econômica de cunho neoliberal, mas criando uma abertura de créditos voltados aos mais pobres para a aquisição de bens de consumo”.

6.1 Políticas de Transferência de Renda: do Bolsa Família ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

Segundo Weissheimer (2006) em um discurso proferido no lançamento do Bolsa Família, no dia 20 de outubro de 2003, a secretária-executiva do programa, Ana Fonseca, destacou que a criação desta nova política só era possível graças à experiência acumulada ao longo da história em torno de programas de transferência de renda. Ela lembrou o projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), de 1991, para a instituição de um programa de renda mínima, o ex-senador ainda hoje defende sua ideia de renda mínima e universal.

O ano de 2003 teve na Medida Provisória nº 132, convertida em Lei nº 10.386/2004, de 09 de janeiro de 2004 a criação do Programa Bolsa Família- PBF que estabeleceu a unificação dos programas de transferências de renda direta, ou seja, os programas remanescentes foram alocados no PBF.

A unificação dessas ações possibilitou a emergência de um programa com desenho relativamente simples – tanto sob a perspectiva dos benefícios quanto das chamadas “condicionalidades”. A transferência de renda voltada para população produtiva em idade ativa, com ênfase nas crianças, constituiu uma novidade na política social brasileira – e, de certa forma, começou a aproximar a estrutura de benefícios sociais do país da encontrada em países com sistemas de bem-estar sociais mais desenvolvidos. ((PAIVA; BARTHOLO; FALCAO, 2013, p.34)

O Programa Fome Zero foi lançado na posse do presidente Lula, e a sua meta viabilizava um conjunto de iniciativas para garantir outro compromisso de campanha: o combate à fome e a promoção da segurança alimentar.

O direito humano à alimentação saudável e adequada foi introduzido na Constituição, e uma Lei de Segurança alimentar, foi aprovada no Congresso, prevendo, entre outras coisas, a criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar Nutricional (SISAN). O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi recriado e fortalecido, ligando-se diretamente à Presidência da República. (MDS, 2013)

A então Ministra do Desenvolvimento Social (MDS), Tereza Campelo em 2011 esclarece que o referido programa, de início foi recepcionado com alguns mitos e desconstruções, contudo, a mesma ressalta que o programa se consolidou como uma política de Estado e hoje figura como um dos elementos centrais das políticas sociais brasileiras, segundo a mesma, em um patamar incontornável dentro da proteção social.

O pagamento direto às famílias, via cartão magnético, dá transparência ao gasto público, reduziu os custos operacionais e fortaleceu a autonomia dos beneficiários em especial das mulheres chefes de família, uma vez que a política tinha esse olhar prioritária para as mesmas. Tendo como regra fazer o cadastro familiar no nome da mulher e não do marido, possibilitando uma gestão econômica do dinheiro direcionado a segurança alimentar dos filhos ou familiares. (IPEA, 2014)

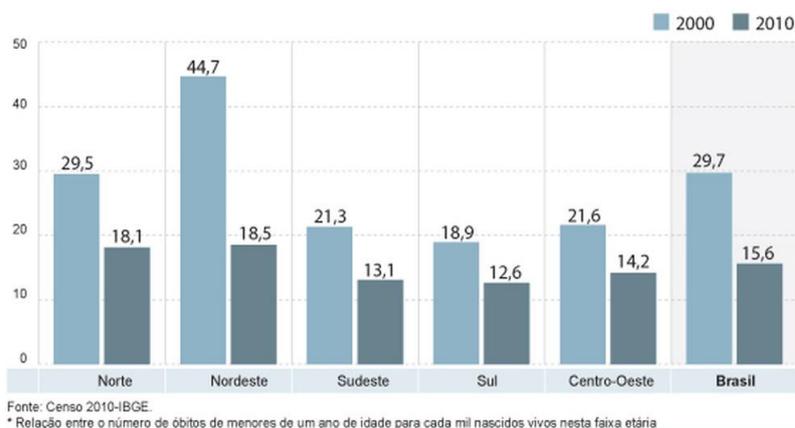
Há evidências de que o PBF reduz a prevalência de baixo peso ao nascer e a mortalidade infantil, seja por doenças infectocontagiosas, desnutrição ou diarreia. O atendimento básico de saúde foi fortalecido pelas condicionalidades, elevando taxas de amamentação e vacinação e reduzindo a hospitalização de crianças. Na educação, as condicionalidades ajudaram a aumentar os percentuais de meninos e meninas na escola. Os alunos acompanhados pelo PBF corrigiram sua desvantagem em evasão e aprovação: agora eles se saem tão bem quanto os demais. (CAMPELO, 2014, p.14)

Dado conjuntura acima descrita, podemos compreender que o Programa Bolsa Família mudou de maneira significativa alguns indicadores que responderam positivamente na melhoria da qualidade de vida dos mais vulneráveis, devido as condicionalidades, as mães chefes de família, e digamos de passagem tiveram prioridade na administração da titularidade do cartão, faziam a contrapartida realizando o acompanhamento infantil nos postos de Saúde da Família, na permanência dos filhos na escola, tais medidas, diminuíram a mortalidade infantil.

Figura 09 - Mortalidade infantil 2000 a 2010

Morrem menos crianças

Evolução da taxa de mortalidade* infantil nas grandes regiões do país



Fonte: Site Valor Econômico, 2012.

O gráfico acima demonstra dados referentes a mortalidade infantil por regiões nos anos de 2000 e 2010, o comparativo evidencia que houve quedas acentuadas no que diz respeito

a mortalidade infantil, em especial no nordeste numa diferença entre 44,7% reduzido para 18,5%. No que tange ao Brasil no geral uma diferença entre 29,7% contra 15,6%, um declínio considerável, frente as causas da mortalidade, que uma delas eram as desnutrições advindas da fome e situações deficientes desde o estado puerperal das mães.

Um ponto importante nos Programas de Transferência sob o novo desenho, diz respeito às condicionalidades, que impulsionaram mesmo que um tanto “compulsório” o cumprimento de contrapartidas responsáveis para garantia de continuidade de recebimento. Podemos entender como um processo pedagógico de autocuidado e cuidado das crianças e família.

Consoante a Craveiro & Ximenes (2014) no quesito PBF-Programa Bolsa Família, no que tange condicionalidades contribuiu em indicadores de 85% para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 aos 15 anos, já na faixa de 6 a 15% para os jovens de 16 e 17 anos. Para esse monitoramento é feito de forma bimestral, aonde há a articulação entre o Ministério da Educação (MEC) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

A educação é um dos maiores pilares para construção de qualquer nação, a condicionalidade educacional, vai para além do aprendizado, e no caso do PBF como requisito frequência regular em sala de aula, melhorou índices nutricionais, uma vez que as crianças tiveram acesso à merenda escolar, e até mesmo o perigo do ócio e lhes colocarem em situações de riscos oriundos de estarem em casa ou nas ruas.

Por outro lado, o estudo de Weissheimer (2014) adianta que após cumprir a transferência de renda haveria que promover ações que visassem autonomia e iniciarem o processo de portas de saída, tendo assim transversalidade com outras áreas cujo intuito seria criação de emprego e renda, assim, articulou-se com políticas de outras Áreas Públicas, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Na informação relatada nos estudos de Weissheimer refere que segundo o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchi, 800 famílias na época participantes do PBF, tinham créditos pelo PRONAF, ressaltando que a coincidência ocorria devido cenário de insegurança alimentar no campo, de 4.000.000 de agricultores familiares no país, 1,6% estavam em linha de pobreza sendo 72 milhões de brasileiros que vivem em situação de fome, destes 14 milhões, ou seja, aproximadamente 3,5 milhões residem na zona rural. (PNAD-IBGE, 2004)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) teve seu marco histórico gestado no ano de 2003, no Âmbito do Programa Fome Zero, Programa como o incentivo à policultura, fomento de um canal de comercialização da produção familiar rural e permitir o incremento na dieta alimentar das pessoas atendidas pelas instituições sociais participantes do programa, estando dentro da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criando o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), sob a lei 11.346, 15 de setembro de 2006. (CONSEA, 2010).

O SISAN no que tange a criação legal e suas atribuições, em seu artigo 1º dispõe:

Art. 1º Esta Lei estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), por meio do qual o poder público, com a participação da sociedade civil organizada, formulará e implementará políticas, planos, programas e ações com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada.” (BRASIL, 2022)

Art. 2º A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população. § 1º A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais.

O SISAN em sua criação nasce como já diz a própria nomenclatura como um “sistema” aqui pode perceber que existe uma sistematização institucional, com divisões organizacional, nessa lógica podemos perceber que sua criação tal qual o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e Sistema Único de Saúde (SUS) é uma política específica com seus objetivos, diretrizes estruturantes e Controle Social, no caso do SISAN é o CONSEA, isto é, Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional.

O CONSEA foi criado em 1994, durante o governo Itamar Franco e desativado em 1995, o CONSEA voltou a existir em 2003, no primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. O conselho atuava como um órgão de assessoramento imediato à Presidência da República e integrava o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006) . O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) nos critérios de pontuação para participação no programa foram definidos pelo Ministério da Cidadania, junto com os ministérios da Economia, Educação e Agricultura Pecuária e Abastecimento, com os seguintes pontos:

- Serão concedidos 3 pontos para associações e 6 pontos para cooperativas;
- No caso da participação feminina nas propostas, a pontuação é feita da seguinte forma: projetos de grupos formados por 40% a 50% de mulheres ganham 1 ponto; entre 51% a 75% serão 2 pontos; e os de 76% a 100% somam 3 pontos;
- Assentados com DAP A, A/C e B e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) receberão 1 ponto às propostas formadas com até 50% de participação; 2 pontos para os que tiverem entre 51% a 75%; e 3 pontos para os de 76% a 100%;
- Outra classificação estabelecida foi com relação ao nível de vulnerabilidade das populações. As propostas que destinam 70% das doações para municípios com vulnerabilidade média receberão 3 pontos; enquanto, as consideradas altas terão 4 pontos e; para as classificadas como muito altas, 5 pontos. (CONAB, 2020)

O PAA, no decorrer de sua implantação no ano de 2003, vem passando por alterações em seu formato, no que concernem as mulheres agricultoras foi significativo à medida que dá preferência ao público alvo do Programa seja de 40% de mulheres, fato que dá visibilidade as agricultoras rurais.

Um ponto a ser analisado se dá a partir da compra Institucional realizada pelo Exército Brasileiro, logico que beneficia as agricultoras, mas existem instituições que os beneficiários são vulneráveis e está em insegurança alimentar, caso de Instituições de Saúde, muitos frequentam esses espaços para buscarem uma alimentação, caso de Centros de Atenção Psicossociais, Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), creches, Presídios etc.

Figura 10 - Orçamento PAA 2003 a 2018



Fonte: Site Brasil de fato, 2020.

O gráfico mostra como os orçamentos do PAA, vem paulatinamente sendo diminuído, há um recorte bem mais expressivo entre os anos de 2006, 2007 e um

significativo aumento em 2012, sendo que quedas orçamentárias em 2014 a 2018. O atual governo logo que assumiu extinguiu o CONSEA mediante Medida Provisória nº 870 de 2019. Isso impactou fortemente nas Políticas de Segurança Alimentar, a pressão popular e segmentos da política criticaram fortemente.

O Governo de Jair Bolsonaro encerrou com o PBF-Programa Bolsa Família, e em seu lugar cria o Auxílio Brasil, uma espécie de sucessão do Programa emergencial da COVID-19. Contudo, o desenho do PBF, foi amplamente destruído, bem como o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos, que agora é PAB-Programa Alimenta Brasil, e criação do Programa Auxílio Inclusão Produtiva. Vejamos a legislação:

Medida Provisória nº1.061, de 09 de agosto de 2021 que instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências. Do Auxílio Inclusão Produtiva Rural,

Art. 14. O Auxílio Inclusão Produtiva Rural será concedido para incentivo à produção, doação e consumo de alimentos saudáveis pelos agricultores familiares, que recebam os benefícios previstos no caput o art. 3º, para consumo de famílias. (BRASIL,2022)

§ 1º No primeiro ano, após um período de carência de três meses, a manutenção do pagamento do auxílio mensal de que trata o **caput** terá como condição a doação de alimentos, em valor correspondente a parte do valor anual do auxílio recebido, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela rede educacional e socioassistencial, na forma estabelecida pelo Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil, de que trata o art. 30.

A nova proposta, tem como condição para estar ativo no Programa, que o agricultor nos três primeiros meses faça a entrega dos produtos como um período de carência, só assim, a partir do quarto mês receba pelos seus produtos. Mas, essa condição é inviável se o Programa nasceu dentro de agricultores e agricultoras em situação de vulnerabilidade, é tanto que um dos requisitos é que estejam no perfil de baixa renda.

Com essa nova condição, atrelado aos baixos orçamentos o PAA-Programa de Aquisição de Alimentos vivem momentos de desmonte do Programa. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), órgão do governo atrelado ao Ministério da Agricultura e um dos responsáveis pela execução do programa, o número de unidades receptoras das doações de alimentos por parte do programa caiu de 17 mil em 2012 para 2.535

em 2020 (dado mais recente disponível). Já o total de fornecedores (famílias produtoras) passou de 128.804 em 2012 para 31.196 em 2020.

Encontra-se no Site Brasil de Fato , outro problema de forte impacto, diz respeito às sementes crioulas, Segundo Arnaldo Campos, articuladores sociais apontam ainda outro problema relacionado ao fim do PAA: a descontinuidade da política de valorização das sementes crioulas, um dos destaques do programa era proibição de produtos geneticamente modificados. (SITE BRASIL DE FATO, 2022)

O contexto atual mediante portaria nº de 2022 é praticamente o desmonte do Programa de Aquisição de Alimentos, pois, como estamos diante de agricultores do semiárido, e que segundo próprio critério do programa, tinha que possuir perfil de seleção, estar dentro do antigo Programa Bolsa Família, com renda per capita nos moldes das pessoas que estão em situação de vulnerabilidade, não há razoabilidade de a agricultora produzir e custear três meses de carência.

7 AGRICULTURA FAMILIAR, SEGURANÇA ALIMENTAR E SUSTENTABILIDADE DAS POLÍTICAS CORRELACIONADAS AO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO ALIMENTAR (PAA)

A agricultura familiar vem nas últimas duas décadas tendo uma maior visibilidade na agenda governamental, no que diz respeito a execução de políticas públicas. A realidade brasileira tem aporte numa estrutura fundiária concentrada, ocasionando uma desigualdade no acesso à terra e no seu uso de forma sustentável e promovendo sua função social, uma vez que é tal premissa tem base em nossa carta magna.

Pensar agricultura leva-nos para um imaginário às vezes pitoresco, em especial as pessoas que nascem e crescem em grandes centros urbanos, recebendo os produtos em prateleiras sem a mínima noção de como se produziu o alimento e quais caminhos percorreu até chegar aos grandes supermercados.

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar define-se como espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas, motivo pelo qual a agricultura familiar é aqui entendida compreendida numa concepção mais ampla incluindo de forma integral atividades como a organização de agricultores, produtores, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não- agrícolas, turismo, pesca, artesanato etc. conforme o que hoje se denomina novo mundo rural” (SILVA; GROSSI, 1998 p.43 apud MARINI, 2015).

Na análise de Bergamasco & Delgado (2016, p.16) assevera que “até os anos 90 do século XX, o Brasil ainda estava sem quaisquer ações, ou instrumentos direcionados as Políticas Públicas com foco na agricultura familiar”. Nesse contexto, a unidade de produção familiar que é em si um segmento bastante diversificado internamente, se destaca não apenas pela sua diversificação, mas pela sua capacidade de unificar a produção para o mercado com estratégias de reprodução familiar e de vida cultural e comunitária. (Ibid., 2016)

A agricultura familiar, como referido acima, teve uma diversificação de ações nas políticas públicas a partir dos anos 90, mas retrocedendo aos anos 60 com a instituição do Estado de exceção sob a égide dos governos militares, a reforma agrária, que imprescindível para o desenvolvimento da agricultura familiar é interrompida pelo regime da autocracia burguesa. Em 1964, a reforma agrária é banida do cenário político “manu-

miitari”, pondo-se em seu lugar o projeto de “modernização conservadora” da agricultura, plenamente estruturado desde 1967, mediante articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público. (*Ibid*, p.18)

Na assunção da Constituição Federal de 1988, positivado pelo art.186 que versa sobre a função social da terra, que para ter tal quesito deve seguir: I. Aproveitamento racional e adequado; II. Utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III. Observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV. Exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

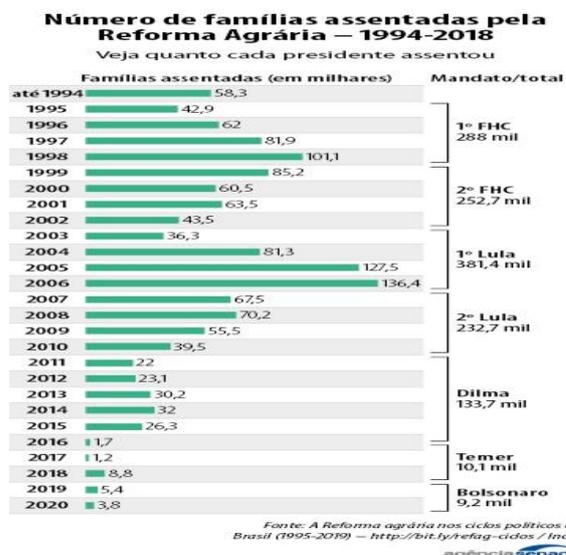
No que diz respeito às políticas agrárias, o ritmo de assentamentos não se deu de forma expressiva sobre essa temática apresenta-se uma breve delimitação segundo ações dos governos nos estudos dos autores Ferrante e Barone (2005), destaca-se que o primeiro ciclo de assentamentos se deu no Governo do Presidente José Sarney, entre os anos de 1986 e 1989 anos em que ocorre um salto. Em seguida no Governo de Fernando Henrique Cardoso, se apresenta o segundo ciclo, que vai dos anos de 1995 a 2002 com auge no ano de 1997.

Na época os autores relatam que devido pressões de agricultores, Movimento dos Sem Terras (MST) e o forte impacto na mídia internacional sobre as chacinas de Carajás e Eldorado mediante a pressão midiática o governo assenta 4000 mil famílias.

O terceiro grande ciclo apresentado é o que corresponde aos governos de Luiz Inácio Lula da Silva, no período de 2003 a 2010, sendo nesse momento assentada 300 mil famílias, já os anos de 2004 e 2006 há um crescimento de número de famílias assentadas, tendo auge no ano de 2005, perfazendo um total de 79 mil famílias em suas terras.

Tendo um decréscimo de números no seu segundo mandato seguindo ritmo no governo de Dilma Rousseff (FERRANTE; BARONE, 2005). A seguir para melhor aprofundamento e compreensão mostraremos um gráfico acerca da Reforma Agrária nos períodos de 1994 a 2020.

Figura 11 - Assentamentos no período de 1994 a 2018



Fonte: Site do Senado Federal, 2021.

Falar em agricultura familiar, é adentrar uma cultura envolvida ainda com os mecanismos mais sustentáveis no trato com a terra, pois, o trabalho no solo é em pequena escala, com práticas ainda conscientes e orgânicas. Em contrapartida o agronegócio que utiliza grande tecnologia, biotecnologia e agrotóxicos.

Nesta conjuntura, a agricultura familiar cainha sempre de mãos dadas com o desenvolver sustentável. Assim, podemos analisar esse movimento. Nas palavras de Chacon (2018, p.71) refere-se que para haver um alcance da sustentabilidade, é necessário que haja algumas dimensões, seja ela ambiental, Econômica, social, Institucional e Política, está última como promotora inclusiva de tais políticas e o reconhecimento da sustentabilidade como transversal às demais.

Esta autora ressalta que existe hoje uma diferenciação entre os nomes utilizados, geralmente Desenvolvimento Sustentável, e Sustentabilidade, aduzem que nem sempre a palavra “desenvolvimento” está atrelada a fatores econômicos ou positivos, pode-se haver um desenvolvimento econômico, mas uma crescente desigualdade social, ou até mesmo ações destrutivas contra o meio ambiente.

Em seus estudos faz uma análise sobre as políticas públicas e sustentabilidade, seguindo o raciocínio de que estas devem ser planejadas consoantes suas regiões e peculiaridades, uma vez que a agenda das políticas de sustentabilidade segue uma linha global, que porventura podem ser eficientes em um território e em outro não.

Trazendo esse pensamento para nosso estudo, a sustentabilidade deve estar ligada ao semiárido, mais precisamente no bioma da caatinga, aonde existe devido solo, clima, índices pluviométricos toda uma especificidade de manejo e convivência com a natureza, bem como essas agricultoras enfrentam obstáculos em momentos de seca, como as mesmas se percebem dentro uma visão de sustentabilidade através de suas atividades, sejam hortaliças, caprinocultura etc.

A seguir, explana-se um sucinto contexto no que diz respeito ao contexto em que a dissertação foi realizada, uma vez que os aspectos desde os macroeconômicos aos mais locais interferem nas Políticas Públicas. Iniciaremos a partir de documentos de análise dos Planos Plurianuais (PPAs), estes já desenham as conformações conjunturais envolvidas no Programa de Aquisição de Alimentos.

7.1 Uma breve explanação sobre cenário nacional e as ações governamentais frente as Políticas Sociais no contexto do PAA

A dissertação tem como objeto analítico o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, este inserido no contexto dos beneficiários do cadastro único, que sistematiza e compila informações concernentes a perfis de baixa renda e de vulnerabilidade, tendo como área maior a Política de Assistência Social, que na gênese da Política estava à frente o Ministério de Desenvolvimento Social (MD), atualmente Ministério da Cidadania.

Analisar o cenário em que o programa se desenvolveu, temos o marco temporal no ano de 2003, que é em seu nascedouro, em conjunto com o fome zero compõe as medidas do Presidente da República no que diz respeito as Políticas Sociais em especial dedicada aos mais vulneráveis e os que viviam em Insegurança alimentar.

Segundo notícias da época eleito com mais de 52 milhões de votos, o metalúrgico Luiz Inácio Lula da Silva subiu esta quarta-feira a rampa do Palácio do Planalto concluindo a transição democrática da história brasileira. Fernando Henrique

Cardoso, que encerrou um ciclo de oito anos no Poder, entregou a faixa ao Presidente eleito. Em sua posse em um dos discursos emblemáticos o então recém presidente proferiu:

Milhões de brasileiros estão neste momento sem ter o que comer, sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza. Quando não morrem de pobreza, mendigando um pedaço de pão', afirmou. 'O Brasil proclamou a independência e a abolição da escravatura, (...) industrializou-se e adquiriu um moderno parque industrial, mas não venceu a fome. Isso não pode continuar assim. Enquanto houver um irmão brasileira ou uma irmã brasileira passado fome terá motivo de sobra para nos cobrir de vergonha', continuou 'Se ao final do mandato, todos os brasileiros tiverem a oportunidade de tomar café, almoço e janta, terei cumprido a missão da minha vida', reiterou. (REVISTA ÉPOCA, 2003)

As palavras proferidas em sua posse tinham o teor principal voltado a questão da fome, atinentes ao povo que vivem em linha de pobreza ou abaixo desta. No primeiro mandato do Presidente algumas ações econômicas e sociais foram desenvolvidas, separaremos em alguns blocos para melhor visualização do cenário.

A seguir do ponto de vista documental de Governo, iremos nos ater sobre alguns pontos importantes no contexto da Política em estudo, sob o aspecto do Plano Plurianual, sendo este um orçamento legal que diz respeito às diretrizes orçamentárias a serem investidas.

Um documento que orienta os planos de governos e seus eixos e plataformas essenciais é o PPA-Plano Plurianual que é previsto no artigo 165 da CF/1988 onde descreve: **Art. 165.** Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I – O plano plurianual;
- II – As diretrizes orçamentárias;
- III – os orçamentos anuais.

Contextualizando a época em que o PAA se insere no cenário brasileiro escolhe-se os Planos Plurianuais PPA, que caminhe com o período de nascimento e desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimento PAA.

Desta forma, escolhe-se o quadriênio 2004 a 2007, 2016 a 2019, 2020 a 2023 abaixo as políticas especificam que estão dentro de nossa área de estudo e sua

característica, traremos em tópicos mais relevantes afins analisar as áreas específicas do Programa, em seguida um breve comentário.

Analisando os Planos Plurianuais acima descritos podemos perceber que o PPA dos anos de 2004 a 2007 no que tange as áreas da agricultura familiar e não familiar, do artesanato, do turismo, incrementando o ramo de diversificação de renda das famílias no campo houve um planejamento para tal. O documento traz a questão de assistência e regularização de assentamentos, estímulo a agricultura orgânica e ao desenvolvimento sustentável.

Ainda no quadriênio consoante as diretrizes de gênero percebem-se uma maior preocupação referente a violência de gênero, o texto não avançou no que tange renda e emprego, no que diz respeito a autonomia das mulheres.

O PPA dos anos 2016 a 2019 no que tange as áreas da agricultura familiar destaca a continuidade ao formato de incentivos à agricultura, a biodiversidade, questões atinentes ao desenvolvimento sustentável. Na questão de gênero, houve maiores objetivos direcionados a grupos como LGHB, pessoas com deficiência, mulheres do campo, da cidade, da floresta. Ou seja, há uma maior visibilidade na formulação das Políticas para autonomia feminina.

No PPA dos anos acima, houve uma mudança estrutural, as Diretrizes são adequadas aos temas, estas temáticas estão divididas em cinco eixos: Eixo Social, Eixo ambiental, Eixo institucional, Eixo econômico, Eixo de Infraestrutura, e Estratégia de defesa. Como refere na introdução do plano o documento inovou no sentido de simplificação, ressaltando serem as Políticas Públicas sinérgicas e transversais, sendo assim desdobrada em duas categorias: diretrizes e temas, dialogando com cinco eixos – institucional, social, ambiental, econômico e de infraestrutura.

Analisando o PPA 2020 a 2023, percebemos uma centralização das Políticas, o eixo social englobou as áreas de educação, esporte, saúde e assistência Social e vínculos familiares e intergeracionais.

No decorrer do texto existe uma preocupação em eliminar gastos e um maior controle com o ajuste fiscal, ressalta a importância das privatizações e cuidado com o déficit primário. Diante disso, ressalta ser necessário um PPA, com maior simplificação, onde as áreas sejam sinérgicas, sem separar Indivíduos por categorias.

Não há menção as mulheres de forma específica, nem a agricultores familiares. Um forte traço de conservadorismo onde há alusão tão somente a matriz familiar, e dentro da família se encaixavam as categorias, o texto deixa claro, se existir povos indígenas, estes estarão dentro de uma família, em especial nos moldes da família tradicional.

Trecho do PPA sobre integração entre os segmentos específicos das Políticas:

Por fim, as políticas associadas aos temas da mulher, da família e dos direitos humanos concentraram suas ações em um único programa, numa proposta inovadora para a abordagem dos direitos humanos. A proposta representa o abandono da segmentação em públicos, que estava contida nos programas dos PPAs, anteriores (mulheres, jovens, pessoas idosas etc.), permitindo o acesso universal dos direitos humanos, ou seja, de forma igual para todos. (PPA, 2020-2023, p.36).

No que diz respeito ao meio ambiente e temas ligados à sustentabilidade, no transcorrer do documento há citações, contudo, quando percebemos a meio ambiente ser uma Política Pública dentro da área do agronegócio, ficam as inquietações e percebemos a inclinação da gestão mais envolvida com os interesses econômicos.

Os fatos acima mencionados, formaram o contexto histórico através de documentos legais que produzem as Políticas e seus respectivos orçamentos, desenhos, diretrizes e inclinações econômicas.

7.2 Políticas Públicas & Gestão: a importância das Instituições no desenvolvimento das Políticas Públicas

No ano de 2003, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva criou o Ministério das Mulheres durante um seminário “mais mulheres no poder” uma questão de democracia, dessa forma transformou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) em Ministério das Mulheres, cabendo a Ministra Nilceia Freire o comando da pasta (BRASIL, 2019).

Segundo pesquisas feitas no site da Fundação Perseu Abramo o período e que Dilma Rousseff esteve à frente dos Ministérios da Agricultura Roberto Rodrigues, Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, Marina Silva no meio ambiente, Segurança Alimentar e combate à Fome José Graziano segundo levantamento retirado do site da Fundação Perseu Abramo em 09 de 05 do ano de 2006.

Em que tange número de mulheres nas pastas de decisões dos Governos segundo site EBC no ano de 2016 o governo Dilma foi o que teve o maior número de mulheres: 18 ministras durante os cerca de cinco anos e meio de governo. O governo Lula teve 11 mulheres entre os anos de 2003 e 2011, já o governo de Fernando Henrique Cardoso contou com a participação de duas mulheres entre 1995 e 2002 e Itamar Franco, de 1992 a 1994 duas ministras e Collor constam uma ministra.

Assim que assumiu, o então Presidente eleito no ano de 2018 Jair Messias Bolsonaro com intuito de enxugar a máquina estatal reduziu Ministérios, promoveu fusão de uns, ou extinguiu outros. Reporta-se aqui algumas mudanças Institucionais encontradas, no site Politize, o Ministério do Meio ambiente a princípio iria fundir-se com da agricultura, Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos Retirada da População LGBT; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Dessa forma, o então Ministério da Agricultura passa a serem responsável pela demarcação terras indígenas e quilombolas, que antes era de responsabilidade da FUNAI. Ocorre a Extinção do Ministério do Trabalho com suas atribuições realocadas em outros ministérios.

No que tange mais especificamente a Política voltada para o Programa de Aquisição de Alimentos PAA, criada no Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) substituído pelo Ministério da Cidadania, este que atualmente concentra a pasta dos Esportes, de redução de drogas, na questão de segurança alimentar estar incluída na Secretaria Especial de desenvolvimento social.

A questão das Políticas para Agricultura e Pecuária atualmente é operacionalizada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) ao visitarmos o site as informações sobre a pasta deixam nítido a centralização no agronegócio, pouca menção em agricultura familiar bem como sobre sustentabilidade.

Vejamos um trecho do site institucional e a explicação sobre o mesmo'' O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor'' (BRASIL, 2022).

Observa-se que a agricultura familiar tem forte comprometimento, haja vista que o agronegócio detém o poder econômico e conseqüentemente político, o que invalida

o investimento na Produção agrícola em moldes familiar, em especial na no que diz respeito à sustentabilidade e produção orgânica.

No ano de 2020 segundo reportagem de Pedro Grigori ao Site Repórter Brasil em 18/01/2022, o Presidente Jair Bolsonaro aprovou a liberação de mais 493 tipos de agrotóxico, foram em média 10 produtos aprovados por semana, partidos da esquerda como PSOL e Rede recorreram ao STF a fim de barrar as liberações. O fato é que mais que nunca o meio ambiente, nosso ecossistema, fauna e flora foram atacados pelo agronegócio, madeireiros etc.

A seguir adentraremos no capítulo III, no qual analisaremos o conteúdo, o local da pesquisa, as beneficiarias do Programa de Aquisição de Alimentos PAA, e a percepção destas sobre o programa, se houve mudanças na melhoria da qualidade de vida e elevação da autoestima a relação de sua produção com a sustentabilidade. Também averiguaremos a análise dos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos sobre o Programa percurso e o momento atual.

8 CONHECENDO O TERRITÓRIO E AS ATRIZES DA PESQUISA

Esse capítulo constrói a identidade social das atrizes da pesquisa, as Margaridas do Sertão dos Inhamus, agricultoras atuantes em oito comunidades rurais do Município de Tauá, propiciando um contato com o território em que vivem. Inicialmente foram realizadas visitas institucionais com intuito de coletar dados e logísticas para realização das visitas as agricultoras.

Se reposta que foi executado visita local a Comunidade de Junco-Lustal, em oportuno entrevistou-se cinco mulheres, também conhecendo de perto as hortas, comunidade, residência e familiares. A seguir, mediante pesquisa histórica e geográfica podemos conhecer as localidades em que as agricultoras residem e realizam sua produção nos moldes da agricultura familiar.

Deixamos pontuado que devido à distância da capital cearense, e extensão territorial do município, a visita foi feita apenas à localidade de Junco-Lustal. Abaixo o mapa do município e seus Distritos. As demais agricultoras foram contactadas via Whatzapp e telefone celular

Figura 12 - Mapa do Município de Tauá e seus Distritos



Fonte: Professor João Álcimo, 2021.

Analisando o mapa acima, percebemos um panorama acerca dos distritos que sediam as localidades em que as agricultoras residem, em especial percebe-se a grande distância entre os mesmos, por exemplo a localidade de Santa Tereza e distrito de Inhamuns, ambos em localização extrema.

8.1 História das localidades: cultura e construções populares.

AÇUDINHOS E BARREIROS -DISTRITO INHAMUNS

As localidades de Açudinho pertencem ao Distrito de Inhamuns, distante da sede de Tauá 48 km tendo sua criação no ano de 1938. A Vila de Vera Cruz é sua sede e está localizada na Serra das Almas, dentre os distritos de Tauá é o que possui clima mais ameno e possui um patrimônio natural considerado dos mais belos e ricos de nosso município.

As terras vermelhas do distrito são favoráveis à agricultura, mas a criação de bois e de bodes é que se destaca como a atividade econômica mais importante dos moradores. No mês de setembro é comemorado os festivais da padroeira da Vila de Vera Cruz, que é a sede do distrito, a padroeira é Nossa Senhora do Perpetuo Socorro. Na vila de Vera Cruz, existe um “olho d’água” que facilitou o início do povoamento. Ainda hoje, quando falta água, muitas famílias utilizam a água desta nascente para o consumo.

Um destaque importante referente ao distrito entre os anos de 1980 e 1990 devido as secas constantes e descaso dos representantes públicos, principalmente porque os açudes eram de propriedade privada, dificultando acesso a água e a segurança alimentar e nutricional a mortalidade infantil, a fome e a miséria contextualizavam o distrito, mas por essa razão, a Organização Não-Governamental da Suíça “Tèrre dès Homens” (Terra dos Homens).

Desenvolveu várias ações com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida dos adultos e crianças (TAUÁ, 2021). Nas palavras de Álcimo (2020, p. 109). O programa sob a égide da Pedagogia Libertadora de Paulo Freire, desenvolveu os círculos de cultura popular para alfabetização de jovens e adultos.

Coletando informações concernentes a localidade, alguns agricultores relataram que a ONG Terra dos Homens fomentou um potencial de desenvolvimento local muito importante, na época o trabalho de alfabetização perpassava por oficinas profissionalizantes dentre essas a apicultura, hortas comunitárias, descoberta de poços artesianos, possibilitaram a diminuição da pobreza local.

Após os indicadores descaírem a ONG no final dos anos 90 do século XX a ONG deixa a região fomentado um legado de aprendizagem para os agricultores rurais. Quanto as localidades do distrito (Figura), acudindo a maior parte são de familiares e vivem da agricultura e pecuária, famílias como Vidal, Julião e Martins.

Segundo as três agricultoras do Distrito de Inhamuns nas Localidades Açudinhos e Barreiros, ambas ressaltaram gostarem da localidade, se sentem seguras lá, a única dificuldade se dá por estarem mais longe da sede do município, porém, acham como relevantes a proximidade com outro município de Mombaça, isso é positivo, pois relatam visitar o município vizinho.

Figura 13 - Escola e Igreja do Distrito de Inhamuns



Fonte: Professor João Álcimo, 2021.

JUNCO-LUSTAL DISTRITO DO TRICI

O distrito de Trici, criado em 1933, está distante 25 km da sede do município. Igreja de Flores no Trici, a vila de Flores é a sede do distrito possuindo uma grande expressão histórica, com manifestações populares, religiosidades cuja padroeira é Nossa Senhora do Carmo) e arquitetura de sua Igreja a mais antiga do Município, concluída em 1762.

No que diz respeito a agricultura há destaque para a produção do milho e feijão, nas terras baixas, ou vazantes os agricultores plantam arroz, hortaliças e as fruteiras, com destaque para a manga e a goiaba, a localidade de Junco e Lustal I que estão em terras limítrofes tem grande cultura de mangas e goiaba, cebolinha, alface, couve, feijão e milho.

A existência da barragem no rio Trici favorece a irrigação de várias áreas e localidades, o que torna esse distrito o mais produtivo no município, inclusive com ativismo associativo, com expressividade na luta junto ao Sindicato dos Trabalhadores rurais de Tauá. No que concerne à localidade de Junco administrativamente atualmente pertence divisão como sede distrital, por estar a 8 km da sede, porém, geograficamente pertence ao distrito de Trici, tendo em vista ser banhado pelo rio que leva o mesmo nome.

A localidade do Junco segundo informações de campo de algumas agricultoras, teve seus pioneiros quatro irmãos da família Oliveira, na época a agricultora rural Juvenília Oliveira (*in memoriam*) tinha um Centro comunitário que utilizava como encontro de católicos, na CEB's- Comunidades Eclesiais de Base a mesma era muito atuante junto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, através de sua atuação foi criado uma consciência comunitária e de defesa dos direitos dos agricultores em especial das mulheres.

Segundo moradores em primeiros contatos na localidade nos fins dos anos 90 para anos 2000 houve um crescimento da Igreja Evangélica, enfraquecendo os encontros e novenas no Centro comunitário, até a desativação em fins de 2002. Atualmente, os agricultores e moradores pertencem a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, mas a semente plantada por Juvenília Oliveira permanece até hoje, visto por informe de agricultores, a associação é atuante e muitos também são associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tauá.

Muitos dos presidentes do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Tauá são filhos da comunidade do Junco. No que diz respeito Lustal I, há certa cultura de não separar as duas localidades, uns chamam Lustal dos Oliveiras, quanto ao Lustal I denominam Lustal dos Marcelinos, família predominante da localidade, que também tem destaque para agricultura de hortaliças, confecção de linguiça de carneiro, polpas de frutas, cultivo de alfaces, couves etc.

As agricultoras relataram que é saudável a vida na comunidade, que é animada, que frequentam a casa dos vizinhos, saem para festejos, Igreja Evangélica, e que pela proximidade com a sede, preferem viver na zona rural do que na cidade.

Figura 14 - Vila Junco-Lustal



Fonte: Fotos localidade Junco pela autora, 2022.

ASSENTAMENTO ANGICO-SEDE DISTRITAL

O Assentamento Angico pertence a sede distrital do município de Tauá o mesmo está há 17 km da sede. Atualmente, conforme nos informado pelo presidente da Associação de agricultores o número de associados é em torno de 70 agricultores, ressaltou também que a grande maioria destas famílias é da própria sede de Tauá ou de municípios circunvizinhos.

A associação comunitária do Angico segundo presidente atual é o Sr. Luziel Siqueira que também nos informa que o cultivo maior da localidade é de feijão, milho e criatório de ovinos e caprinos. Quanto aos equipamentos sociais utilizam o Programa de Saúde da Família (PSF) do Bairro Bezerra e Sousa na sede do município, há uns dois anos havia uma Escola de ensino Fundamental, porém, foi desativada e os alunos se deslocam para as escolas de Tauá. As duas agricultoras do Assentamento, referem que não moram na sede, mas em localidades nos entornos,

Figura 15 - Assentamento Angico



Fonte: Foto do Presidente da Associação Comunitária Luziel Siqueira, 2022.

DISTRITO DE SANTA TEREZA

Segundo pesquisa feita no livro Anotações Históricas do Distrito de Tauá, o Distrito de Santa Tereza, localiza-se na parte Oeste do município, fazendo fronteira com o município de Independência e Quiterianópolis, nas pesquisas do Historiador João Álcimo, no ano de 1951 o senhor de nome Manoel Bezerra do Nascimento instalou uma bodega numa casa de taipa, com a crescente venda o mesmo foi criando prestígio e trazia padres para celebrarem missas para a comunidade de fé católica na época. A partir de então o distrito passa a crescer no que tange população e serviços, tais como uma farmácia do senhor Manoel Almeida conhecido como senhor Netônio.

Sua base econômica é a pecuária agricultura, na pecuária dá-se a criação de ovinos e caprinos criados em pequenas e medias fazendas, já na agricultura tem destaque para feijão, milho, hortaliças, queijo de manteiga etc. No ano de 1984 foi fundada a primeira Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santa Tereza ASDEC.

Na versão da entrevistada, o distrito é grande, possui uma infraestrutura que conta com escolas de Ensino médio, Posto de Saúde Ampliado, Escola de ensino Fundamental, uma praça central que reúne pessoas para encontros e diversões, há restaurantes, pizzarias diversas, segundo a mesma muitos moradores nos anos 80 e 90 migraram para São Paulo e regressaram com ofício em trabalhos com gesso, *pizzaiolos*, cabeleireiros etc.

O distrito tem como famílias tradicionais os Freitas, Almeidas e os Gomes, que atualmente estão na Política Cearense como deputado Federal e Estadual, e a Prefeita Patrícia Pequenos Gomes de Aguiar. Já foi por vezes tentando transformar a Vila em

Município, contudo, com as alterações legislativas recentes em formação de novos municípios o distrito não conseguiu emancipação Política, segundo matéria do Diário do Nordeste, em sete de julho de 2010.

A agricultora do Distrito de Santa Tereza, ressaltou que se sente segura na localidade, mas que só sai à noite com seu esposo ou conhecidos, que não reside na sede da Vila, mas em uma fazenda próxima, mas que gosta de ir para pizzarias e praça da Vila nos finais de semana.

Figura 16 - Distrito de Santa Tereza (visão panorâmica)



Fonte: Canal Studio Marcelo Youtube, 2022.

SEDE DISTRITAL - LOCALIDADE DE RIACHO DO MATO E CACTOS

A agricultora da localidade do Riacho do Mato na sede distrital ressaltou que não morava mais no local, que desde 2019 está residindo em Tauá, porém, informou que gostava de viver na roça, pois se sentia bem em mexer na terra. No que diz respeito a localidade, ressaltou que não existe vila, é um local com casas afastadas uma das outras, informando que os primeiros moradores do lugar eram da família de seu ex-marido, que estes eram conhecidos como excelentes mestres de obras e as esposas é quem se dedicavam mais ao ramo da agricultura.

A agricultora da Fazenda Cactos, ressaltou que se sentia segura no sítio, que havia poucas residências próximas, que era muito perto da cidade, e isso era muito positivo, que não pensa em morar na cidade, ressaltou que sempre morou no centro de Tauá, mas que após o casamento foi viver com o companheiro no sítio, e que lá achava bom cuidar de sua horta e de fazer seus queijos.

8.2 Atrizes da pesquisa: agricultoras do semiárido tauaense

As beneficiárias e público-alvo dessa dissertação são treze agricultoras rurais de oito localidades do município de Tauá Estado do Ceará. No que tange uma análise geral das treze agricultoras a princípio faixa etária, as mesmas possuem entre 27 e 66 anos de idade, não há mais nova do que 27, nem superior a 66. A agricultora de 66 anos de idade atualmente é aposentada. No que diz respeito a escolaridade das treze apenas cinco possuem ensino médio completo, a maior parte são casadas tendo duas viúvas, duas divorciadas, uma com união estável e as demais casadas.

Tabela 2 – Agricultores PAA 2018

Agricultores PAA 2018	%
43 mulheres	47,7
47 homens	52, 2
Total: 90	100

Tabela 3 - % de agricultores do PAA. Época das primeiras pesquisas para anteprojeto

Agricultores do PAA em 2019	%
42 agricultores homens	68,8
19 agricultoras mulheres	31,1
Total = 61	100

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Tabela 4 - Atual de agricultoras cadastradas

Agricultores do PAA em 2021.	%
10 agricultores homens	66,6
05 agricultoras mulheres	33,3
Total=15	100

Podemos perceber que nos últimos anos houve um significativo decréscimo de agricultoras comercializando, ante exposto, pela fala das mesmas e dos gestores podemos perceber claramente o desmonte do Programa.

Destarte, as últimas entidades beneficiadas com os alimentos e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional foram:

- Associação banco do Brasil para crianças;
- CEI Maria Gomes;
- CEI Professor Aurélio Loiola;
- Centro Social Betesda;
- Clube das Acácias;
- CRAS Bezerra e Sousa;
- CRAS Colibris;
- EEIF Domingas Gomes de Aguiar;
- EEIF José Caçula Pedrosa;
- Escola de Ensino Fundamental Josué Honório de Almeida;
- Escola João Firmino de Araújo - CRAS UNIDADE II;
- Escola Sebastião Rêgo - LIONS CLUBE;

8.3 Instituição da Política no município de Tauá

Em uma primeira visita institucional junto a Secretaria de Agricultura e recursos hídricos constatamos que na época, ano de 2019 a Secretaria passava por momentos de adequação de gestão, haja vista, o antigo gestor pertencente a um grupo político não conseguiu reeleição. Houve rupturas desde a coleta de informações, uma vez que dados em computadores foram apagados.

O PAA foi instituído no município de Tauá no ano de 2009, na época estava frente da pasta o agrônomo Emilsom Moreira, que respondia por toda logística e capacitação dos técnicos frente ao novo programa.

A secretaria atualmente funciona no anexo do Parque de Exposição Pedro Alexandrino Feitosa, sob a gestão de Francisco Augusto de Sousa Junior, sendo denominada Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos.

Em visita institucional, podemos perceber algumas fragilidades da referida Secretaria, isso que no tange ambiência, suporte tecnológico, ou seja, não há uma boa estrutura para desempenho de um trabalho em pesquisa.

Outro ponto percebido relaciona-se ao fato de encontrarmos mais trabalhadores e técnicos homens na pasta, em especial em cargos de gestão, em suma uma Secretaria marcadamente sob comando de homens.

Figura 17 - Visita Institucional 2021



Fonte: Autoria da autora, 2021.

Segundo dados coletados no sítio Oficial da Prefeitura Municipal de Tauá (TAUÁ, 2021), a referida Secretaria tem como atributos:

- Auxiliar o Prefeito na formulação de políticas e diretrizes concernentes a Agricultura, e Recursos Hídricos;
- Promover o desenvolvimento das atividades agropecuárias;
- Promover as atividades técnicas de agricultura, pecuária e piscicultura;
- Implementar ações de assistência técnica de extensão rural através do Agente Rural;
- Formular e implementar políticas de irrigação;
- Exercer a vigilância e defesa sanitária e inspeção de produtos de origem animal e vegetal;
- Apoiar o desenvolvimento das atividades dos agronegócios e abastecimento alimentar;
- Divulgar a agricultura de alta tecnologia e buscar soluções aos problemas existentes;

- Promover o aproveitamento racional e integrado dos recursos hídricos do município de acordo com a Legislação Estadual;
- Promover campanhas visando estimular aos produtores rurais a aderirem ao seguro safra;
- Desenvolver outras atividades que lhe forem atribuídas pelo Chefe do Poder Executivo.

Figura 18 - Secretaria Municipal de Agricultura e Recursos Hídricos



Fonte: Site oficial da Prefeitura Municipal de Tauá, 2016.

8.4 A fala das Margaridas do Sertão dos Inhamuns

Esse estudo teve como processo investigativo o PAA, com trabalhadoras rurais de cinco Distritos de município de Tauá Ceará, Região dos Inhamuns semiárido nordestino. Quando contactado no ano de 2019 a Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos do Município, havia 19 mulheres comercializando, ou seja, as mesmas tinham entregado produtos, atualmente no ano de 2022 existe apenas 05 agricultoras cadastradas, porém, sem produtos para comercializar.

Ao conversar com as agricultoras, elas entendem que desde 2021 a comercialização está “parada”, as mesmas aguardam o retorno do Programa, inclusive no que tange o valor máximo a ser comercializado, tendo em vista que as últimas propostas não eram compensatórias, muitos precisavam se deslocarem, gastos com insumos e ração animal estavam com preços altos e o valor do programa estava reduzindo.

Segundo técnico Elizon Velozo o orçamento que era repassado para o Município foi diminuindo, o total máximo anual, para muitas agricultoras não compensava mais a entrega de produtos. Dados do (IPECE, 2017) o município de Tauá

possui extensão territorial de 4.018,2 km, sendo o segundo maior em extensão territorial, perdendo apenas para o município de Santa Quitéria.

Diante do cenário acima descrito, por questões logísticas, de acesso as agricultoras, escolheu-se o total de treze trabalhadoras rurais, sendo as mesmas egressas do Programa, e muitas aguardando esperançosas do retorno do Programa nos moldes do que fora nos anos iniciais, que segundo a fala das mesmas eram ‘‘tempos bons’’

Em virtude da distância, optou-se por fazer entrevistas abertas e utilizaríamos a tecnologia em nosso favor, aonde destacamos que cinco agricultoras foram entrevistadas pessoalmente, em seus territórios, observando suas plantações, produtos, cultivos e manejos com a terra.

As outras sete realizamos a entrevista via Whatzapp, a pedido das mesmas, realizou-se ligação via celular, uma vez que as perguntas da entrevista algumas agricultoras externaram dificuldade em responder por escrito, e como não utilizei questionário a fala das mesmas possuiu maior potencial de extrair das mesmas a percepção acerca do Programa.

A página a seguir desmonta-se alguns indicadores quantitativos acerca de algumas perguntas contempladas na entrevista:

Tabela 5 - Tabulação de respostas das entrevistas.

Agricultoras	Idade	Renda per capita	Religião	Estado civil	capacitação	Realização de queimadas	Destino do lixo	Cor	Casa própria	Benefícios socioassistenciais
Agricultora Lustral 01 rosa	48 anos	833,00 03 p	católica	casada	sim	não	Coleta PMT	Branca	sim	Auxílio UFC-moradia do filho
Agricultora Junco 02	42	660,00 03p	Evangélica	Casada	sim	nao	Coleta	Branca	sim	Auxílio Brasil
Agricultora Junco 03	66	1212,00 01p	Evangélica	Viúva	sim	não	Coleta	Branca	sim	Aposentada
Agricultora Junco 04	54	800,00	Católica	casada	sim	não	Coleta	Branca	sim	Auxílio Brasil
Agricultora Açidinho 01	27	600,00	Evangélica	Divorciada	sim	Sim na roça, não na horta	Queima	Branca	não	Auxílio Brasil
Agricultora Santa Tereza 02 Iracema	39	600,00	Católica	casada	sim	não	Coleta	Parda	sim	Auxílio Brasil
Agricultora Açudinho 02	37	600,00	católica	casada	sim	não	Queima	Branca	sim	Auxílio Brasil
Agricultora Açudinho 03	50	800,00	católica	União Estável	sim	não	Queima	Negra	sim	Auxílio Brasil
Agricultora Riacho do Mato	50	Sem renda	católica	Divorciada	sim	não	Queimava	Branca	não	Sem benefício
Agricultora Tapera	49	600,00	católica	Casada	sim	não	Queima	Branca	sim	Auxílio Brasil
Agricultora Angico 01	55	600,00	católica	Viúva	sim	não	Queima	Branca	sim	Auxílio Brasil
Agricultora assentamento angico	56	606,00	católica	Casada	sim	não	Queima	parda	sim	Aposentada
Agricultora Sede Distrital	49		Evangélica	Casada	sim	não	Queima	Branca	sim	Sem benefício socioassistencial

A seguir trataremos uma análise descritiva acerca dos dados acima tabulados.

O percurso desse estudo, caminhou mediante busca ativa das agricultoras, previamente informado ao Coordenador do PAA da secretaria de Recursos Hídricos, de antemão apresentando a Pesquisa, quais objetivos e importância para a construção de avaliações

nas Políticas Públicas, o Senhor Elizon Veloso já havia informado para algumas agricultoras sobre a possibilidade de uma pesquisadora da UFC as procurarem, fator que ajudou muito no sentimento de segurança das mesmas.

Entretanto, muitas agricultoras ficaram receosas, haja vista, preocupações em perder benefícios socioassistenciais, com pensamentos relacionados a existência de haver algum vínculo com a administração pública e existisse relação com banco de dados do Governo Federal etc.

Contudo, foi esclarecido o objetivo acadêmico do estudo sem quaisquer relações com dados cadastrais da Administração Pública, também, referido o direito ao anonimato, e que existia um comitê de ética para cumprir as regras em pesquisas com humanos e de livre consentimento das mesmas, que a pesquisa é algo voluntário.

Dado a dimensão territorial ser muito grande consegui entrevistar pessoalmente cinco das agricultoras, quatro da localidade de Junco-Lustal e uma do Assentamento Angico, as demais entrevistei via Whatapp por ligação.

Na entrevista em especial as que fui ao domicílio, puder fazer algumas anotações em meu diário de campo. Observar a dinâmica do território, do sertão, da visão mais coletiva das relações sociais, tão dispare das cidades grandes, tanto nos costumes, na hospitalidade, em relações menos formais, com maior descontração. Uma visão de mundo muitas vezes adquiridas na experiência transgeracional no trato com a natureza no bioma da caatinga, nos roçados e crenças de vida do povo sertanejo.

Muito embora, hoje dado a tecnologia e redes sociais, as novas gerações vão construindo caminhos mais diferentes das demais gerações, e as próprias agricultoras demonstraram estarem muito antenadas as mídias sociais e hoje com maior acesso à informação, porém se sabe que hoje há riscos de tais “informações” sem critério de conhecimento, muitas vezes de “*fakenews*”.

A primeira entrevistada reside na localidade de Lustal I, poderíamos atribuir a sua fala, como uma das entrevistadas de referência, haja vista, sua compreensão no que concerne a importância do associativismo, da sustentabilidade e de estar sempre empreendendo em sua cultura agrícola e pecuária em conjunto com seu esposo, que também é empregado da Prefeitura Municipal de Tauá.

Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) a mesma informou que foi uma época muito boa, pois com a renda possibilitou a manutenção do filho estudar na

cidade do Crato e ingressar em uma faculdade como o curso de Engenharia agrônoma, e que o filho recebe auxílio moradia, o que ajuda muito na diminuição dos gastos. Também referiu que o dinheiro ajudou na compra do carro da família. A mesma produz hortaliças, carnes ovinos e caprinos, além de queijos temperados, linguiça de carneiro, ou seja, uma diversificação da culinária regional.

A mesma relatou ainda que cultivava sua horta de forma orgânica, e que tinha preocupação com o alimento que usa para seu consumo como das outras pessoas. A agricultora participa da Associação Comunitária do Junco. É também Associada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tauá, ressaltou que sua família é engajada nos movimentos sociais do campo.

No que concerne em observar sobre autoestima no que diz respeito a vaidades femininas, está se mostrou não tanto preocupada. Pois o que lhe deixava satisfeita era mexer na terra e ajudar sua família. ‘Mexer com minha horta me faz feliz e esqueço problemas’ observa-se uma característica em algumas mulheres do sertão no que diz respeito aos cuidados com aparência, não e dado tanto valor aos padrões cobrados pela sociedade, não estou aqui fazendo uma generalização, mas a alegria é muito ligada a vida comunitária e ao telúrico.

Figura 19 - Produção de queijo coalho



Fotos: Agricultora junco-Lustal, 2021.

A segunda entrevista na mesma localidade, encontramos um ambiente mais diferente, a agricultora respondeu às perguntas juntamente com a sogra, que disse que ela administrava e resolvia situações mais burocráticas, respeitando a dinâmica familiar iniciei a pesquisa e informando quais objetivos, percebi certa cautela da agricultora, um pouco contrita tanto em relação a sogra quanto ao marido, que, de vez enquanto vinha observar o que a esposa respondia.

No que concerne pergunta acerca da renda, a sogra respondeu. No que tange os benefícios relatou que com o Programa o marido comprou uma moto e ajudou na instalação da irrigação. Sobre compras para si, respondeu que ajudou a ter roupas novas e alguns remédios necessários para a família. Ressalto aqui, que a família ainda tem raízes com a minha, mas tentei ser técnica no que pretendia.

A agricultora informou que com a renda também ajudava no material escolar do filho, que segundo os mesmos é muito estudioso e já teria passado em concurso Público, mesmo sem poder assumir dado a idade, que para ela conseguia comprar vestidos e perfumes que gostava. Na hora de perguntar sobre a existência de benefícios socioassistenciais e renda, percebe-se olhares entre os mesmos, e afirmam que não tem renda fixa das vendas, tiram aproximadamente um salário mínimo, pois, os gastos com irrigação oneram muito a produção.

A agricultora é atendida pela Unidade Básica de Saúde em Tauá Alto Nelo Gomes, mas que há um mini posto, de nome Ana Alves Lima, que vem medico uma vez por mês. Ressaltaram que o programa depois de estar parado, fazem a venda por encomendas, e na feira livre de Tauá, pois a produção da família em alface, tomate cereja, couve-folha é bem conhecida na região e mesmo no PAA, ainda havia produtos para venderem a clientes fixos, mas que a certeza do dinheiro do Programa era uma significativa melhoria em investimentos com os insumos.

Por fim, a entrevista ocorreu, mas com falas de vários membros da família, a voz da agricultora foi dividida com a fala da sogra, que digamos de passagem também é agricultora. O marido não interveio em quaisquer respostas.

Figura 20 - Feira Livre de Tauá-Ce



Fonte: Site da Prefeitura de Tauá , 2022.

A terceira agricultora entrevista na mesma localidade, informou que fez apenas fez a inscrição para seu filho, que não tinha DAF- documento de Arrecadação

Fiscal, que com as vendas das hortaliças, alface, cheiro verde, cebolinha e couve- folha. Que ela mesma não resolvia nada, mas que com a venda o filho o ajudava quando podia, pois ela é aposentada como agricultora, mas o filho o ajudava. Ressaltou que a coleta de lixo é feita por empresa do município, que tinha sido uma luta da comunidade junto a administração Pública.

Figura 21 - Horta da agricultora Junco-Lustal



Fonte: Dispositivo móvel cedido a autora , 2022.

A fala da agricultora do Assentamento Angico 01, aconteceu mediante entrevista via ligação do Whatsapp, informou que esteve no Programa desde seu começo no município, e que só parou de comercializar após a suspensão, os produtos comercializados eram hortaliças: pimentinha, berinjela, abobrinha, cheiro-verde, coentro, também vendia poupa de frutas deixando de comercializá-la devido critério Federal de ter um selo do Ministério da Agricultura e Abastecimento, porém era muito burocrático.

A agricultora também vendia caprinos, suínos, que era uma renda muito boa, mas após Gestão de Governo de Bolsonaro, o preço para comercialização ficou muito baixo, e os gastos com insumos eram caros, tendo que deixar de vender carne, pois, não compensava.

Em relação a renda ressaltou que com os ganhos possibilitava uma melhoria na sua qualidade de vida. A mesma reside com um neto, com a renda possibilitou seu filho estudar em Tauá e alugar uma casa pequena para o filho não ter que ir e vir todos os

dias. A agricultora informou que também participou do PAA na modalidade leite de cabra.

Acerca de sua produção e manuseio, referiu que nunca usou agrotóxicos, eram hortaliças orgânicas e não tinha irrigação o que fazia o trabalho de aguar as plantas com regador. Informou que trabalha com adubo, e deixa um ano a terra descansar. Um relato importante é que segunda a mesma, já havia participado de um Grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Ceará - UFC que vieram ver sua horta e diante do encontrado, foi apresentar na capital cearense sua plantação para o Programa Quintais Produtivos.

A agricultora referiu que sente mais saudade das capacitações, das amizades e contato com os Funcionários da Secretaria Municipal de Agricultura, das conversas com as outras agricultoras participantes do Programa, que com a parada do mesmo, não possui o contato como era antes.

Que realmente se sentia útil e melhorava sua autoestima, pois comprava produtos que não tinha condições de comprar antes do programa. No fim da entrevista ressaltou que deseja que o Programa volte, que atualmente comercializa seus produtos na Feira livre em Tauá.

No entanto, não é a mesma coisa, no PAA recebia uma renda que no início era quinzenal, depois tinha variações, " era muito bom, quando vendia para dois meses, caía o dinheiro todo de uma vez, era muito bom, eu amava esse programa, eu amo esse Programa' 'Atualmente na feira livre vende em média r\$ 200, 00 a 300, 00 reais por semana, relatou que desde que ficou viúva, resolve todos os problemas de seus filhos e netos.

Figura 22 - Horta e produtos



Fonte: Própria agricultora, 2021.

Da mesma localidade Assentamento Angico encontramos outra agricultora beneficiária do Programa, em entrevista pessoal a mesma narrou que desde o início do PAA-Programa de Aquisição de Alimentos esteve inscrita e comercializando, sendo assim uma das pioneiras, e que tinha o contato de todas as outras agricultoras, e quando havia reunião ela era quem articulava com as demais.

Sua venda se baseava em hortaliças e poupas de frutas, jerimum, tomate cereja e cebolinha. Com a renda conseguiu comprar um freezer para conservar os alimentos, como poupas de frutas, comprou um armário para sua cozinha, que era um desejo antigo, também uma mesa.

A agricultora, ressaltou que nunca teve muito vaidade, o que lhe fazia bem” eram as amizades e cuidar de sua casa, deixá-la bem arrumadinha” no que concerne seu manuseio da terra, não usava agrotóxicos, tampouco fazia queimadas, respondeu que sempre se preocupou com a sua saúde, e que do que vendia também comia, inclusive seus netos. Relatou que participou de uma capacitação para criação de frango, que com as técnicas aprendidas usou na criação de galinhas, mas que vendia às vezes na feira, porém, a criação mesmo era para consumo familiar.

A beneficiária chegou a entregar de oito em oito dias no mês, era uma média de R\$ 700,00 a R\$ 800,00, mas com o passar do tempo, não existia uma regularidade, “tive vezes que entreguei produtos, por que faltava gente para entregar” continuou no Programa até o ano de 2019, após não vir mais propostas deixou de comercializar, refere que é aposentada e atualmente em virtude de problemas de saúde não está mais trabalhando. Informou que “agora as coisas estão difíceis, sem a renda do Programa, e tudo muito caro, tenho muitas preocupações.”

Na localidade de Riacho do Mato, Sede Distrital, a agricultora fez seu relato, via Whatsapp, uma vez que ela se encontrava no Estado de Minas Gerais. Em sua experiência, narrou ter passado alguns anos no Programa, não sabia precisar ao certo os, mas disse que em 2014 e 2015 foram anos que mais entregou produtos, e parou a entrega em consequência de fatores pessoais.

A agricultora vendia frango caipira, cheiro-verde, macaxeira, carnes suínas e bovinas e poupas de frutas, eram produtos orgânicos, o lixo por não haver coleta queimava, na época com a renda comprou uma moto, pois, sua produção era boa. Ela informou que o melhor que obteve da renda, foi poder por os filhos para estudarem em

Tauá, em um Colégio particular, apesar de ter recebido percentual de bolsa, os dois filhos tiveram oportunidade de cursar ensino fundamental maior, da quinta série a oitava com boa educação, “foi uma época muito feliz em minha vida”

Ressaltou que também tinha um olhar voltado para ela, ia ao salão, comprar e roupas novas. No que diz respeito sua autonomia, o dinheiro ajudou muito, relata que sempre foi muito independente, desde solteira, e que a renda só complementava seu empoderamento. Sobre ser mulher e violência, ressaltou que sentia medo, e mais receio das violências psicológicas, pois, ao separa-se do marido, os filhos homens ficaram todos afastados de seu convívio e que o machismo é muito forte na sociedade. Após separação foi morar na zona urbana, haja vista, saiu da casa em que residia com o ex marido, indo morar com dois filhos que estudam na cidade, ambos os ensinos médios, um curso Técnico Profissionalizante.

Atualmente está sem renda, ao separar tentou colocar um comercio em Tauá com irmãs, contudo, devido à crise e preços dos produtos, bem como alugar prédio, o negócio não prosperou, estando sem trabalhar, e com um novo relacionamento o companheiro tem o ajudado, mas que já tem outros projetos para geração de renda, pois sempre teve sua independência financeira. Ressaltou que embora esteja sem rendimentos, não tem grandes dividas.

Era associada a uma associação comunitária da cota do leite, de produtores de leite de bovinos e caprinos, referiu que nem sabe mais como está. A agricultora da localidade de Açudinho, atualmente está residindo no município de Quixadá, em contato por Whatapp, que participou do programa nos anos de 2015, 2016 e 2017, saiu porque o Programa parou, sem arranjar trabalho, foi morar no município de Quixadá com seu ex-marido que foi trabalhar na cidade, ao arranjar trabalho no município, resolveu ficar.

A referida não realizava queimadas, seus produtos eram orgânicos e no que concerne sua produção eram hortaliças, com a renda possibilitou melhoria em pagar suas contas, não comprou algo de maior valor. Com a renda dava apenas para sobrevivência, pois, o ex-marido que também era agricultor, não possuíam outra renda além da agricultura e renda fixa provinha do Programa Bolsa Família (PBF).

A segunda entrevistada repassou que a renda alterou pouca coisa em sua situação financeira, a mesma a comercializava hortaliças e bolos, nos chamados manipulados, ou farináceos. Não realizava queimadas, tinha muita preocupação com seus

produtos, chegou a fazer capacitação de manipulados, nas questões de higiene, temperatura de forno, ponto da massa e conservação e embalagem.

Figura 23 - Associação Comunitária Manoel das Chagas - Açudinhos



Fonte: Agricultora de Açudinhos, 2020.

Uma terceira agricultora da mesma localidade, ressaltou que fornecia, bolos, hortaliças e poupas de frutas, ressaltou que sua entrega no primeiro ano foi estimada em R\$ 4,500, 000, cursou até a quarta série do ensino fundamental. Atualmente vende pamonha e bolos na feira livre de Tauá, que ocorre aos sábados. Ressaltou que a renda do PAA, ajudava muito a comprar objetos que gosta, disse ser vaidosa e gostava de cabelos arrumados e ter sempre roupas para sair e passear, “sem o PAA não é mais aquela coisa certa, se entregasse por um ano, o dinheiro ajudava por algum tempo.”

A Sede Distrital realizou-se entrevista com a agricultora da Fazenda Cactos, a mesma expos um relato sobre sua experiência com o programa diz que comercializou carnes, sendo suínos e caprinos, ao tentar o primeiro contato via telefone, a agricultora pontuou que o Programa era em seu nome, contudo, o marido sabia mais que ela, mas como os vínculos foram paulatinamente, mesmo à distância, explicou sobre os objetivos e importância da pesquisa, sob enfoque por gênero.

A mesma ressaltou, que para ela o Programa ajudava, mas o lucro era muito pouco, os preços com valores baixos, e não compensava muito, pois os gastos com a criação dos animais são onerosos. A agricultora referiu em relação a sua qualidade de vida e autoestima, ressaltou “eu não gosto de depender de marido, sempre trabalhei, vendo produtos da Avon, faço minhas coisas.”

Observa-se que as agricultoras em sua maioria já realizavam atividades que inseriam as mesmas em geração de renda, o PAA, pode movimentar e acrescentar mais possibilidades em suas vidas. O capítulo a seguir utilizando o método de avaliação com base na sustentabilidade demonstrará os resultados concernentes as dimensões de estudo, sendo estes: Dimensão Social, Dimensão ambiental, Dimensão econômica e por fim Dimensão Político-Institucional.

9 AVALIAÇÃO COM BASE NA SUSTENTABILIDADE

Nesse capítulo, são analisados os resultados da pesquisa de campo junto às Margaridas do Sertão do Inhamuns. Está organizado em função das dimensões da sustentabilidade, conforme proposto pela Avaliação de Políticas Públicas com Base na Sustentabilidade (ABS) (CHACON e NASCIMENTO, 2020; CHACON, 2007), a partir da qual foi construído o roteiro para as entrevistas semiestruturadas (ANEXO A).

A ABS propõe um percurso avaliativo para políticas públicas que se baseie nas premissas da sustentabilidade, mas se remete apenas à avaliação de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável, e sim busca avaliar a política pública sob essa ótica. A ABS defende um percurso avaliativo institucionalizado, essencialmente adaptável, interdisciplinar, integrador, transversal, resistente às pressões políticas dos grupos de poder, e legitimado pela ampla participação social.

Ressalta-se que essa abordagem defende que se deve avaliar se a política pública promove: solidariedade inter e intrageracional; superação da desigualdade em suas diversas manifestações; minimização dos danos à natureza, buscando a ecoeficiência baseada no princípio da precaução e na prevenção; a democracia participativa e a educação para a paz e para sustentabilidade. Nessa perspectiva construiu-se a abordagem junto às agricultoras e a seguir se analisa as percepções expressas no decorrer das entrevistas.

9.1. Dimensão Social

As agricultoras no que concerne a questão social possuem vivências niveladas, mas podemos perceber que existem algumas diferenças, em especial quando a família ou um dos companheiros trabalham em outros serviços, algumas o marido possui trabalho na Prefeitura Municipal inclusive um é professor, outras vivem apenas do que cultivam em suas roças, algumas os maridos são autônomos, mestre de obras, pedreiros.

Todas possuem cobertura de Unidade Básica de Saúde (UAPS), no que tange se sentirem seguras a maioria referiu que sim, todas com filhos, algumas já com netos. Em sua maioria a casa é própria, nas visitas que fiz todas tinham casa com alpendre, boas acomodações, transportes como moto, uma com carro.

As treze agricultoras afirmaram que com o Programa conseguiram comprar moveis, geladeiras, freezers, uma referiu que ajudou na compra de um carro, outras duas que ajudou na compra de motocicletas. Apenas três ressaltaram que o programa ajudava apenas em uma melhor alimentação e comprar alguns itens básicos, como de higiene, vestuário.

Em relação ao comparativo referira que quando comercializavam tinham um rendimento extra e isso as ajudava em especial no que diz respeito a escola dos filhos, três mulheres relataram que o programa ajudou a colocarem seus filhos em Tauá para estudarem uma ressaltou que pagou colégio privado e aluguel na cidade para manter os filhos na época.

No que diz respeito a não estarem comercializando, com exceção de uma, as demais referiram que não deram continuidade devido o programa estar parado, que depois da pandemia do COVID-19 souberam de editais, algumas não lançaram a proposta pois não souberam a tempo hábil para entrega de documentos.

As que entregaram não foram selecionadas, pois como já tinham cadastros só aderiam, não houve para veteranos, e as cinco inscritas no ultimo edital não comercializaram, informam que a verba repassada foi acabando e pelas últimos editais eram propostas com valores reduzidos. No que diz respeito a religião a maioria são católicas, todas são associadas as associações comunitárias de suas respectivas localidades.

Ao perguntar as mesmas sobre autoestima, autonomia as agricultoras ressaltaram que a autoestima se dava pela alegria de ajudar os filhos e a família de uma forma geral, quanto autoestima, algumas acoimaram que são vaidosas, outras disseram que não ligavam muito, e mesmo ampliando o conceito de autoestima, as agricultoras possuem um sentimento de autonomia quando podem ajudar seus filhos, as falas são muito direcionadas a sentimentos de grupo familiar.

O que se observou foi que a maioria referiu que o Programa aumentou sim a autonomia e participação comunitária, mas que apenas uma não participava de Associação Comunitária, as doze participam até mesmo com aposentadorias, referiram que gostam de participar das decisões comunitárias.

O que se observou foi que as agricultoras realizaram um contato com as demais beneficiárias do Programa através de um grupo de Whatsapp e na fala de doze das treze entrevistadas, esse coletivo mesmo que em sua maioria ocorrido de forma virtual, gerou uma satisfação e sentimento de solidariedade, pois, ambas trocavam ideias, receitas, informações como dinheiro, cursos, reuniões etc.

Essa análise também foi repassada pelo Técnico Senhor Elizon Veloso, que ressaltou que percebia as trocas de informações e amizade como algo muito positivo do Programa, não só a questão de renda, mas também de vínculos afetivos e de autonomia, ressaltou que grande parte das agricultoras resolviam elas mesmas, apenas duas que os maridos acompanhavam em quase todas as situações.

9.2 Dimensão Econômica

A maioria das agricultoras rurais possuem casa, das treze apenas duas não tinham casa própria, apenas uma referiu que tinha dívidas, mas que eram por coisas básicas. No que diz respeito a renda e melhoria econômica houve algumas peculiaridades, as agricultoras em que o marido tinha apenas a roça como fonte de renda, as condições econômicas são mais difíceis, contudo, as que os maridos possuem outra atividade ou fonte de renda o Programa ajudou a agregar um dinheiro extra, algumas referiram que a renda ajudava apenas no básico, essa última informação se deu de forma repetida quando o marido também era agricultor.

O impacto na vida das agricultoras se deu na compra de alguns bens duráveis, como já referido acima, moto, geladeira, freezers, mesas etc. As agricultoras que comercializavam carnes queixavam-se de o lucro ser pouco, pois, a alimentação e água para animais demais gastos, eram quase que não cobertos, muito pequeno a margem de lucro.

Outro ponto percebido, que algumas agricultoras realizaram o cadastro para seus maridos, e que decisões eram mais por parte dos companheiros, que apenas colocaram seus nomes, ajudavam na produção, mas que não tomava a frente nas decisões, a agricultora de alguma forma se posicionaram como ajuda secundária pois colocaram os maridos como os proprietários da roça e produção.

Percebe-se que as agricultoras em que o marido possui outros trabalhos e fontes de renda, a mulher é mais independente na autonomia de suas decisões e conduções de sua produção e comercialização agrícolas. As agricultoras que ressaltaram que o Programa ajudava a vida econômica, principalmente nos primeiros anos de comercialização, das treze agricultoras seis estavam no Programa desde seu início no município, duas referiram que passaram três anos, quatro informaram que comercializaram por cinco anos, mas duas referiram que foram anos intercalados.

9.3 Dimensão Ambiental

No que diz respeito ao eixo ambiental as agricultoras possuem um contato de muita afetividade com à terra, diante disso ressaltaram que a suas hortas são orgânicas, que não utilizam agrotóxicos, segundo uma agricultora deixa a terra descansar por um ano, e subsequente realizam o plantio nesse intercurso de tempo.

Apenas a localidade de Junco-Lustal possui coleta de lixo realizado pela Prefeitura Municipal, informaram que foi uma reivindicação da comunidade e que após certo tempo conseguira, as demais queimam o lixo, duas ressaltaram que possuem pessoas na cidade que entregam latas e garrafas pets, que geralmente juntam para entregaram para reciclagem.

Das treze agricultoras, doze participou de reuniões e capacitações, em especial duas que estão há mais tempo no programa, ambas do Distrito de Inhamuns. No que concerne assistência técnica a questões relacionadas ao meio ambiente, as mesmas referiram que não receberam capacitação.

Todas as agricultoras informaram que pensam na natureza em preservação ambiental, pelos relatos a grande maioria está nas terras desde seus avós, e isso desenvolve uma relação telúrica com à terra, com a localidade, sentimentos de muito carinho por suas plantações, árvores frutíferas e em alguns contatos as agricultoras me enviavam fotos de suas plantações e apresentavam muito amor ao que faziam.

As treze mulheres possuem banheiros em suas residências, todas com água encanada, quanto a saneamento as casas não possuem sistema de saneamento básico e esgotos entram em quintais. Por unanimidade nenhuma agricultora faz queimada ou derrubou árvore ativa, mas referem que os maridos quando colocam roça nos períodos de chuva em alguns momentos fazem a “broca”.

9.4 Dimensão Política-Institucional

As treze agricultoras no que concerne receberem benefícios do estado, encontramos duas aposentadas, uma com filho recebendo auxílio aluguel da Universidade Federal do Cariri, do restante apenas três não estão recebendo o auxílio Brasil. Em relação à internet 11 possuem acesso à internet ligados por *wi-fi*.

No que diz respeito a rendimentos, percebeu-se um certo receio por elas na questão de informar os rendimentos familiares, mesmo reiterado que a pesquisa era de cunho acadêmico, a maior parte informava, mas percebia-se realmente receio, é por isso que maior parte ressaltou que o rendimento da família era no valor de um salário mínimo, das treze duas são aposentadas, apenas duas não recebem o auxílio Brasil.

Das treze quatro estão vendendo seus produtos na feira livre em Tauá aos sábados pela manhã, já uma também refere vender bolos na feira da mulher empreendedora em Tauá, que ocorre à noite, nas primeiras quintas-feiras do mês. Das treze agricultoras as onze ressaltaram se sentirem bem na Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos, que possuíam bom vínculo com o coordenador e demais trabalhadores da Secretaria inclusive com o Secretário de Agricultura do Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação sobre avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos PAA, na vida de treze agricultoras de oito localidades rurais do Município de Tauá Estado de Ceará, bem como em seus objetivos específicos que tinham como indagações sobre identificar possíveis melhorias socioeconômicas na vida das agricultoras, bem como a percepção das mesmas em relação à cultura agrícola e correlação com o desenvolvimento sustentável, também identificar possíveis movimentos relacionados a autoestima e maior participação comunitária.

No que concerne a renda observou-se que para as agricultoras que possuíam renda unicamente da cultura agrícola familiar, o Programa ajudava na melhoria mínima de subsistência, não houve grandes avanços econômicos, já as agricultoras que de algum modo possuía renda familiar além da cultura agrícola, o Programa agregou subsidio para aquisição de bens de maior valor.

As agricultoras que comercializavam hortaliças demonstraram maior satisfação na comercialização, isso no que diz respeito a renda, bem como na execução da própria atividade, que quase todas, trabalhar em suas hortas se dá de forma afetiva, uma atividade saudável para a mente, e um contato zeloso para com sua cultura agrícola, em especial por que a maioria das agricultoras possuem ancestralidade nas terras em que desenvolvem suas plantações, algumas relataram que eram cultivos passados de pai para filhos.

Todas as agricultoras informaram que possuem preocupação com o meio ambiente, que não utilizam agrotóxicos, que possuem medo de produtos que possam prejudicar quem planta e quem come, como todas consomem também o que plantam, referiram levar para comercializar produtos saudáveis.

No que diz respeito a participação comunitária, o Programa inovou em fortalecimento de uma rede de troca com as demais beneficiarias do Programa, criaram um grupo de Whatapp e informaram que eram conversas animadas, trocavam experiencias, conhecimentos, informações, desabafavam às vezes de forma coletiva, em outros momentos conversavam com as mais próximas no ambiente privado.

As quatro mais antigas eram responsáveis por liderarem em questão de informações e avisos da Secretaria de Agricultura, reuniões, capacitações, dinheiro etc. Ou seja, essa rede de contatos fortaleceu os laços de pertencimento, de estarem ativas

com propósitos iguais, que quando se encontravam pessoalmente eram momentos de amizade e descontração.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que atualmente encontra-se com novo formato, praticamente desmontado, teve grande papel na vida das Agricultoras, seja no sentido de acréscimo de renda, mesmo que não satisfatório, para algumas realizou alguns desejos, porém, disseram que os valores e formato de edital anual, poderiam ser revistos, que as capacitações poderiam ter sido mais ofertadas, que quando mudava um prefeito passavam meses para o Programa entrar nos trilhos.

Ele é pensado e executado dentro do antigo Bolsa Família, hoje auxílio Brasil, seu formato pode se dizer que interfere diretamente em benefícios de múltiplas personagens, que vai desde a agricultora e seus familiares, a Instituição Social beneficiária dos alimentos, os gestores por obterem um acréscimo as suas dispensas, e isso propiciar maior oferta de alimentos saudáveis e variados.

O PAA proporciona uma melhoria na qualidade de vida das agricultoras rurais, e podemos ver tal resultado de acordo com a realidade individual de cada agricultora, pois, observou-se que as mulheres em que a família vivia unicamente da agricultura, tal melhoria se deu de forma menor, o programa foi sentido em uma melhoria alimentar e de condições básicas da vida, em contraponto as que de alguma forma possuíam outros rendimentos o PAA possibilitou realizar alguns desejos.

Em que pese autonomia das mulheres, o programa construiu um canal de comunicação positiva entre as beneficiárias, isso fortaleceu redes de apoio e de alguma maneira abrem horizontes, mas não podemos falar que o PAA promoveu maior autonomia, e no que diz respeito a autoestima, na concepção das mesmas houve melhoria haja vista incidir em conquistas positivas para os filhos.

Em um olhar que vai para além da renda, numa visão subjetiva mais direcionado ao olhar do sentimento pessoal o Programa abre espaços Públicos, que eleva a estima das agricultoras possibilitando um maior protagonismo e empoderamento, saindo do espaço privado, se desvencilhando de locais reservados ao papel feminino numa visão patriarcal.

Destarte, poderíamos entender o Programa com um direcionamento específico para mulheres, não somente os 40% destinado as mesmas, porém, com além da comercialização a existência de capacitações e estudos sobre gênero.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino: invenção do falo – uma história do gênero masculino (1920-1940)**. São Paulo: Intermeios, 2013.
- ALBUQUERQUE, J. **Nordestino invenção do “falo” uma história do gênero masculino (1920-1940)**. 2. ed. São Paulo: Intermeios, 2003.
- ALTHUSSER L, **aparelhos ideológicos do Estado**. Rio de Janeiro- Editora Presença, 1970.
- ALTHUSSER, I, **Ideologia e aparelho ideológico do Estado: 3ª edição 1980** Editoria Presença-Martins Fontes Tradução de Joaquim Jose de Moura Ramos Lisboa. **ASIN:** B085BWP16Y.
- ÁLCIMO, J. **Anotações Históricas dos Distritos de Tauá**. Fortaleza: Caminhar, 2020.
- ARETCHE, M. **Trajetórias das desigualdades**. São Paulo: UNESP, 2015.
- ALMEIDA, F. G. **Efetividade social do programa bolsa família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal de Goiás. Goiás, 2014.
- BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- BARROS, R. P. de *et al.* A focalização do Programa Bolsa Família em perspectiva comparada. *In:* ABRAHÃO, J. de C.; MODESTO, L. **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BIANCHI, ÁLVARO. **O conceito de Estado em Marx Weber**, 2014, São Paulo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/bNshhdRwcCdKFVKLdJMjX9L/?lang=pt&format=pdf> acesso em 12 de novembro de 2022.
- BIANCHI, ÁLVARO. **Extrema pobreza avança e é recorde em nove Estados**. Valor Econômico, 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/coluna/extrema-pobreza-avanca-e-e-recorde-em-9-estados.ghtml>, acesso dia 24 de outubro de 2022.
- BIANCHI, ÁLVARO. **Quem são os sergipanos que se encontram na pobreza extrema**. LACERDA, R. Cenários do Desenvolvimento, 2011. Disponível em: <http://cenariosdesenvolvimento.blogspot.com/2011/05/quem-sao-os-sergipanos-que-se-encontram.html>. Acesso em: 22 de maio de 2022.
- BIROLI, F. **Gênero e Desigualdade: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boi Tempo, 2018.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOSCHI, R.; DINIZ, E. **Estado e sociedade no Brasi**. organizado por José Szwako, Rafael Moura, Paulo D'Avila Filho. – Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, Ideia D, 2016. 276 p.: il.; 23 cm. ISBN 978-85-5731-001-8.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei nº 1.348, de 10 de fevereiro de 1951. Dispõe sobre a revisão dos limites da área do polígono das secas. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 10 fev. 1951. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1348-10-fevereiro-1951-361925-normaatualizada-pl.html>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 15 set. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm#:~:text=Lei%20n%C2%BA%2011.346&text=LEI%20N%C2%BA%2011.346%2C%20DE%2015%20DE%20SETEMBRO%20DE%202006.&text=Cria%20o%20Sistema%20Nacional%20de,adequada%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancia. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.236 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 24 jul. 2006.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Agência Nacional das Águas. **Catálogo de Metadados da ANA**: Semiárido. Brasília, 2017. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/3c8b249e-8ec3-4db1-b188-bab3c3c3240f/attachments/76.png>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL, 2022. **Ministério da Economia – Plano Plurianual**. Disponível no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>. Acesso em 19 de jun. de 2022.

BRASIL, 2021. **Imprensa Nacional**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.061-de-9-de-agosto-de-2021-337251007>. Acesso em 12 de nov. de 2022.

BRASIL, **Conheça os ministros e secretários do governo Lula**. Site Fundação Perseu Abramo, 2006, disponível em: <https://fpabramo.org.br/2006/05/09/conheca-os-ministros-e-secretarios-do-governo-lula/>. Acesso em 17 de out. de 2022.

BRASIL, **Lei nº 3071, de 1 de janeiro de 1916**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/13071.htm. Acesso em 18 de out. de 2022.

BRASIL, **Tratamento da Mulher no Código Civil de 1916 e no de 2002**. Site Jus Brasil, 2016 disponível em: <https://lecampopiano24.jusbrasil.com.br/artigos/339145700/tratamento-da-mulher-no-codigo-civil-de-1916-e-no-de-2002>. Acesso em 10 de jul. de 2022.

BRASIL, **Comissão Pastoral da Terra lança relatório ‘Conflitos no Campo Brasil 2018’ e mostra aumento de 377% de violência contra a mulher**. Site Centro de Informação sobre empresas e direitos humanos. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/pt/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/brasil-comiss%C3%A3o-pastoral-da-terra-lan%C3%A7a-relat%C3%B3rio-conflitos-no-campo-brasil-2018-e-mostra-aumento-de-377-de-viol%C3%A2ncia-contr-a-mulher/> Acesso em 13 de Out. de 2022.

BRASIL, **Ministério do Governo Bolsonaro: saiba o que mudou!** Site Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/ministerios-do-governo-federal-2/> Acesso em 11 de abr. de 2022.

BRASIL. **Presidente Lula assume o país diante de 200 mil pessoas. Posse foi marcada por festa popular**. Site época *on line*, 2003. Disponível em; <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG54749-6009,00>. Acesso em 05 de set. de 2022.

BRASIL, **Comissão Pastoral da terra**. 2018. Disponível em; <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>. Acesso em 12 de out. de 2022.

BRASIL, Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **Biblioteca Celso Furtado**. Publicado em 31 de janeiro de 2017. Disponível em; <https://www.gov.br/sudene/pt-br/assuntos/sobre-a-biblioteca-celso-furtado>. Acesso em; 11 de agosto de 2022.

BRASIL, **Apagados da história oficial, campos de concentração da seca de 1932 estão marcados na memória popular**. Site Marco Zero, 2022. Disponível em; <https://marcozero.org/campos-de-concentracao-ceara-seca-de-1932/>. Acesso em; 12 de novembro de 2022.

BOURDIEU, P. et al **Sobre o Estado**: Cursos no Collège de France (1989-92); tradução Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edição Antares, 1984. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/473/o/CASTRO__Josu%C3%A9_de_-_Geografia_da_Fome.pdf. Acesso em 19 de nov. de 2022.

CAIO JUNIOR, P. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo, 1942. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/junior/1942/mes/90.htm>. Acesso em 10 dez. 2020.

CARVALHO, A. M. P. O exercício do ofício da pesquisa e o desafio da construção metodológica. In: BAPTISTA, M.M. (org.). **Cultura**: Metodologias e aplicação. Aveiro: Gracia, 2009. p. 127 -148.

COUTO, R; ARANTES, B. **Constituição ou políticas públicas? Uma avaliação dos anos FHC1**. Artigo foi publicado originalmente em português na coletânea organizada por Fernando Luiz Abrucio & Maria Rita Loureiro Durand, intitulada O Estado numa era de reformas: os anos FHC. Brasília: ENAP, 2002. Disponível em: <<https://sociologiajuridica.files.wordpress.com/2011/10/constituic3a7c3a3o-ou-polc3adticas-pc3bablicas-uma-avaliac3a7c3a3o-dos-anos-fhc.pdf>>

COUTO, R; ARANTES, B. **Como a redução de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira**. Tovinho, R; Alves, S. Site Brasil de fato, 2022, disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/19/como-a-reducao-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira>. Acesso em: 06 de maio de 2022.

COUTO, R; ARANTES, B. (p.1561, 994). **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Introdução de J.W. GOUGH Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa Ensaio sobre a origem, os limites os fins verdadeiros do governo civil3a Edição Vozes, RJ.

COUTO, R; ARANTES, B. **O contrato social princípios do direito político-j-j Rousseau tradução Antônio de Pádua Danasi e Edson Darci Heldt**.p.33. Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I.Lénine Edição em Português da Editorial Avante, 1977, t2, pp. 219-305 Traduzido das O. Completas de V.I.Lénine 5 ed. russo t.33 pp 1-120<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-e-a-revolucao.pdf>

COUTO, R; ARANTES, B. **Ideologia e aparelho ideológico do Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos Lisboa. 3 ed. [S.I]: Editora Presença Martins Fontes, 1980.

CEARÁ. **Novo estudo do IPECE analisa desigualdade de rendimento no Ceará**. Ceará, 2020 a. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2020/05/20/novo-estudo-do-ipece-analisa-desigualdade-de-rendimento-no-ceara>. Acesso em: 15 dez. 2020.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão. **PPA Participativo e Regionalizado 2020-2023**. Ceará, 2020b. Disponível em: <https://www.seplag.ce.gov.br/planejamento/menu-plano-plurianual/ppa-participativo-e-regionalizado-2020-2023>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CEARÁ. Secretaria do Desenvolvimento Agrário Governo do Ceará. **Governo do Ceará assegura R\$ 8,55 milhões para realização do PAA Alimentos**. Ceará, 2020c. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2020/06/10/governo-do-ceara-assegura-r-855-milhoes-para-realizacao-do-paa-alimentos/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

CHACON, S. S.; NACIMENTO, V. S. Para além do (pré) conceito e do discurso Proposta de avaliação de políticas públicas com base na sustentabilidade. **AVAL: Revista Avaliação de Políticas Públicas**, [S.l.], v. 4, n. 18, p. 63-87, 2020.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. p. 11.

CHAVES, A. L. **História do Estado**. Sobral: Instituto Superior de Teologia Aplicada, 2016.

CONAB. **Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. PAA. 2016. Disponível em: https://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.

DEL PRIORE, M.; BASSANEZI, C. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

FAGNANI, E. A política social do governo Lula (2003-2010): perspectiva histórica. **Texto para discussão**, Campinas, n. 192, *online*, 2011. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/artigos/3105/TD192.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 8, p. 183-238, 1997.

FARIAS, A. **História do Ceará**. 7. Ed. Fortaleza: Armazém da cultura, 2005.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. O Lugar dos Assentamentos no Desenvolvimento Local/Regional: Dilemas e Perspectivas Futuras. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S.l.], v. 9, n. 2, p. 155-180, 2005.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FURTADO, C. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRÃO, R. **Evolução histórica cearense**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, Escritório técnico de desenvolvimento econômico do Nordeste (ETENE), 1996.

GUSSI, A. F.; OLIVEIRA, B. R. Políticas públicas outra perspectiva de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, Fortaleza, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IANNI, O. A dialética da globalização. *In*: IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

IBGE. **Nordeste é única região com aumento na concentração de renda em 2019**. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27596-nordeste-e-unica-regiao-com-aumento-na-concentracao-de-renda-em-2019>. Acesso em: 15 jan. 2021.

IBGE. **PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país**. 2018. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais>. Acesso em: 15 dez. 2020.

IPECE. **Ceará em Mapas**. Caracterização Territorial. Região Metropolitana de Sobral. 2007. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/capitulo1/11/159x.htm>. Acesso em: 13 fev. 2021.

IPECE. **Perfil Municipal 2014**. Ceará, 2014. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/perfil-municipal-2014/>. Acesso em: 13 fev. 2021.

JANUZZI, P. M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, 2014.

LALANDA, P. Sobre a metodologia científica nas pesquisas sociológicas. **Análise Social Quarta Série**, [S.l.], v. 33, n. 148, p. 871-883, 1998.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LÉNINE, V.I. **Presente tradução na versão das Obras Escolhidas de V.I. Lenine**. Edição em Português da Editorial Avante, 1977, t2, pp 219-305. Traduzido das O. Completas 5. ed. russo t.33 pp 1-120. Disponível <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/08/estado-e-a-revolucao.pdf>

LEMENHE, M. A. **As razões de uma cidade: conflito de hegemonias**. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991.

LOPES, B.; AMARAL, J. N.; CALDAS, R. W. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

MARINI, J. A. **Principais produções agrícolas dos estabelecimentos familiares do Estado do Amapá**. Boletim Técnico Científico, Macapá: Embrapa Amapá, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELITO, L.; PASSOS, G. **saiba quem foram as ministras do período democrático Brasil**. Agência EBC, 16 de maio de 2016. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/noticias/politica/2016/05/saiba-quem-foram-ministras-do-periodo-democratico-no-brasil>. Acesso em 14 de fev. de 2022.

MELLUCI, A. **Por uma sociologia reflexiva pesquisa qualitativa e cultural**. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2005.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18. Ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NORBERTO, Bobbio. **Estado Governo Sociedade-para uma teoria geral da Política**. 14. ed, Tradução Marco Aurélio Nogueira Editora paz e terra 2007.

PAIXÃO, Maira. **Quem são as mulheres que participarão da Marcha das Margaridas.** Brasil de fato, agosto. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/08/09/quem-sao-as-mulheres-que-participarao-da-marcha-das-margaridas>. Acesso em 21 de jun. de 2022.

PASTORINI, A. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVIII, n. 53, p. 80-101, 1997.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova Pobreza.** Porto Editora, 2001.

PELLEGRINO, A. C. G. T. **O Nordeste de Celso Furtado: sombras do subdesenvolvimento brasileiro.** 2003. 176 p. Dissertação (Mestrado em História Econômica) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286477>. Acesso em: 3 dez. 2020.

PEREIRA JUNIOR, J. S. **Nova delimitação do semiárido brasileiro.** Brasília, 2017. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/1604/nova_delimitacao_jose_perreira.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 10 jan. 2021.

PEREIRA, P. **Política social: temas & questões.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIKEETTY, T. **Capital et idéologie.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia.** São Paulo: Martins, 1942.

PUCCINELLI JUNIOR, A. **Curso de Direito Constitucional.** 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

REZENDE FILHO, C. B. Os Pobres na idade média: de minoria funcional a excluídos do paraíso. **Revista Ciências Humanas**, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 1-9, 2009.

RIOS, Kênia. S. **Isolamento e Poder: Fortaleza e os Campos de concentração na seca de 1932.** Imprensa Universitária, 2014. (Estudos da Pós-Graduação). Disponível em https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/10380/1/2014_liv_ksrios.pdf. Acesso em 24 de jun. de 2022.

RODRIGUES, L. C. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 7-15, 2008.

SAMPAIO, V. Agricultor familiar e camponês no contexto da questão agrária e contemporânea. **Revista geográfica da América Central Número especial**, [S.l.], p.1-13, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2342/2238>. Acesso em: 20 fev. 2021.

SANTOS, J. N. **Fontes materiais do Direito.** Jus, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/49203/fontes-materiais-do->

A

NEXO A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**AS MARGARIDAS DO SERTÃO DOS INHAMUNS: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A PARTIR DA VIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CEARÁ****REJIVÂNIA MARIA SIQUEIRA LIMA****Entrevista Semiestruturada.****Dados gerais da entrevistada:**

- Idade, Cor, Gênero, estado civil, Local de nascimento, Local atual de moradia, Local de trabalho, Renda média familiar, grau de instrução.
- Quanto tempo esteve (ou está) no PAA?

Dimensão Social

- Você tem filhos?
- Quantas pessoas vivem com você? E antes?
- Como é seu acesso e da sua família aos serviços de saúde? E antes?
- Como é seu acesso e/ou da sua família à educação? E antes?
- Rendimento familiar per capita. E antes?
- Rendimento médio mensal hoje. E antes?
- Como é sua casa hoje? E antes?
- Como você vê a violência no local onde vive hoje? E antes?
- Como mulher, você se sente segura?
- Depois do PAA, você sente que sua vida melhorou? Em que aspectos?
- Tem algum credo religioso?

Dimensão Econômica

- Residência é própria? Há quanto tempo reside? Como adquiriu?
- A renda do programa melhorou sua vida?
- Quantas pessoas dependem de você e da renda vinda do PAA? E antes?
- Você depende da renda de outra pessoa? Ou da renda de outras atividades? Ou de outras políticas públicas? E antes?
- Você tem dívidas atualmente? E antes?
- Você gasta quanto de energia elétrica? E antes?

Dimensão Ambiental

- Como é feita a sua produção?
- Recebeu algum tipo de ajuda de Assistência técnica para produção que respeite o meio ambiente?
- Realiza ou já realizou Queimadas?
- Como é o acesso à água para plantar e para uso doméstico?
- Derrubou alguma árvore nativa para realizar seu plantio?
- O que é feito com o lixo?
- Tem acesso a algum tipo de saneamento?
- O que pensa do cuidado com a natureza?

Dimensão Política-Institucional

- Você e/ou algum membro da família que vive com você recebe benefícios diretos de outras políticas públicas, além do PAA?
- Você e/ou algum membro da família que vive com você participa de Associações, Partidos Políticos, Coletivos?
- Tem acesso à internet? E antes?
- O que acha do PAA?
- Como era o PAA antes e como é agora?
- O que mudou na sua vida depois do PAA?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a), em uma pesquisa científica. Caso você não queira participar, não há problema algum. Você não precisa me explicar por que, e não haverá nenhuma punição por isso. Você tem todo o direito de não querer participar do estudo, basta selecionar a opção correspondente no final desta página.

Para confirmar sua participação você precisará ler este documento e depois selecionar a opção correspondente no final dele. Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido). Nele estão contidas as principais informações sobre o estudo, objetivos, metodologias, riscos e benefícios, dentre outras informações.

Este TCLE se refere à pesquisa sobre **“AS MARGARIDAS DO SERTÃO DOS INHAMUNS: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) A PARTIR DA VIVÊNCIA DAS TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE TAUÁ-CEARÁ”** cujo objetivo é o de avaliar o Programa de Aquisição de Alimentos PAA-identificando possíveis melhorias socioeconômicas na vida das agricultoras após a venda dos produtos agrícolas, e averiguando a percepção das mesmas no que diz respeito a cultura agrícola e correlação com o desenvolvimento sustentável, bem como identificação de movimentos relacionados a autoestima e participação comunitária. O período temporal tem recorte no ano de 2009 a 2019, que corresponde o exercício inicial e o último ano de comercialização no município, sendo no total de treze agricultoras entrevistadas.

Ante ao exposto, informa-se que a entrevistada não será remunerada, visto que sua participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Caso decida desistir da pesquisa você poderá interromper o questionário e sair do estudo a qualquer momento, sem

nenhuma restrição ou punição.

A pesquisa não oferece nenhum risco aos seus participantes, visto que tem como finalidade a obtenção de informações acerca da política pública da escola, não apresentando informações para além do que foi vivenciado.

Ademais, a pesquisa, será possível abstrair as possíveis falhas na implementação da política pública, bem como, estimular a criação de novos programas para o desenvolvimento local, trazendo para os habitantes uma melhoria na qualidade de vida, melhoria econômica, cultural e social.

Os pesquisadores garantem e se comprometem com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

É garantido a você o direito a ressarcimento em caso de despesas comprovadamente relacionadas à sua participação no estudo, bem como, ao direito a indenização em caso de danos nos termos da lei.

Para contatar um dos pesquisadores da pesquisa, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagens pelo WhatsApp para eles a qualquer momento:

PESQUISADORA RESPONSÁVEL:

Rejivânia Maria Siqueira Lima – aluna do Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas
MAPP – UFC

Orientadora: **Suely Salgueiro Chacon**

(<http://lattes.cnpq.br/7717558830395336>)